

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em História

Edson Antoni

O DISCURSO JORNALÍSTICO E O PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DO
EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Porto Alegre

2012

A635d Antoni, Edson
O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do exército Zapatista de libertação nacional e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. / Edson Antoni. – Porto Alegre, 2012.
173 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientação: Dr. Helder V. Gordim da Silveira

1. Sociologia. 2. Movimentos Sociais. 3. Marginalização. 4. Jornalismo - Discursos. I. Silveira, Helder V. Gordim da. II. Título.

CDD 301.44098

Edson Antoni

O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de
Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Tese de doutoramento apresentada
como requisito parcial e último à
obtenção do grau de Doutor no
Programa de Pós-Graduação em
História, área de Concentração:
História das Sociedades Ibéricas e
Americanas.

Orientador: Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Porto Alegre

2012

Edson Antoni

O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de
Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de
Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das
Sociedades Ibéricas e Americanas.

Banca examinadora:

Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Dra. Claudia Wasserman- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Mathias Seibel Luce- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Luciano Aronne Abreu- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dr. Luis Carlos dos Passos Martins- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2012

Aos meus filhos, Eduardo e Pedro!
Que os exemplos de luta sirvam para
vocês como exemplos de conduta! Sejam
fortes e corretos em suas vidas e
contribuam para a construção de “*un
mundo donde quepan muchos mundos.*”

AGRADECIMENTOS

Certamente, chegar a este momento, não foi uma tarefa fácil, nem tampouco, solitária. Ao longo destes últimos anos me foi possível contar com o apoio, a amizade, o carinho e o amor de algumas pessoas às quais quero apresentar meus agradecimentos.

Agradeço, primeiramente e de forma muito especial, aos meus pais, José Antoni e Maria Terezinha Antoni. Por todo o amor e dedicação conferidos a mim e a meus irmãos de forma incondicional, recebam o meu mais sincero agradecimento.

Agradeço a calorosa acolhida proporcionada por Paulo, Iara, Arthur, Helen, Mathias, Milton, Laura, Domingos, Rosa, Lena e vó Letícia. O sentimento de encontrar-me “em casa” estando na presença de pessoas tão especiais, renovava as minhas forças para seguir em frente.

Agradeço aos amigos e colegas que se mantiveram sempre prontos a me lembrar que existia algo além do que simplesmente o trabalho. Por todos os bons momentos que passamos juntos, o meu agradecimento para Roberta, Luciana, Caio, Fabio, Janaina, Mônica, Felipe e Ana. Ao Jocelito e à Rita, grandes amigos e colegas, um agradecimento especial pela disponibilidade de leitura e correção dos originais desta tese.

Gostaria de agradecer também a Jacqueline por todos os anos de convívio e pela possibilidade, a mim conferida, de ter me tornado pai. Aos seus familiares, deixo aqui também registrado os meus agradecimentos.

Agradeço também àqueles que, em terras distantes, contribuíram para a realização desta tese: ao professor Carlos Antonio Aguirre Rojas, o meu agradecimento pelas imprescindíveis trocas acadêmicas, à María Angélica N. Rodríguez, Luz Angélica F. García e Marcelo Campos, o meu agradecimento pelo apoio nos trabalhos realizados junto aos arquivos do *El Universal* e do *O Globo*.

Meus agradecimentos também ao professor Helder Gordim da Silveira, pelas suas orientações e pelo respeito e confiança depositados em minha pessoa e em meu trabalho.

Por último, mas não menos importante, gostaria de realizar um agradecimento todo especial a Lauren Valentim simplesmente por tudo, por cada instante; por tudo aquilo que passamos e ainda vamos passar. (T. Q.)

RESUMO

A emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas duas últimas décadas do século XX foi responsável por importantes transformações no contexto político-social latino-americano. Apresentando-se como representantes de um conjunto novo de movimentos sociais, o EZLN e o MST contribuíram com o processo de construção de novos referenciais e métodos de participação política. Contudo, a definição de uma imagem pública para os referidos movimentos não pode ser considerada, unicamente, a partir de seus discursos e mobilizações. Neste sentido, passamos a analisar o discurso produzido pelo jornalismo impresso uma vez que, no estudo apresentado por esta tese, compreendemos este como um importante agente político dentro do contexto latino-americano contemporâneo. É nosso objetivo analisar o processo de marginalização social do EZLN e do MST, a partir dos discursos produzidos, respectivamente, pelo *El Universal* e pelo *O Globo*. Como parte integrante do processo de marginalização proposto pelos jornais, identificamos ainda, como uma das estratégias discursivas, a criminalização dos movimentos sociais.

Palavras-chave: marginalização; criminalização; imprensa; agendamento; imagem pública.

ABSTRACT

The emergence of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN) and the Movement of Landless Workers (MST) in the last two decades of the twentieth century was responsible for important changes in political and social context of Latin America. Presenting themselves as representatives of a new set of social movements, the EZLN and MST contributed to the process of building new frameworks and methods of political participation. However, the definition of a public image for those movements cannot be considered solely from their speeches and demonstrations. In this sense, we analyze the speech produced by the newspaper industry since the study presented by this thesis, we understand this as a major political actor within the context of contemporary Latin American. It is our goal to analyze the process of social marginalization of the EZLN and MST, from the speeches made, respectively, by El Universal and O Globo. As part of the process of marginalization produced by newspapers, we also identified, as a one of the discursive strategies, the criminalization of social movements.

Keywords: marginalization, criminalization, press, agenda-setting, public image.

LISTA DE SIGLAS

ALCA- Área de Livre Comércio das Américas

CEBs- Comunidades Eclesiásticas do Brasil

CIOAC- Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos

CPT- Comissão Pastoral da Terra

EZLN- Ejército Zapatista de Libertação Nacional

FHC ou FH- Fernando Henrique Cardoso

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Master- Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NAFTA- Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (inglês: North American Free Trade Agreement)

OCEZ- Organización Campesina Emiliano Zapata

PAN- Partido Acción Nacional

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PRD Partido de la Revolución Democrática

PRI- Partido Revolucionário Institucional

PT- Partido dos Trabalhadores do Brasil

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

ULTAB- União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A imprensa escrita e o discurso de marginalização social no processo de formação e espacialização do EZLN e do MST.....	26
1.1 A imprensa escrita e a sua inserção no espaço político latino-americano.....	27
1.1.1 “ <i>El gran Diario de México</i> ”: as origens e a consolidação do <i>El Universal</i> no contexto do jornalismo mexicano.	27
1.1.2 A origem e a trajetória do vespertino que se transformou em uma das maiores redes de comunicação mundial: <i>O Globo</i>	32
1.2 A emergência do EZLN e do MST como representantes dos Novos Movimentos Sociais latino-americanos.....	37
1.2.1 Um exército que surge da selva: a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional.....	38
1.2.2 A luta pela terra e a constituição de uma nova identidade social: as origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	45
1.3 Entre o discurso e a prática: o processo de marginalização social do EZLN e do MST.	52
1.3.1 A espacialização de movimentos e imagens: as imagens produzidas pelo discurso jornalístico no processo de espacialização do EZLN e do MST	56
1.3.2 O EZLN e o MST em Marcha: as grandes mobilizações em direção à Capital Federal	64
2 As disputas políticas para além das urnas: o discurso jornalístico acerca da participação do EZLN e do MST durante os pleitos eleitorais.....	78
2.1. As últimas eleições presidenciais da década de noventa: o ocaso de uma tradição.	82
2.2. Entre rupturas e continuidades: os processos eleitorais e a transição político-partidária em princípios do século XXI.....	96
2.3. A manutenção da “nova ordem”: os processos eleitorais mexicano e brasileiro no ano de 2006	107
3 Da culpabilização à criminalização do EZLN e do MST: estratégias no processo de marginalização social.	120
3.1 De Eldorado dos Carajás à Acteal: histórias de luta e morte no campo latino-americano.....	123
3.1.1 Em nome da ordem, que se proceda o massacre. Mobilização e morte em Eldorado do Carajás.....	124
3.1.2 Entre constitucionais e autônomos, a violência como garantidora da ordem social em Chiapas.....	128
3.1.3 Das margens da rodovia às manchetes do jornal: o discurso jornalístico no processo de culpabilização do MST.....	132
3.1.4 Culpados pela construção de autonomias: a imputação de culpa pelo massacre de Acteal ao EZLN.....	138

3.2 A cobertura jornalística e o processo de criminalização midiática	144
3.2.1 A luta armada, o ataque ao Estado Democrático e as invasões de terras: as diferentes formações discursivas no processo de criminalização do EZLN e do MST.	145
CONCLUSÃO	157
BIBLIOGRAFIA.....	164
PERIÓDICOS CONSULTADOS	173

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX podem ser caracterizadas como um período de intensas transformações no contexto latino-americano, em que foram vivenciados a superação dos governos autoritários que tomaram o poder político no continente a partir dos anos sessenta; o desenvolvimento dos processos de redemocratização política associados, em muitos casos, à implementação de práticas econômicas neoliberais¹; o surgimento de um novo tipo de organização e mobilização social, em decorrência das limitações apresentadas pelos tradicionais canais de participação política. Acompanhando este processo de transformações políticas, econômicas e sociais, a constituição de novos referenciais teóricos, novos objetos e abordagens de pesquisas, fizeram-se presentes no âmbito dos estudos das Ciências Sociais.

Envolto por todo este contexto, buscando compreender as transformações em curso e refletindo sobre os possíveis impactos no cenário latino-americano e mundial, realizava a minha formação enquanto indivíduo e historiador. Foi, pois, justamente sobre o referido período histórico que me debrucei no intuito de realizar o meu primeiro grande processo de pesquisa acadêmica, qual seja, minha dissertação de mestrado.

As inquietações que me acompanharam ao longo da minha pesquisa de mestrado estavam diretamente relacionadas àqueles grupos que se apresentavam como uma nova forma de mobilização social. Distantes dos tradicionais canais de participação política (sejam eles representados pelos partidos políticos, ou mesmo, pelos movimentos guerrilheiros das décadas de sessenta e setenta), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentavam-se, entre outros, como expressões daquilo que a bibliografia (CALDERÓN ; JELIN, 1987; DAGNINO, 1994;

¹ Com relação à interpretação do conceito de neoliberal, destacamos a análise apresentada por Luiz Filgueiras (2006, p. 179): “Preliminarmente, se faz necessário diferenciar, conceitualmente, *neoliberalismo*, *projeto neoliberal* e *modelo econômico neoliberal periférico*. O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995). O segundo refere-se à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o *modelo econômico neoliberal periférico* é resultado da forma como o *projeto neoliberal* se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o *neoliberalismo* é uma doutrina geral, mas o *projeto neoliberal* e o *modelo econômico* a ele associado são mais ou menos diferenciados de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores”.

EVERS, 1984; GOHN, 1997; WARREN; KRISCHKE, 1987) passava a definir como Novos Movimentos Sociais.

Trabalhos como o de Maria da Glória Gohn (1997) identificam algumas dificuldades teóricas (e mesmo metodológicas) em se trabalhar com um objeto de estudos que, além de possuir especificidades que dificultam sobremaneira elaborar grandes análises conjunturais, não apresenta limites muito bem definidos. As diferentes investigações realizadas, ainda ao final dos anos noventa, apresentavam-se, em sua grande maioria, como estudos de caso que contribuíam para elencar algumas características esparsas.

Motivado pela atuação política de ambos os movimentos sociais, bem como pelas limitações apresentadas pela bibliografia referente ao tema, busquei analisar naquela ocasião, mediante um estudo comparativo, o processo de formação daquilo que compreendia ser um novo tipo de identidade, tendo como base os discursos produzidos pelo EZLN e pelo MST. A partir de uma análise, que tomou como referencial a produção discursiva dos movimentos, objetivava identificar, naquela pesquisa, além da constituição de um novo tipo de identidade política, a resignificação, por parte do EZLN e do MST, de um conjunto de conceitos² que, dentro deste novo contexto político latino-americano, tornavam-se ainda mais representativos.

Antes de compreender como encerrada aquela pesquisa, prefiro percebê-la como uma primeira etapa para as reflexões que me proponho, a partir de agora, a realizar dentro desta nova jornada de estudos. Revisitando o texto produzido, algumas carências, à luz de um conjunto novo de questões, tornaram-se evidentes. Comecei a me questionar sobre o processo de elaboração daquilo que passo a tratar como uma “imagem pública”, em relação ao EZLN e ao MST. Mesmo Manuel Castells (1999) tendo afirmado que movimentos sociais devem ser compreendidos a partir de seus próprios termos, acredito que o referido processo não pode ser limitado unicamente aos pronunciamentos realizados pelos movimentos. Desconsiderar a existência de um conjunto bastante vasto de fatores que irão atuar, de forma direta ou indireta, no processo de elaboração destas imagens, tanto do EZLN como do MST, pareceu-me ser um grave erro.

Ao longo desta tese será utilizado o conceito de “imagem pública”, uma vez que, mesmo reconhecendo as significativas contribuições realizadas por trabalhos como *Public Opinion*, de Walter Lippmann, publicado em 1922, no qual o autor analisa como é transmitida

² Foram analisadas, para além das novas formas de identidade social, as propostas de resignificação de conceitos como democracia, coletivos dirigentes e tempo político. (ANTONI, 2002).

e como se impõe a “opinião pública”, acredito que o referido conceito não preenche as exigências desta pesquisa. Acompanhando o desenvolvimento dos estudos em relação aos meios de comunicação de massa, podemos identificar algumas das inconsistências e limitações do conceito de “opinião pública”, fato este que influenciou em minha escolha.

Analisando o conceito de “opinião pública”, Emil Dovifat (1964, p. 109) afirma que: *“La opinión es el sostenimiento de una aseveración objetivamente insuficiente pero susceptible de confirmación y que por eso busca testimonios y confirmaciones por medio del convencimiento.”* Desta forma, destaca ainda o autor: *“Existen opiniones preponderantes, muy pronunciadas, pero una ‘opinión’ total, común a todos, o sea una opinión pública, no lo hay”* (idem, p. 110). Seguindo a análise proposta por Dovifat cabe-nos compreender que a elaboração da opinião, a percepção dos fatos, os vínculos estabelecidos para a interpretação, bem como, o próprio convencimento, são elementos que possuem a sua origem centrada no indivíduo, não podendo tais fenômenos se constituírem em espaço público, do coletivo. Lembra-nos ainda Francisco Fonseca (2005) que a apresentação do termo de opinião pública no discurso jornalístico resulta, antes de mais nada, de um jogo linguístico, no qual o termo é utilizado como forma de legitimação do discurso do referido meio de comunicação junto à sociedade, buscando transformar a sua opinião, privada, em uma entidade pública. Dentro desta mesma perspectiva Jean-Jacques Becker (1996, p. 190) afirma que “não podemos aceitar formulações tais como ‘a opinião pública pensa isto’, ‘deseja aquilo’ etc, cuja utilização, frequentemente, aliás, pelos políticos em particular, esconde sobretudo uma vontade de dissimular as próprias escolhas.”

Sendo o conceito de imagem pública, a partir do supracitado, compreendido, portanto, como o mais apropriado, cabe destacar alguns de seus pressupostos básicos. A percepção de imagem, aqui utilizada, não corresponde a uma definição tradicional, de uma tradução gráfica, plástica, visual ou icônica de um determinado objeto. Conforme nos sugere Wilson Gomes (2004), o termo “imagem” pode ser analisado tendo como base algo que não é propriamente visual. Segundo o autor, a imagem (e naquilo que diz respeito a esta tese, a imagem pública), deve ser compreendida como um fato cognitivo.

O problema é que no caso das imagens públicas não lidamos propriamente com pessoas mas com *personae* ou máscaras teatrais, não lidamos com a formação de uma ideia sobre alguém originadas pelos anos de convivência mas com o processo psicológico e social de caracterização. (GOMES, 2004, p. 258)

Percebo, portanto, a produção destas “imagens públicas” mediante alguns princípios básicos: a) é possível ter imagem daquilo a que não corresponde a qualquer representação visual; b) há certas imagens (públicas) que não podem sequer ser traduzidas visualmente; c) a imagem, em sentido visual, nem mesmo pode ser considerada um ingrediente essencial para a construção de imagens públicas. Assim, as imagens públicas se constituem a partir de ações e discursos e, além disso, com configurações expressivas que incluem, além de elementos visuais, um conjunto vasto de outros elementos.

Considerando, pois, um espectro bastante amplo de fatores e agentes envolvidos no processo de constituição destas imagens públicas, acredito que a imprensa escrita, por tudo aquilo que ela representa (e diz representar) nas sociedades contemporâneas, assume um papel de destaque neste processo, devendo ser considerada como um dos fatores de maior influência na produção destas referidas imagens. A partir deste momento, então, algumas questões preliminares começaram a surgir: o que é a imprensa? Como devo encarar o texto jornalístico?

Buscando constituir, a partir de então, os referenciais teóricos que darão sustentação a esta tese, me propus a analisar alguns dos principais elementos presentes na produção bibliográfica acerca dos meios de comunicação de massa e, mais especificamente, relacionados à própria prática jornalística (DeFLEUR, 1993; THOMPSON, 1995, 1998, 2003; TRAQUINA, 2004; DOVIFAT, 1964; GOMIS, 1991 ; KUNCZIK, 2001; GOMES, 2004). Sem ter como objetivo elaborar uma nova teoria sobre o tema ou mesmo promover um exaustivo estudo sobre as correntes teóricas existentes, neste momento busquei analisar, objetivamente, algumas das diferentes contribuições realizadas, ao longo dos últimos anos, no campo teórico do jornalismo, de modo a compreender como algumas destas teorias foram se constituindo, como interagem e como se relacionavam com outras áreas do conhecimento.

Derivaram destes estudos preliminares dois universos de análise. Um primeiro, que corresponde ao estudo das “grandes correntes teóricas” que nortearam as reflexões acerca do jornalismo na segunda metade do século XX; enquanto que um segundo foco de investigação corresponde a elementos mais pontuais, extraídos das práticas jornalísticas propriamente ditas, vinculados à seleção dos assuntos, às formas de abordagens destes, ou ainda, às estratégias de transmissão destas informações aos leitores.

A atividade jornalística, ou ainda, o papel desempenhado pela imprensa no início do século XX pode ser compreendida a partir daquilo que se definiu como a Teoria do Espelho.

Segundo os seus pressupostos, a Teoria do Espelho compreendia a imprensa escrita como sendo reprodutora fidedigna dos acontecimentos cotidianos. Ao jornalista cabia, no desenvolvimento do seu ofício, relatar a veracidade dos fatos; não apresentando influências políticas (ideológicas), este relato seria compreendido como uma apropriação fiel da realidade. Mesmo que ainda hoje possamos encontrar, em alguns setores da sociedade, a reprodução destes referenciais, as elaborações teóricas no campo do jornalismo alteraram-se, transformando significativamente tal percepção.

Na década de cinquenta, contrapondo-se aos pressupostos anteriores, novas teorias explicativas analisaram o papel desempenhado pela imprensa escrita. Naquele momento, as novas abordagens, representadas pelas teorias do “Gatekeeper” e pela teoria Organizacional, refutaram a percepção de que a notícia é uma “reprodução fiel e pura da realidade”. Ambas as teorias apresentaram como elementos mais significativos, rompendo com os pressupostos até então aceitos, a percepção de que o processo de construção da notícia deve ser compreendido como fruto de uma série de escolhas, sejam elas privadas (sendo explicadas pela ação pessoal, pela subjetividade do jornalista) ou ainda, motivadas por algum tipo de constrangimento organizacional (a partir do qual a ação do jornalista não é livre, devendo se submeter - e ao seu texto - à política editorial da empresa).

Somando-se a estas abordagens, a partir das quais podemos perceber, de forma bastante expressiva, a ação do jornalista na constituição da notícia, o contexto político-social da década de sessenta contribuiu para a elaboração de novas perspectivas teóricas para o jornalismo. As teorias da Ação Política e Construcionista contribuíram a partir deste momento, de forma bastante significativa, na constituição da percepção da notícia e do trabalho do jornalista como resultado de um processo que, permeado por ideologias, corresponde não somente a seleção de informações, mas fundamentalmente de construção da notícia. Tais pressupostos, contudo, não devem ser percebidos como “distorções”, ou mesmo fragilidades do fazer jornalístico, antes sim, materializam o reconhecimento da notícia enquanto uma narrativa, construída por um sujeito (o jornalista) que se encontra submetido e vinculado a diferenças forças políticas.

Será, pois, como credora das teorias que a antecederam, que a Teoria Interacionista se estruturará. Considerada como mais uma das teorias macrosociológicas, a referida Teoria Interacionista concorda que as notícias correspondem a um produto social, resultante de diferentes fatores, que compreendem elementos de ordem institucional, burocrática e

ideológica. Nelson Traquina (2004, p. 204), em seu trabalho sobre as diferentes correntes jornalísticas, apresenta a seguinte consideração acerca desta teoria:

Rejeitando a teoria do espelho e criticando o “empirismo ingênuo” dos jornalistas, a teoria interacionista defende que os jornalistas não são simples observadores passivos mas participantes ativos na construção da realidade. As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias.

Contribuindo para a estruturação de um referencial teórico acerca do papel desempenhado pela imprensa, busco ainda referências nos trabalhos desenvolvidos por George Gerbner (1971), bem como, naqueles apresentados por Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw (2000). Nesse momento pretendo me apropriar, para além das macroteorias do campo jornalístico, dos referenciais que irão me auxiliar nas reflexões acerca das estratégias e dos “efeitos de sentido” produzidos pelo discurso jornalístico propriamente dito. Autores como Gerbner e McCombs apresentam, em seus respectivos trabalhos, importantes reflexões acerca do poder constitutivo das imagens e representações de fatos, como também, do condicionamento apresentado pela imprensa acerca das possibilidades de interpretações de determinados acontecimentos.

George Gerbner e o seu grupo de estudos, desenvolveram uma argumentação a partir da qual se acredita que o produto apresentado pela mídia pode condicionar crenças e, conseqüentemente, influenciar no padrão de conduta social. Desta forma o autor trabalhou com uma proposta definida como “teoria da cultura”. Tal proposta reconhece na mídia, a possibilidade de cultivar um sentimento ou ideia, tendo como base a divulgação de determinadas notícias, de forma contínua, em detrimento de outras.

Complementarmente aos pressupostos apresentados por Gerbner, os estudos de Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw, identificam na prática jornalística a constituição de uma espécie de “agendamento” (*agenda-setting*) que, deixou de ser unicamente um “agendamento da imprensa”, para tornar-se um “agendamento do público”. Em suas análises, evidenciam-se as correspondências entre os assuntos abordados pela imprensa e o grau de relevância que estes apresentam junto aos diferentes setores da sociedade. Mesmo reconhecendo a impossibilidade de estabelecer uma relação determinante e direta entre o fato

noticiado e a representação que a sociedade irá constituir deste, o autor afirma que o destaque dado pela mídia a determinados assuntos, possui uma correspondência com a hierarquização dos assuntos debatidos no espaço social.

Neste sentido, contribui para a elaboração do referencial teórico desta tese a percepção de que a imprensa escrita não pode definir, taxativamente, o que os seus leitores irão pensar, quais deverão ser as suas impressões acerca dos fatos. Não reconheço, desta forma, o jornal como uma instituição detentora de uma condição autoritária e impositiva em relação à recepção e interpretação, que os seus leitores farão, das notícias apresentadas. Assumo desta feita, como referencial para as análises que constituirão a minha argumentação, a percepção de que o jornal possui sim uma grande capacidade de sugerir aos seus leitores uma espécie de roteiro, tanto de notícias, como de possibilidades de interpretação das mesmas. Expondo os seus leitores, de forma sistemática, a um conjunto de notícias, que versam sobre assuntos determinados, condicionando estes a um número específico de possibilidades de interpretação, os jornais *El Universal* e *O Globo*³, constituem-se como órgãos de comunicação de massas que sugestionam um determinado “olhar” aos seus leitores, convidando os mesmos a refletirem como base em um conjunto limitado de assuntos e alternativas de interpretações.

Consolidava-se, de forma paralela a este processo de elaboração teórica, a hipótese central desta tese, qual seja, percebe na prática jornalística desenvolvida tanto pelo *El Universal*, como pelo *O Globo*, a proposição de um discurso e a constituição de uma imagem pública que sugestionava a marginalização e a criminalização social, tanto do Exército Zapatista de Libertação Nacional como do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Tomando como base, portanto, estudos realizados acerca dos movimentos sociais, bem como, as perspectivas de análise relacionadas ao meio jornalístico, passaram a se delimitar, neste momento, os objetivos centrais desta pesquisa.

- a) Analisar a constituição das interpretações apresentadas pela imprensa em relação ao EZLN e o MST e sua contribuição para a constituição de uma imagem pública em relação aos mesmos;

³ A escolha pelos jornais *El Universal* e *O Globo* deve-se ao fato de que estes representam um dos mais importantes veículos de imprensa escrita em seus respectivos países. A tiragem média de ambos os jornais aproxima-se de 300 mil exemplares. Cabe destacar ainda que além das publicações referidas, os respectivos grupos comunicacionais possuem ingerência sobre outras publicações regionais, bem como, emissoras de rádio e televisão, fato este que reforça a importância que ambos possuem dentro de seus contextos nacionais.

- b) Compreender as estruturas argumentativas da imprensa no processo de agendamento das interpretações acerca das práticas adotadas pelo EZLN e o MST.

Tendo estabelecido alguns dos referenciais teóricos, os quais irão nortear a minha abordagem na apreensão destes jornais, enquanto grandes veículos de comunicação de massas, bem como, em consonância com os objetivos traçados, fez-se necessário um aprofundamento das reflexões dentro de um novo campo teórico. Este novo momento de elaboração teórica, encontra-se relacionado ao estudo das estruturas do texto jornalístico propriamente dito, ou seja, na apresentação da enunciação do texto, nas suas formações discursivas, na constituição de seu corpo discursivo.

Objetivando compreender as estruturas argumentativas utilizadas pela imprensa, bem como, analisar a constituição de uma imagem pública acerca dos movimentos, tornou-se imprescindível, para a elaboração das análises acerca do texto jornalístico, a apreensão dos pressupostos teórico-metodológicos elaborados pela escola francesa da Análise de Discurso (AD), representada fundamentalmente nas obras de Michel Pêcheux (1988; 1990). Considerado o fundador da Escola Francesa da AD, Pêcheux concebe o discurso como efeito de sentido entre interlocutores, como um espaço de inter-relação entre linguagem e ideologias. Assim como Michel Pêcheux, Teun A. van Dijk (2000; 2008), Guita Grin Debert (1979), Haqira Osakabe (1999), Eni Puccinelli Orlandi (1993; 1996; 2007) e Freda Indursky (1999; 2000), contribuíram para elaboração de meu referencial teórico acerca da análise dos discursos elaborados pela imprensa.

Faz-se importante aqui estabelecer, de forma bastante clara, uma diferenciação entre duas metodologias distintas, quais sejam: a Análise de Discurso (AD), a qual, como já afirmei, irá balizar as análises propostas nesta tese, e a Análise de Texto (AT). O procedimento estabelecido pela AT, concentra-se nas relações internas do texto, ou seja, em seus aspectos linguísticos e gramaticais; enquanto que a AD considera, de forma relevante, as condições sócio-históricas nas quais se organiza o discurso, bem como, a condição dos interlocutores para a análise dos “efeitos de sentido”.

Contribuindo para a elaboração de meu referencial metodológico, vinculado a AD, busco agregar elementos provenientes daquela que foi chamada de Teoria de Enunciação do Discurso, fruto do desenvolvimento, na década de oitenta, da terceira geração dos estudos da semiologia. Por intermédio das obras de Mikhail Bakhtin (2000) e Émile Benveniste (1989; 1995), consolido as minhas percepções acerca da natureza dos discursos e de seus

enunciadores. A língua (ou podemos considerar o texto), segundo os autores, deixa de ser um sistema neutro, uma vez que esta, só passa a existir a partir da intervenção de um sujeito. A ação deste sujeito, portanto, desencadeia um processo de construção de significados, que emergem do texto elaborado, como também, de todo um conjunto de elementos os quais circunscrevem a figura do enunciador. Como destaca Cândida Lemos França Mariz (2008, p. 44), no que se refere às especificidades do discurso dos meios de comunicação impressos:

Assim, considerar o contexto como parte do processo de produção do enunciado implica em conferir a este enunciado diferentes modalidades de realizar um ato de linguagem, o que, por sua vez, depende da situação particular que o gerou e da relação que se estabelece entre os personagens deste ato de linguagem. A perspectiva de entender o discurso a partir de uma abordagem enunciativa parece mais apropriada para empreender um estudo das mensagens produzidas pelos meios de comunicação, tendo em vista a configuração estratégica destas mensagens, a partir de um fazer persuasivo junto aos públicos.

Neste sentido, a AD e a Teoria de Enunciação do Discurso, conferem uma perspectiva de análise dos meios de comunicação e dos discursos produzidos por estes, que irão além do conteúdo textual das mensagens, permitindo um aprofundamento das reflexões acerca dos processos enunciativos e de construção dos sentidos nos discursos.

Tendo como base o aporte teórico-metodológico constituído a partir das análises realizadas acerca da imprensa e do texto jornalístico, tomando desta forma como referenciais as Teorias Interacionista, de Análise de Discurso e de Enunciação, senti a necessidade de um suporte metodológico complementar, que se relacionava não ao jornal ou ao texto jornalístico, mas sim, ao contexto no qual estes estavam sendo produzidos e no qual percebemos a atuação de ambos os movimentos sociais.

A condição de proceder a uma análise mais aprofundada dos discursos jornalísticos impôs, desta forma, uma perspectiva de estudo e investigação que não levasse em conta, tão somente, questões circunscritas a uma esfera regional ou nacional. A adoção de um método comparativo de análise, levando em consideração duas realidades nacionais distintas, contribuiu sobremaneira para a estruturação desta tese. Conforme destaca José D'Assunção Barros (2007, p. 05) acerca da elaboração de um estudo de História Comparada:

Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes será possível ainda a prática da ‘iluminação recíproca’, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum.

Partindo-se, portanto, das realidades mexicana e brasileira, estudando o que lhes é comum mas, considerando também como pontos relevantes a identificação e análise das suas particularidades, acredito que me foi permitido elaborar um estudo que, certamente, extrapola os limites territoriais dos dois países e constitui uma reflexão acerca do processo de marginalização e criminalização dos movimentos sociais na América Latina.

Buscando relacionar um conjunto de reflexões teóricas, às práticas jornalísticas, bem como, à atuação do EZLN e do MST, proponho a subdivisão desta tese em três capítulos os quais, brevemente, passo a apresentar.

O primeiro capítulo possui como foco principal de investigação as produções jornalísticas acerca do EZLN e do MST, referentes aos momentos de interlocução destes com os seus respectivos contextos nacionais. Defino como sendo momentos de “interlocução dos movimentos com os contextos nacionais”, episódios presentes nas histórias do EZLN e do MST, a partir dos quais, de alguma maneira, os movimentos obtiveram (ou pretendiam obter) uma projeção dentro do contexto político nacional. Tais episódios serão considerados no desenvolvimento desta tese, como elementos definidores do chamado processo de espacialização⁴ dos movimentos sociais. Estes momentos foram caracterizados nesta pesquisa a partir de dois diferentes episódios: a) o primeiro conjunto de episódios será caracterizado pela divulgação das Declarações da Selva Lacandona⁵ (por parte do EZLN) e pela realização

⁴ “Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É ‘escrever’ no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupação e recuperação contínua de terras, etc.” (FERNANDES, 1997, p. 137)

⁵ As Declarações da Selva Lacandona correspondem a pronunciamentos feitos pelo EZLN que congregam os princípios e diretrizes políticas básicas defendidas pelo movimento. Tendo como base o recorte cronológico desta tese, serão consideradas as cinco Declarações produzidas pelo movimento. Estes documentos encontram-se assim distribuídos: I Declaração da Selva (janeiro de 1994); II Declaração da Selva (junho de 1994); III Declaração da Selva (janeiro de 1995); IV Declaração da Selva (janeiro de 1996); V Declaração da Selva (julho de 1998); VI Declaração da Selva (junho de 2005).

dos Congressos Nacionais⁶ (por parte do MST); b) e um segundo momento a ser analisado corresponde às Marchas⁷ realizadas, tanto pelo EZLN como pelo MST em direção aos seus respectivos Distritos Federais.

Em se tratando de diferentes episódios - possuidores de diferentes naturezas - representados por pronunciamentos escritos, passando pela realização de encontros, chegando até mesmo à organização de grandes marchas nacionais, será possível perceber ao longo deste capítulo, diferentes estratégias discursivas utilizadas pelos jornais, no intuito de promover a marginalização do EZLN e do MST. Contribuíram de forma bastante significativa, para a estruturação deste capítulo, algumas propostas de análise apresentadas no trabalho realizado por Eduardo Ferreira de Souza (2004), no qual o autor apresenta a abordagem realizada pela revista *Veja* em relação ao MST. Identifica, o autor, as diferentes formações discursivas que caracterizam as abordagens realizadas pela revista em relação ao movimento, perpassando momentos que estão representados ora pelo “silêncio” em relação às práticas desenvolvidas pelo movimento, ora pela tentativa de “cooptação”, ou ainda configuram-se através de tentativas que buscam a “divisão” do movimento e, posteriormente, a sua “satanização”. Não tendo a preocupação de buscar estabelecer a mesma periodização proposta pelo autor, reconheço nos conceitos apresentados, uma importante contribuição para a análise das reportagens apresentadas tanto do MST como do EZLN.

O segundo capítulo terá como base a análise da produção discursiva jornalística acerca do EZLN e do MST circunscrita ao período referente às três últimas eleições presidenciais. Serão analisadas, portanto, os processos eleitorais de 1994, 2000 e 2006 no México, enquanto que a análise relacionada às eleições brasileiras levará em consideração os processos realizados em 1998, 2002 e 2006.

Os períodos concernentes aos pleitos eleitorais possuem uma grande relevância, uma vez que, congregam e ressaltam, de forma *sui generis*, a pluralidade das forças políticas nacionais, seus diferentes projetos e posições políticas (BARREIRA ; PALMEIRA, 1998; BARREIRA, 1998; CHERESKY, 2007; SANTANDER ; PENTEADO, 2008). Como destaca Irllys Barreira (1998), as campanhas eleitorais constituem-se como um “tempo inaugural”,

⁶ Os Congressos Nacionais organizados pelo MST correspondem a encontros nos quais as principais lideranças do movimento, bem como, representantes da militância discutem as diretrizes políticas do movimento, as suas estratégias de ação e pontos de reivindicação. Serão considerados, dentro dos limites cronológicos estabelecidos, apenas dois congressos: III Congresso Nacional (julho de 1995) e o IV Congresso Nacional (agosto de 2000).

⁷ Ambos os movimentos realizaram uma marcha em direção aos seus respectivos distritos federais. A marcha realizada pelo MST ocorreu em 1997, enquanto que a marcha promovida pelo EZLN ocorreu em 2001.

representando uma espécie de discurso fundador, que define quem serão os atores sociais com direito a fala, bem como, materializa em torno destes atores, diferentes projetos e grupos de interesses.

Mesmo que os movimentos sociais analisados ao longo desta tese não venham a assumir, no transcurso dos processos eleitorais, uma posição central nas disputas políticas, é de grande relevância propor o estudo desta relação, que envolve os movimentos sociais e os processos eleitorais. A importância deste estudo encontra-se no fato de que, em última análise, as eleições presidenciais devem ser compreendidas, segundo o discurso dos próprios jornais, como a representação máxima do Estado Democrático de Direito, enquanto que as ações promovidas pelo EZLN e pelo MST, dissociadas destes processos, passam a ser consideradas ilegítimas, sendo desta forma, marginalizadas. Estabelece-se, assim, um embate entre duas formas de ação política: uma legitimada pelo discurso jornalístico, que defende a participação político-eleitoral como a única forma legítima de participação; e a outra, que será refutada e combatida pelos órgãos de imprensa, promovida pelos movimentos sociais por meio de suas formas alternativas de atuação.

Além de contribuir com o processo de marginalização dos movimentos sociais, a vinculação de reportagens acerca do EZLN e do MST, dentro do referido período, cumpre ainda uma segunda função. Paralelo ao processo de crítica ao EZLN e ao MST, encontramos uma tentativa de associação de determinados partidos e candidatos a estes movimentos, postura esta que, de forma ativa, irá atuar (em maior ou menor grau) no desequilíbrio das forças políticas em disputa. Neste momento, o discurso crítico em relação ao EZLN e ao MST, reafirmando a sua condição marginal, apresentará também como foco o ataque e a desqualificação de determinados candidatos. Antes de contribuir para uma inserção dos movimentos sociais ao espaço institucionalizado de atuação política, o discurso jornalístico, promovendo uma sobreposição de imagens entre movimentos e candidatos, buscará impingir a estes últimos um mesmo grau de descrédito e ilegitimidade atribuído aos movimentos sociais.

No terceiro capítulo destaco, além do processo de imputação de culpa aos movimentos sociais por determinados procedimentos assumidos, um dos mais importantes aspectos constitutivos do processo de marginalização dos movimentos: a criminalização das ações promovidas pelo EZLN e pelo MST. As noções de crime que utilizo ao longo desta tese advêm dos referenciais propostos pela Teoria da Criminologia Crítica, que percebem o crime,

não a partir de um status ontológico, mas, fundamentalmente, como resultado de uma construção social. Conforme destaca Alessandro Baratta (2002, p. 108), “a criminalidade não existe na natureza, mas é uma realidade constituída socialmente através de processos de definição e de interação. Neste sentido, a criminalidade é uma das ‘realidades sociais’”.

Assim sendo, pensar o crime, não é necessariamente, refletir sobre o ato criminoso em si, o delito, a contravenção. A Criminologia Crítica propõe, primeiramente, percebermos o processo de qualificação do ato como desviante, ou seja, compreender os mecanismos e as circunstâncias que promoveram a referida adjetivação do ato, a sua classificação como uma “anomalia” da ordem social. Contribuindo com os referenciais apresentados pela Criminologia Crítica, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, elabora uma análise a partir da qual o autor propõe uma diferenciação dos chamados “atos de violência” e “estado de violência”. Segundo o referido autor

[...] a fundamental distinção entre estados de violência e atos de violência está no fato de que] quase sempre estes últimos decorrem daqueles, os quais articulam normalmente a dominação exercida pelas classes privilegiadas, mediante opressão, a exploração, a injustiça, a discriminação, a excludência, etc. (MENEZES in LEAL ; PIEDADE JÚNIOR, 2003, p. 136)

Desta forma o “ato de violência” constitui a ação criminosa propriamente dita - o delito – a prática diária e localizada da contravenção. O “estado de violência”, contudo, apresenta-se como um fenômeno mais complexo, que extrapola os limites do cotidiano, encontrando-se relacionado a um processo de mais longa duração, de produção e propagação de um sentimento social de insegurança e apreensão. A criminalização da ação política dos movimentos contribuirá, desta forma, para a proliferação deste sentimento de medo que, mesmo não correspondendo a um real aumento da criminalidade, servirá de forma bastante eloquente para a adoção de políticas de controle social, bem como, para a promoção de um distanciamento entre as ações promovidas pelos movimentos do restante da sociedade civil, daquele comportamento socialmente esperado, desejado.

O levantamento das fontes jornalísticas utilizadas no transcorrer desta pesquisa – e que serão encontradas em profusão ao longo dos diferentes capítulos - foi realizado a partir de dois procedimentos distintos. Uma primeira busca foi realizada por meio eletrônico, acessando os arquivos que tanto o jornal *El Universal* como *O Globo* disponibilizam pela

internet. Estes arquivos digitais, contudo, possuíam uma limitação temporal, não disponibilizando o conjunto completo de reportagens necessárias para a confecção desta pesquisa. Os arquivos disponibilizados por meio eletrônico pelo *O Globo* compreendiam textos produzidos até 1997, enquanto que o sistema de busca do *El Universal* apresentava a produção jornalística a partir de 1999. Desta forma, com o objetivo de completar o levantamento das fontes, realizei um período de pesquisas nas sedes dos dois jornais, respectivamente na Cidade do México e no Rio de Janeiro. Somando-se a documentação obtida por meio eletrônico com aquela buscada nas hemerotecas dos jornais, foram totalizados 790 documentos, dos quais 441 estão relacionados ao EZLN e 349 dizem respeito ao MST. O critério utilizado no estabelecimento do recorte cronológico relativo às fontes jornalísticas, está relacionado a um período que se circunscreveu a um intervalo de trinta dias dos fatos elencados. Cabe destacar, contudo, que devido à natureza plural dos fatos analisados, definiram-se dois recortes cronológicos distintos. Com relação àqueles acontecimentos, para os quais existia alguma previsão de ocorrência, como por exemplo, a realização das marchas, ou mesmo as campanhas eleitorais, foram selecionadas as quinze últimas edições do jornal que antecederam o acontecimento, e as quinze edições imediatamente posteriores ao fato. Com relação àqueles episódios sobre os quais não havia nenhuma previsibilidade, fatos que irromperam abruptamente no contexto social, foram selecionadas as reportagens dos trinta dias subsequentes ao acontecimento.

Gostaria, neste momento, fazer uma breve porém importante observação em relação às condições de pesquisa e acesso a informação em cada um dos países. Com relação às publicações realizadas pelo jornal *O Globo*, somente obtive acesso a este material mediante pagamento, seja pelos arquivos eletrônicos ou mesmo pelas cópias produzidas na sede do jornal. Cabe destacar ainda que o referido jornal cobra, dos pesquisadores, um valor por hora de permanência dentro das suas instalações. De forma diametralmente oposta, não me foi cobrado absolutamente nada pelo acesso aos textos produzidos pelo *El Universal*, tanto eletrônicos como impressos. O tratamento oferecido pelos funcionários do jornal mexicano, em especial da equipe responsável pela administração da hemeroteca, foi extremamente cordial. Minha rotina de trabalho envolvia, por vezes, jornadas de até oito horas diárias de pesquisa nas dependências do jornal, pelas quais reitero não me foi cobrado qualquer valor. Assim, infelizmente devo afirmar que, relacionando este a tantos outros elementos, senti-me muito mais acolhido e motivado para exercer o ofício de pesquisador fora de meu próprio país.

Convido o leitor, a partir deste momento, a acompanhar a trajetória desta narrativa que busca identificar alguns dos principais aspectos envolvidos no campo das disputas políticas latino-americanas.

CAPÍTULO I

1 A imprensa escrita e o discurso de marginalização social no processo de formação e espacialização do EZLN e do MST.

Certamente um dos elementos que pode ser considerado decisivo para o sucesso de um movimento social, para além da formação primeira de seus quadros, está relacionado à sua condição de diálogo com a sociedade, ou melhor, em sua capacidade de interlocução com os diferentes segmentos que compõem uma sociedade. A publicização de suas propostas, por meio de discursos e ações, a constituição de um novo referencial identitário, na tentativa de composição de novos quadros, bem como, a busca pela estruturação de uma imagem pública positiva, constituem-se como elementos fundamentais no desenvolvimento deste processo de interação social.

A referida ação, contudo, não ocorre de forma isolada e nem tampouco em um espaço vazio. Como já afirmamos na introdução desta tese, o processo de elaboração destas imagens irá se dar envolta por um amplo e complexo contexto político-social, no qual devem ser percebidos a existência de diferentes discursos que buscam, além da constituição de sua própria legitimidade, a construção da sua hegemonia sobre os demais. Assim, com o objetivo de buscar a compreensão dos referidos discursos, lembra-nos Guita Grin Debert (1979, p. 29): “é fundamental levar em conta, além da própria mensagem, a relação que se estabelece entre o locutor, o ouvinte e a situação em que o discurso é produzido.”

Desta forma, neste primeiro capítulo, antes de dar início à análise dos discursos jornalísticos propriamente ditos, faz-se necessária uma breve apresentação das origens, das estruturas formadoras e das trajetórias, tanto dos movimentos sociais - do EZLN e do MST - como também das empresas jornalísticas - *El Universal* e *O Globo*.

Segue, a este breve histórico, a análise do discurso jornalístico apresentado em relação a alguns episódios que, acreditamos, sejam representativos nesta fase de espacialização dos movimentos, tanto em nível nacional, como, internacional. Serão considerados dois grupos de eventos: em um primeiro grupo serão selecionados, como documentos de análise as reportagens produzidas em virtude da realização do 3º e 4º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organizados pelo movimento, respectivamente, em 1995 e 2000, enquanto que no caso do Exército Zapatista de Libertação

Nacional, serão consideradas as matérias vinculadas ao período de divulgação das seis Declarações da Selva Lacandona, apresentadas pelo movimento entre 1994 e 1998; no segundo grupo de textos, serão consideradas as reportagens produzidas durante a realização das Marchas promovidas pelo MST, em 1997, e pelo EZLN, em 2001.

1.1 A imprensa escrita e a sua inserção no espaço político latino-americano.

Considerada, durante muito tempo, como uma fonte suspeita e de pouca importância para os estudos históricos, a imprensa escrita conquistou, nas últimas décadas do século XX um novo status, passando a ser considerada uma importante fonte de pesquisa. A imprensa, a partir de um novo enfoque de investigação acadêmica, irá assumir, além de sua condição de um depositário de acontecimentos do passado, um caráter de objeto de estudo muito mais complexo. A fim de compreender algumas das especificidades do próprio objeto pesquisado (a imprensa escrita), bem como, das diretrizes políticas que irão orientar os seus discursos, faz-se necessário o resgate de alguns elementos que foram marcantes tanto na sua trajetória, como nas suas relações com o seu contexto nacional.

1.1.1 “*El gran Diario de México*”: as origens e a consolidação do *El Universal* no contexto do jornalismo mexicano.

A origem do jornal *El Universal*, nos remete a um período histórico de importância singular, não só para o contexto mexicano, como para a história de todo o continente americano, qual seja, o processo político-social da Revolução Mexicana de 1910. O referido processo revolucionário mexicano, em princípios do século XX, além de promover a deposição do Governo de Porfírio Díaz, corresponde ao primeiro movimento de ruptura das estruturas do Estado Oligárquico no contexto latino-americano

O Governo de Porfírio Díaz, eleito pela primeira vez em 1876, representava os interesses da oligarquia mexicana. Após trinta e um anos no poder, Díaz havia conferido ao México uma estrutura de poder político e econômico, extremamente autoritárias, excludentes e centralizadoras. Claudia Wasserman (2002, p. 41) destaca alguns números referentes ao contexto pré-revolucionário e que caracterizavam o Estado Oligárquico mexicano:

Em 1910, um terço da população mexicana era indígena e um pouco mais da metade era mestiça, atributos variáveis de região para região. Dos quinze milhões de habitantes, doze milhões eram camponeses e 840 pessoas eram ‘hacendados’, que detinham 90% do território. A participação política era restrita e as justificativas para o poder tirânico de Díaz tinham origem nas influências do positivismo europeu exercido sobre um grupo de partidários de Díaz, chamados ‘científicos’. Preconizavam a necessidade de ordem interna para realização do progresso econômico e, assim, justificavam o uso da repressão e da violência contra os opositores do regime.

Será, em oposição a este governo e a estrutura de Estado vigentes que se mobilizarão diferentes forças políticas. Como expoentes destas referidas forças políticas podemos citar tanto Francisco Indalêncio Madero, candidato de oposição à presidência da república pelo *Partido Antirreeleccionista* como as lideranças populares representadas pelas figuras de Pancho Villa e Emiliano Zapata.

Diferentemente do que Villa e Zapata, Madero não pode ser identificado como uma liderança popular, antes sim, encontrava-se vinculado a setores abastados da sociedade mexicana. As suas principais bases de apoio eram, majoritariamente, intelectuais ou membros das classes médias. É, pois, associado a este contexto político e proveniente destes segmentos sociais mais abastados, de oposição à estrutura oligárquica, que encontramos a figura de Félix Fulgencio Palavicini, responsável pela fundação, em 01 de outubro de 1916, do jornal *El Universal*.⁸

Engenheiro por formação, Félix Fulgencio Palavicini, inicia a sua incursão pelo espaço jornalístico em 1901 quando funda o semanário *El Precursor*. Após regressar de um período de estudos na Europa funda, em 1908, um novo periódico chamado de *El Partido Republicano*, no qual já vinculava ideias *antirreeleccionistas* em oposição a Porfírio Díaz. A sua posição contrária ao governo de Díaz o levou para junto do grupo de Francisco Madero e para a direção do jornal *El Antirreeleccionista*.

⁸ Com relação às informações referentes à história do jornalismo mexicano, foram consultadas obras como: SECANELLA, Petra Maria. *El periodismo político em México*. Barcelona: Mitre, 1983. Em se tratando especificamente da história do *El Universal*, constituíram-se como importantes fontes de consulta, além de alguns títulos relacionados a trabalhos acadêmicos, publicações como: *El Universal. Espejo de Nuestro Tiempo. 90 Años de El Gran Diario de México*. Ciudad de Mexico, D.F.: MVS Editorial, 2006, e também os três tomos da publicação *Los movimientos armados en México 1917-1994*. México: El Universal, 1994. Ambas as publicações são de responsabilidade do próprio jornal, sendo o primeiro título associado a um compêndio da evolução histórica do jornal, enquanto que o segundo corresponde a uma coletânea de reportagens realizadas pelo jornal, acerca da temática de movimentos armados mexicanos, durante um intervalo de setenta e sete anos, o que certamente contribuiu para a identificação de alguns dos princípios políticos defendidos pelo *El Universal*.

Félix Palavicini, no decurso do longo processo revolucionário mexicano, ocupou importantes cargos públicos nos governos de Francisco Madero e Venustiano Carranza. Em 1911 foi nomeado diretor da *Escuela Industrial de Huérfanos* e, em 1915, já na condição de deputado, foi designado como *Secretario de Instrucción Pública y Bellas Artes*.

Devido a sua atuação política, todavia, também foi alvo de perseguições. Félix Palavicini havia sido preso em outubro de 1913, quando da dissolução do Congresso, por ordens de Victoriano Huerta, sendo liberado somente em abril de 1914.

Mesmo tendo participado do processo revolucionário iniciado em 1910, Félix Palavicini era considerado um homem de posições moderadas. Em 1917 Palavicini participou como congressista junto da Assembleia Constituinte que elaborou a nova Constituição mexicana. A atuação de Félix Palavicini junto aos debates legislativos contribuíram, em certa medida, para conferir ao *El Universal*, em suas linhas editoriais, um caráter legalista.

Fiel às suas origens, fortemente envolto pelo contexto político nacional, pudemos perceber nas páginas do *El Universal* a apresentação de alguns dos principais embates políticos ocorridos na história recente mexicana. Buscando construir uma imagem que representasse, de alguma forma, a defesa de um pluralismo político, o jornal apresentava um conjunto bastante diverso de publicações, nas quais podem ser encontradas, por exemplo, no dia 08 de maio de 1920, a reprodução do *Plan de Agua Prieta*⁹; ou ainda, em 03 de dezembro de 1923, a *Plataforma política del Partido Cooperatista Nacional*.¹⁰

O ano de 1923 será marcado também pelo afastamento de Félix Palavicini da direção do jornal uma vez que este assumia como seu principal objetivo, a partir desta data, dedicar-se

⁹ Manifesto divulgado em abril de 1920, por Plutarco Elias Calles, contrário ao governo de Venustiano Carranza. Além de não reconhecer o governo de Carranza, o referido documento acusa o então presidente de ter “*burlado de uma maneira sistemática el voto popular; há suspendido, de hecho, las garantías individuales; há atentado repetidas veces contra La soberanía de los Estados y há desvirtuado radicalmente la organización política de la República.*” O referido manifesto divulgado a partir da cidade de Agua Prieta (no estado de Sonora), denunciava ainda violações à Constituição e aos princípios da Revolução Mexicana, indicava o não reconhecimento dos legisladores eleitos nos estados de Guanajuato, San Luis Potosí, Nuevo León, Querétaro e Tamaulipas, entre outros.

¹⁰ Fundado em 7 de agosto de 1917, o Partido Nacional Cooperatista (PNC) apresentava em seu programa, de maneira geral, os seguintes itens: “*fomentar el cooperativismo como solución a los problemas económicos del pueblo, por lo que su divisa es la democracia económica cooperativa; nacionalización de la tierra y de las grandes industrias de servicios públicos; impulso a la irrigación y al progreso de las comunicaciones; sustitución del Ejército por guardias ciudadanas; ampliación de la educación pública y autonomía de los centros universitarios y técnicos de enseñanza; supresión de la pena de muerte y modificación de los Códigos Penal y Procesal; proclamación del principio universal de no intervención en el orden internacional*”. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org>> . Acesso em: 20 out. 2011.

a sua carreira política.¹¹ Mediante a saída de Palavicini, o controle do jornal passa para Miguel Lanz Duret e posteriormente, com a morte deste em 1940, para o seu filho Miguel Lanz Duret Sierra.

Sob o controle da família Lanz Duret,¹² o jornal irá manter a sua tendência conservadora, bem como, conhecer um dos períodos de mais grave crise econômica da história do *El Universal*. Após um período de perdas econômicas constantes, a situação financeira do jornal apresentava-se como insustentável. Conforme destaca Rodríguez Munguía (2007, p. 91), em relação a “*los egresos e ingresos que de 1962 a 1965 había tenido la empresa. En resumen, se expone que mientras en 1964 los ingresos habían sido de cerca de 80 millones de pesos, los egresos alcanzaban 84 millones de pesos.*”

Frente à grave crise financeira pela qual passava o jornal, em 1969, a família Lanz Duret inicia a venda de suas ações. A partir deste momento, Juan Francisco Ealy Ortiz Garza, então exercendo o cargo de diretor, passa a adquirir ações do jornal, fato este que o levará, em 1976 a se tornar, além de diretor geral, dono do *El Universal*. A figura de Juan Francisco Ealy Ortiz Garza, a frente do *El Universal*, pode ser compreendida como o marco inicial de uma nova fase na história do jornal na qual, a aproximação com o poder político federal e a retomada do fluxo de capitais para o jornal, o colocarão em destaque no cenário jornalístico mexicano.¹³

O estreitamento das relações entre o *El Universal* e o poder público não irá assumir um direcionamento único, antes sim, se ajustará às necessidades, tanto do governo - em busca de apoio e divulgação publicitária -, como do próprio jornal - carente de apoio financeiro. Tal aproximação pode ser atribuída, entre outros fatores, à presença de Ealy Ortiz a frente do jornal uma vez que este, sendo membro da família Garza, “*se halla vinculada al poderoso grupo de industriales de Monterrey, que a su vez se encuentra ligado a la más alta jerarquía*

¹¹ Além dos cargos políticos anteriormente mencionados, Félix Palavicini foi também representante diplomático na Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Argentina e Itália.

¹² A direção do jornal *El Universal*, após a morte de Miguel Lanz Duret Sierra em março de 1959, esteve sob o controle de sua viúva Francisca Dolores Valdés Delius de Lanz Duret e, posteriormente, de Miguel Lanz Duret Valdés.

¹³ É importante destacar que os investimentos da família Garza no setor de comunicação vão além do jornal *El Universal*. Como destaca Secanella (1983, p. 26-27): “*Las mismas familias, dueñas de la prensa, multiplican su poder con las concesiones de radio y televisión. El oligopolio de los medios electrónicos aparece formado por los Azcárraga, O’Farril, Alemán y Garza Sada. (...) Actualmente la televisión privada está en manos de Televisa, un consorcio de grandes capitales, por la unión de cuatro familias: los Azcárraga, O’Farril, Alemán y Garza Sada. ‘Televisa dispone de una red de alrededor de 45 canales, distribuidos en toda la República, que coproducen su mensaje y sus utilidades, calculadas en dos mil millones de pesos anuales’ (Carreño, 79:43)*”

eclesiástica mexicana y a altos cargos del regime y del gobierno”. (SECANELLA, 1983, p. 19).

Cabe destacar ainda a grande importância da participação da família Garza na vida política mexicana, tendo na pessoa de Don Nazario Ortiz Garza, tio de Juan Francisco Ealy Ortiz Garza, uma das suas figuras mais influentes. Membro do então Partido Nacional Revolucionário (PNR), Don Nazario foi considerado como um dos políticos mais importantes de Coahuila, tendo ocupado uma gama considerável de cargos administrativos, sendo Presidente Municipal de Torreón (1927-1928), Governador do Estado (1929-1933), Senador (1934-1940) e Secretário de Estado durante o governo do presidente Miguel Alemán Valdés (1946-1952).

Além de contar com o respaldo da imagem pública de seu tio, Ealy Ortiz, por sua vez, também buscou construir os seus próprios vínculos com membros ligados ao poder federal. Foi assim quando, em julho de 1968, enviou carta ao então *Secretário de Gobernación*, Luís Echeverría, na qual “*expresaba su afecto y adhesión a las decisiones que el gobierno estaba tomando a propósito del conflicto estudiantil*” (Rodríguez Munguía, 2007, p. 95); ou, ainda em 1985, quando, após terem transcorridos poucos meses da contratação de Benjamin Wong Castañeda como *subdirector general*, este foi demitido, atendendo-se a vontade do então presidente mexicano Miguel de La Madrid, que havia se colocado em desacordo com o teor de uma reportagem apresentada pelo *El Universal*.

As relações estabelecidas por Ealy Ortiz, contudo, nem sempre ocorreram dentro de um padrão legal. O proprietário do *El Universal* foi alvo de uma série de denúncias, dentre as quais podem ser citadas desde a evasão de divisas e fraudes fiscais (nas quais encontramos a participação de Raúl Salinas de Gortari - irmão do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari), até a cobrança dos chamados *chayos* (nome dado ao pagamento de suborno por parte de autoridades a veículos de imprensa).

O estabelecimento destas relações, lícitas ou não, permitiram ao *El Universal* uma aproximação com o governo federal, vindo a confirmar a afirmativa apresentada por Petra Maria Secanella (1983, p. 11), na qual a autora declara que “*En el México actual la prensa no puede separarse de la marcha del PRI.*” Resgatando a história recente do *El Universal*, no que tange os vínculos estabelecidos entre o jornal e representantes do governo federal, González (2006, p. 31) apresenta a seguinte contribuição:

El 15 de enero de 1976, Luís Echeverría inauguró las nuevas instalaciones del periódico en Iturbide número 7; el 20 de enero de 1981, José López Portillo hizo lo propio con la nueva maquinaria; el 16 de diciembre de 1986, Miguel de la Madrid Hurtado inauguró el flamante inmueble de Bucareli; el 26 de septiembre de 1989, Carlos Salinas de Gortari inauguró un nuevo edificio en Iturbide número 11 y en 1992 acudió a la remodelación del viejo edificio bautizado 'Félix F. Palavicini'. Durante el gobierno de Vicente Fox, Ealy Ortiz fue nombrado presidente del Consejo de Participación Ciudadana de la Procuraduría General de la República para el periodo 2003-2004.

Assim, buscar compreender a atuação do *El Universal* no contexto mexicano contemporâneo, necessariamente, é tentar estabelecer todo um conjunto de intrincadas relações que envolvem, direta ou indiretamente, além do próprio jornal, diferentes grupos políticos e econômicos. Reafirmando, desta forma, a perspectiva de análise anteriormente indicada, que prevê uma necessária inserção do jornal no contexto social no qual este é produzido, Beatriz Marocco e Christa Berger (2005, p. 08) destacam os vínculos estabelecidos entre a imprensa, a sociedade civil e o poder político, indicando a existência de

[...] uma estreita cumplicidade entre o poder e produção de saber. E a notícia/discurso será a conjunção de um e outro, a forma através da qual o poder opera; tem um caráter produtivo e um alcance político, perpassa as coisas, se mete na pele dos indivíduos, invadindo os seus gestos, as suas atitudes, os seus discursos, suas experiências, enfim, a vida cotidiana.

Desta forma, em se estabelecendo uma análise acerca do direcionamento político apresentado pelo jornal estaremos, paralelamente, investigando algumas das diretrizes políticas estabelecidas pelo próprio Estado mexicano, uma vez que, como anteriormente indicamos, governos mantém-se muito próximos aos meios de comunicação de massas.

1.1.2 A origem e a trajetória do vespertino que se transformou em uma das maiores redes de comunicação mundial: *O Globo*

A exemplo do jornal mexicano, *O Globo* também possui a sua origem inserida em um contexto de intensas agitações políticas e sociais. A década de 1920 pode ser considerada como um período singular dentro da história republicana brasileira. A decadência do Estado Oligárquico foi acompanhada por um conjunto de importantes mobilizações políticas e intensas transformações culturais. Além da fundação do Partido Comunista Brasileiro, que em 1922 representava o desenvolvimento do operariado nacional, as mobilizações promovidas

pelo movimento tenentista a partir do Forte de Copacabana e o crescimento da insatisfação e da oposição partidária em relação às estruturas políticas dominadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), marcaram o período definido como de crise dos anos 20.

Será pois, dentro deste contexto, que Irineu Marinho, em 29 de julho de 1925, irá fundar, no Rio de Janeiro, um novo jornal vespertino denominado *O Globo*. Após ter se desligado da direção do também jornal carioca *A Noite* (editado entre 1911 e 1957) e ter retornado de uma breve estadia na Europa, ele irá se unir a Herbert Moses (seu antigo colega de direção no jornal *A Noite*) e a Justo de Moraes para fundar um novo jornal que, segundo as pretensões de seus fundadores, deveria renovar os padrões da imprensa do Rio de Janeiro.

Como não poderia deixar de ser, os primeiros anos de existência deste que se colocava como uma das publicações vespertinas mais importantes no Rio de Janeiro, foram marcados por intensos debates políticos, uma vez que, como afirmam Richard Romancini e Cláudia Lago (2007, p. 85): “A grande imprensa do período documenta as crises por que passa a República Velha e, também, de certa forma, participa delas”. Desta forma, podemos encontrar, expressa nas páginas de *O Globo*, manifestações associadas aos principais episódios políticos do período, que podem ser representados pela crise política vivenciada pela oligarquia paulista, perpassam a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e as disputas políticas provenientes de seu governo, e que culminam com a promulgação de uma nova Constituição em 1946.

Dentro deste contexto, podemos identificar ainda, a defesa da democracia e de suas instituições como sendo uma das bases editoriais assumida pelo jornal. Ainda que *O Globo* tenha saudado a vitória das “forças pacificadoras da Revolução”, as quais depuseram Washington Luís, o jornal não se furtou em defender a partir de seus editoriais, ao longo do governo Provisório de Getúlio Vargas, a necessidade de restauração de uma ordem constitucional. Tal postura, assumida pelo jornal, fez com que se colocasse ao lado dos revoltosos paulistas¹⁴ em 1932, defendendo que não se tratava de um movimento separatista, antes sim, que tal mobilização visava, unicamente, a reconstitucionalização do país. A defesa da democracia no país passava, ainda dentro do contexto da década de 1930, pelo enfrentamento a outros grupos políticos considerados perigosos. Neste sentido, a Aliança

¹⁴ Faz-se referência aqui ao movimento conhecido como a Revolução Constitucionalista de São Paulo, a partir do qual se reivindicava a convocação de uma assembleia e a promulgação de uma nova Constituição, uma vez que a Constituição de 1891 havia sido anulada depois da ascensão ao poder por parte de Getúlio Vargas.

Nacional Libertadora (ANL)¹⁵, bem como a própria ideologia comunista, foram apresentados pelo jornal como elementos ameaçadores e nocivos à manutenção da ordem democrática brasileira.

As perseguições desencadeadas pelo governo contra os comunistas foram do inteiro agrado do jornal, para quem “o combate à ideologia vermelha com seu rosário de inconveniências para um povo da nossa formação moral e religiosa continuava como um dos objetivos mais sérios”. O jornal procuraria “advertir as autoridades quanto aos perigos que o comunismo representava.” (ABREU, 2001, p. 2542)

Ainda que o direcionamento político e editorial do jornal tenha se mantido ao longo dos anos que se seguiram, devemos destacar que a década de cinquenta trouxe consigo um conjunto de importantes transformações. Dentro de uma perspectiva que nos parece bastante apropriada, as transformações iniciadas na década de cinquenta podem ser representadas como marco inicial de um processo que, consolidando-se na década de sessenta, alteraria de forma significativa as relações dos meios de comunicação de massa no país. Conforme destaca Ana Paula Goulart Ribeiro (2006, p. 427):

Ao longo dos anos 1950, o jornalismo carioca sofreu uma série de mudanças profundas que fizeram do período um marco na história da imprensa brasileira. Houve transformações nas estruturas administrativas de algumas empresas, tendo em vista uma maior racionalização do processo de produção e circulação da matéria jornalística. Um padrão empresarial de gestão, caracterizado por formas de gerência mais impessoais, começou a se firmar de maneira hegemônica.

Paralelo a este novo ordenamento administrativo, bem como, acompanhando o acirramento das tensões provenientes da bipolarização da Guerra Fria e os alinhamentos políticos e econômicos decorrentes do referido contexto, *O Globo* passa a defender a participação cada vez mais expressiva do capital estrangeiro na economia brasileira.

O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado como ajuda indispensável para um país carente de capitais. (...) Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* jamais se posicionou contra o capital estrangeiro, cujo ingresso era

¹⁵ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) corresponde a um amplo movimento de esquerda que congregava diferentes agrupamentos de oposição ao governo Vargas. Possuía na figura de Luís Carlos Prestes a sua principal liderança política.

considerado benéfico na medida em que corria para o crescimento do país. (ABREU, 2001, p. 2543)

Desta forma, no decorrer da década de cinquenta e princípio dos anos sessenta, podemos perceber o alinhamento progressivo do jornal *O Globo* a determinados grupos de interesses políticos e econômicos, tanto nacionais como internacionais. Em âmbito nacional, demonstrava *O Globo* um progressivo alinhamento com os projetos defendidos pela União Democrática Nacional (UDN), bem como, por alguns setores das forças armadas; enquanto que, em relação ao contexto internacional, o jornal assumia a defesa das diretrizes propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) associadas, por exemplo, às medidas de combate à inflação e à restrição de créditos. (ABREU, 2001)

O alinhamento político e econômico apresentado pelo *O Globo* contribuiu de forma significativa para, ao longo daquele período, transformar o jornal fundado por Irineu Marinho, por intermédio de um conjunto de acordos e transações financeiras¹⁶, em uma das maiores redes de comunicação mundial.¹⁷ Conforme destaca Ana Paula Goulart Ribeiro (2006, p. 432): “A partir de subsídios ou mesmo de condescendência frente a irregularidades jurídicas (como a do acordo Time-Life), a empresa foi construindo uma estrutura de inegável eficiência técnica e administrativa.”

A consolidação das Organizações Globo, e conseqüentemente do jornal *O Globo*, ocorreu de forma paralela ao período correspondente à ditadura militar, contribuindo significativamente na legitimação do próprio regime militar. As relações estabelecidas entre o grupo comunicacional e as estruturas de poder do estado ditatorial, foram assim definidas por ROMANCINI; LAGO (2007, p. 120-121):

¹⁶ Os referidos acordos e transações financeiras realizadas pelo jornal *O Globo* e pelas Organizações Globo, podem ser analisados mais detidamente a partir da leitura de obras como: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Maud, 1999; HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. São Paulo: Ortiz, 1991. ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. História do jornalismo no Brasil. Florianópolis: Insular, 2007.

¹⁷ Mesmo tendo alguns de seus dados desatualizados, uma vez que estes números remontam a informações colhidas nos anos 1980, são representativos os elementos apresentados por Daniel Herz (1991, p. 21): “A Rede Globo é o centro de um império que abrange mais de quarenta empresas atuando em diversos ramos da economia. Só a Rede Globo – que inclui sete emissoras totalmente de sua propriedade, seis emissoras de propriedade parcial e 36 emissoras afiliadas – tem uma receita anual estimada em US\$ 500 milhões e um valor patrimonial em US\$ 1 bilhão. Com seus 12 mil funcionários – 1500 dos quais dedicados à produção de quase três horas diárias de ficção – a Rede Globo produz cerca de 80% dos seus próprios programas, sendo a quarta maior rede privada de televisão do mundo, só atrás das três gigantes norte-americanas (CBS, NCB e ABC).”

De novo, ao lado de mecanismos estritamente autoritários e de força direta, houve uma pressão econômica, particularmente importante num momento em que o Estado começou a assumir um papel mais central ainda nas atividades econômicas. Neste aspecto, há um favorecimento aos grupos de comunicação ligados à TV, principalmente à Rede Globo, devido à realização de uma política de integração nacional, que envolve grande aporte de recursos financeiros e tecnológicos por parte do Estado, tendo em vista o caráter estratégico com que é visto este meio.

No transcurso do período compreendido entre o final da década de setenta e os primeiros anos da década de oitenta, *O Globo* irá se ocupar dos debates e propostas políticas em relação ao processo de redemocratização do país. Neste momento *O Globo* irá apoiar o modelo de “redemocratização conservadora” proposto pelo regime militar, uma vez que o jornal se colocava como apoiador das medidas apresentadas pelo Pacote de Abril, consideradas como necessárias ao bom desenvolvimento institucional brasileiro, ao passo que, em relação aos debates acerca da realização de eleições presidenciais, o mesmo assumia uma postura contrária à aprovação da Emenda Dante de Oliveira¹⁸.

O advento da “Nova República” foi saudado pelo jornal. Conforme destaca Francisco Fonseca (2005, p. 138): “Antes mesmo que esta se instalasse, como se vê, o jornal postou-se na linha de frente de defesa do novo governo, estrategicamente separando o período militar do atual [...], mas que fez questão de uni-los no tangente às supostas expectativas da população.” Sendo taxado como o “mais governista dos jornais”¹⁹, *O Globo* passou a exercer a defesa inveterada dos governos que se seguiram, bem como, de seus programas econômicos que, a partir de Fernando Collor de Mello, buscaram alinhar o Brasil, cada vez mais, a um conjunto de medidas neoliberais, combatendo fortemente os gastos públicos e defendendo a abertura da economia brasileira ao capital internacional.

¹⁸ Com relação à postura assumida pelo jornal em relação ao Pacote de Abril é feita a seguinte observação no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930 (2001, p. 2545): “O projeto de distensão ‘lenta, gradual e segura’, apresentado pela facção liberal do regime militar, foi tratado nas páginas de *O Globo* como um processo contínuo de transição para a democracia. Momentos conturbados como o Pacote de Abril, que redundou no fechamento do Congresso, em abril de 1977, para a aprovação de um conjunto de leis com o intuito de fortalecer o partido governista, foram vistos pelo jornal como momentos de intransigência por parte da oposição, capazes de impedir a ‘boa evolução do problema institucional brasileiro’.” Com relação à Emenda Dante de Oliveira, o mesmo ABREU (2001, p. 2545) afirma: “A sucessão do presidente João Figueiredo foi marcada pela tentativa de promulgação da emenda Dante de Oliveira, que propunha, de imediato, a eleição direta para presidente da República. *O Globo* não apoiou a campanha nacional a favor da emenda, iniciada no fim de 1983.”

¹⁹ O alinhamento do jornal *O Globo* aos diferentes governos republicanos brasileiros lhe conferiu, por parte do DHBB, ou mesmo do estudo apresentado por Francisco Fonseca (2005), a alcunha de “governista”. Segundo ABREU (2001, p. 1469): “Transformado gradualmente no mais governista dos jornais, *O Globo* [...]”; na análise proposta por Francisco Fonseca (2005, p. 136): “O jornal *O Globo* tem como característica principal a defesa inveterada dos governos [...]”; ou ainda (2005, p. 138) “Esse governismo inveterado de *O Globo* é observável nos mais distintos governos.”

Cabe-nos destacar ainda, ao final da apresentação destes breves históricos, uma perspectiva de análise que irá auxiliar na leitura dos respectivos jornais e que, de alguma forma, dá sentido a todo o conjunto de relações anteriormente apresentadas. Antes de serem compreendidos, simplesmente, como órgãos divulgadores de informações, o *EL Universal* e *O Globo*, dentro do contexto político no qual foram gestados e no qual atuam, serão reconhecidos a partir de três pilares básicos, assim caracterizados por Francisco Fonseca (2006, p. 01):

[...] aparelho privado de hegemonia, característica que lhes credencia a disputar a hegemonia por meio de uma verdadeira ‘guerra de trincheiras ideológicas’; como empresa capitalista, que objetiva o lucro e portanto faz da notícia mercadoria: há implicações cruciais aqui, pois os periódicos postulam representar a ‘esfera pública’ quando, na verdade, são representantes de classes sociais dominantes; por fim, atuam, por vezes, como ‘partidos políticos’, ou ‘intelectuais coletivos’, na medida em que procuram organizar e amalgamar os interesses de setores dominantes ou suas frações. [grifo nosso]

Desta forma, reconhecemos que analisar a produção discursiva dos jornais é engendrar uma complexa rede de relações e interesses políticos e econômicos, não sendo possível dissociá-la das relações de poder estabelecidas nas respectivas comunidades, mexicana e brasileira.

1.2 A emergência do EZLN e do MST como representantes dos Novos Movimentos Sociais latino-americanos

Encontrando-se separadas por quase uma década, as origens do MST e do EZLN podem ser compreendidas dentro de um mesmo processo histórico. A história dos movimentos remonta a um contexto latino-americano caracterizado pelos processos de superação de governos autoritários e de adoção de políticas de reestruturação econômica.

Mesmo reconhecendo a existência de uma série de características que os distinguem, a atuação do EZLN e do MST, dentro dos respectivos contextos nacionais, os colocam como representantes dos chamados Novos Movimentos Sociais. A (re)valorização de determinados temas político-sociais, um alargamento da “esfera política” mediante uma nova definição de conceitos e práticas, a constituição de um novo tipo de identidade, são alguns dos elementos

que os aproxima e, concomitantemente, os distancia das tradicionais organizações sociais, aqui representadas pelos partidos políticos e movimentos guerrilheiros.

Será pois, a partir desta percepção teórica em relação aos movimentos sociais, que propomos a elaboração de um breve histórico acerca do EZLN e do MST, a fim de melhor proceder, *a posteriori*, a análise do discurso jornalístico produzido a seu respeito.

1.2.1 Um exército que surge da selva: a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional

O estado de Chiapas foi o palco da primeira aparição pública do EZLN e serve, até o presente, como território que abriga os principais núcleos e comunidades zapatistas. Desta forma, acreditamos que analisar a situação econômico-social do estado chiapaneco, bem como estabelecer algumas relações entre movimentos sociais atuantes naquela região, ou mesmo, que se utilizaram da segurança da região da Selva para se organizar, durante as três últimas décadas, parece um referencial inicial importante na busca de uma contextualização para o surgimento e posterior compreensão do EZLN.

O estado localizado no extremo sul do México está entre aqueles que apresentam os maiores índices de pobreza do país. Conforme estudo realizado pelo *Centro de Estudios Sociológicos de El Colegio de México*

La intensidad de la pobreza, es decir, su gravedad, también es bastante más acentuada en Chiapas que en el país en su conjunto. La incidencia y la intensidad de la pobreza se refuerzan mutuamente dibujando un triste paisaje. El estudio muestra que hay proporcionalmente más chiapanecos pobres que pobres en el país y que, además, la pobreza que viven es mucho más recia que la que sufren el resto de los mexicanos. En términos relativos puede afirmarse que en Chiapas son más los habitantes pobres y la pobreza que viven es más lacerante que en el resto del país. (CORTÉS, BANEGAS, FERNÁNDEZ, MORA, 2007, p. 46-47)

Os índices de pobreza da região de Chiapas tornam-se ainda mais evidentes quando traduzidos em números. Em Chiapas, 80% da população ativa recebe menos de dois salários mínimos e o PIB/ano por habitante é de apenas US\$ 1466, enquanto que a média nacional

atinge três mil dólares e o Distrito Federal apresenta cifras de US\$ 8129. Nessa região esquecida ao sul do México, três em cada cinco crianças não frequentam a escola, o que eleva a taxa de analfabetismo, por exemplo, para jovens com idade superior a 15 anos, para 30% (quase o triplo da média nacional). Na região, a desnutrição crônica atinge 88,6% das crianças e as causas de mortalidade entre os indígenas, assustadoramente, são as mesmas de há quarenta anos: infecções intestinais, doenças respiratórias e desnutrição. Cabe ressaltar que moradias sem as mínimas condições de saneamento básico somam um total de 42%. (FUSER, 1995, p. 58)

Recuperando um pouco da história contemporânea daquele estado, observa-se que a região da Selva Lacandona vem atuando como uma zona de convergência dos mais diferentes grupos populacionais. No transcurso das últimas cinco décadas as correntes migratórias e imigratórias para a região transformaram, significativamente, a composição humana do território, bem como, introduziram e desenvolveram um conjunto bastante complexo de projetos e perspectivas políticas.

A partir da década de cinquenta, como resultado das políticas agrárias de colonização e de distribuição de terras, foram enviados para aquela região (que era conhecida como *el desierto del lacandón*) grupos de camponeses dos estados de Guerrero, Morelos, Michoacán, Veracruz, Chihuahua, os quais pressionavam o governo em busca de terras para cultivar. Tais grupos entrariam em choque com os interesses vinculados às classes pecuaristas que, nessa década, passaram a ocupar de forma mais efetiva aquela região. Ainda no final dos anos cinquenta e durante a década seguinte, são grupos de tzotziles e choles que chegarão ao Estado.

No final dos sessenta e início dos setenta, o avanço da fronteira agrícola e o desenvolvimento de outros setores de exploração fazem surgir nesse território novos centros populacionais com elementos oriundos de outros estados. Observa-se, também, o incremento das migrações internas que arrastam para a Selva um número ainda maior de tzeltales, tzotziles, choles e tojolobales.

A partir de 1970 en Chiapas se da un proceso de integración de nuevos territorios la explotación capitalista y este proceso adquiere nuevas formas: la explotación petrolera, la construcción de presas hidroeléctricas, la ganaderización, el desarrollo de zonas turísticas, el crecimiento de centros urbanos, factores todos que han tenido como efecto el desplazamiento de miles de campesinos de sus antiguas relaciones de

producción sin integrarlos a otras. Es decir, se da un proceso de descampesinización sin proletarización. Esto há tenido como consecuencia, en primer lugar, una creciente presión sobre la tierra y, como efecto de esto, la agudización de las contradicciones de clase y el surgimiento y radicalización del movimiento campesino (REYES apud ESPONDA; BARRIOS, 1994. Disponível em: <www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html>. Acesso em: 20 jul. 2011)

Em março de 1972, através de um decreto, o governo mexicano reconheceu a região da Selva como sendo de propriedade comunal de famílias lacandones. O que surgiu como uma tentativa para a resolução das disputas por terra na região, acabou se tornando um novo fator de instabilidade política e social, a partir do qual se chocavam os interesses dos grandes latifundiários, do grupo lacandon e de mais de quatro mil chefes de famílias de outros grupos étnicos. Como consequência desse processo de disputas, ocorreu um incremento ainda maior do latifúndio e da desigualdade social na região. (LOBATO, 1994)

Existem alguns registros que apontam para a possibilidade de, ainda nos anos setenta, a região servir como um refúgio ou base de ação política para grupos guerrilheiros. Dentre os grupos que ingressaram na região, podemos citar como exemplos, os membros das chamadas Forças de Libertação Nacional (FLN) ou mesmo refugiados políticos guatemaltecos. (NOLASCO, 1994)

Ainda no contexto de transição entre as décadas de sessenta e setenta, chegaram à região membros vinculados à chamada Teologia da Libertação²⁰. Durante um longo período, iniciado ainda nos anos sessenta, tal grupo foi responsável pelas articulações das mobilizações das populações indígenas locais e teve no bispo Samuel Ruiz o seu principal interlocutor. Pablo González Casanova (1995, p. 84), acerca dos membros vinculados à teologia da libertação e com relação à sua atividade, destaca:

La acción pastoral de ese movimiento empezó por los años sesenta: curas y catequistas se dedicaron a enseñar a los indios que son seres humanos. Con fundamento en el Concilio Vaticano II les enseñaron a expresar su pensamiento, a valorar la vida de su comunidad con la palabra de Dios y con la interpretación de la Biblia. Los adiestraron - con base en sus costumbres de discutir y llegar al “acuerdo” - en nuevas formas de organización para el trabajo colectivo, en la discusión

²⁰ O movimento conhecido como Teologia da Libertação pode ser compreendido como um movimento de renovação sociopolítico de setores da Igreja Católica. Tal processo de renovação pode ser associado às discussões estabelecidas a partir do Concílio Vaticano II (1965), da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia (1968) e da III Conferência em Puebla, México (1979).

fraternal y en la toma de decisiones. (...) Es más, les dieron las bases de una cultura democrática en que empieza uno por respetarse a sí mismo para respetar a los demás, y para construir con todas las organizaciones que representan los intereses comunes, y una Iglesia Católica que incluye al Tzeltal, al Chol, al Tojolabal.

Em seu estudo sobre as correntes migratórias para a região de Chiapas, Rodolfo Lobato (1994, p. 46) indica ainda que, entre os anos de setenta e noventa, houve um incremento populacional, na região da Selva Lacandona, na ordem de 80 mil pessoas. Em pouco mais de 20 anos, a região da Selva contava com uma população de 210 mil.

Ao longo de todo esse processo, caracterizado por intensas migrações populacionais, tomaram forma na região, diferentes tipos de organizações indígenas-camponesas. O processo de desenvolvimento destes movimentos indígenas-camponeses pode ser dividido em quatro etapas distintas.

Uma primeira etapa de organização pode ser identificada entre os anos de 1974 e 1977, como uma resposta das populações locais ao descontentamento com a ação da *Confederación Nacional Campesina* (CNC). Como destaca Thomas Benjamin (1995, p. 258):

Pero la clave del activismo campesino a principios de los setenta fue el problema de la tierra y la poca respuesta de la Secretaría de la Reforma Agraria a las peticiones de tierra por parte de los campesinos. Esto y la incapacidad de la Confederación Nacional Campesina (CNC) para ayudar a sus afiliados. Hacia los setenta había cerca de cuatro mil solicitudes agrarias pendientes, rezagadas por décadas y en apariencia olvidadas. Cientos de resoluciones gubernamentales favorables a las comunidades y ejidos habían sido suspendidas por los amparos que interpusieron los terratenientes mientras apelaban la decisión, Pese a todo esto, la CNC, escribe Neil Harvey, ‘se hizo más y más ineficiente en conseguir una redistribución de la tierra’ y se denunció a sus dirigentes ‘por colaborar con los terratenientes y los funcionarios en garantizar que la tierra no se redistribuyera.

São acontecimentos marcantes desse período: uma retomada do avanço da atividade pecuarista sobre zonas de produção agrícola; o *Congresso Indígena*²¹, organizado pela diocese

²¹ “Este encuentro reunió a tzotziles, tzeltales, choles y tojolabales que representaban a más de 300 comunidades. Muchos de los dirigentes de las nuevas organizaciones que emergerían después fueron delegados en este congreso. ‘Del congreso resultó’, escribe Ana Bella Pérez Castro, ‘un movimiento masivo con una amplia organización’. La organización local recibió apoyo adicional de sacerdotes activistas, miembros de órdenes religiosas y catequistas, así como algunos militantes políticos radicales (refugiados del movimiento estudiantil de 1968)”. In: Idem. *Ibidem*, 1995, p. 261.

de San Cristóbal, em outubro de 1974, e o desenvolvimento de mobilizações independentes como as ocorridas em Venustiano Carranza (que posteriormente dará origem ao movimento *Casa del Pueblo*), San Andrés, entre outras. Nessa etapa, foram promovidas inúmeras ações sobre distintas propriedades privadas em todo o estado, organizaram-se marchas e manifestações de protesto contra a opressão de governos locais ou mesmo a fim de denunciar a corrupção do governo central ligado aos interesses dos grandes latifundiários. Tais agitações foram reprimidas com violência, seja por parte do exército federal, da polícia estadual, ou mesmo das “guardas brancas”.²²

Um segundo momento no processo de organização das populações locais compreende os anos de 1978 e 1979, quando se observou o ingresso das primeiras organizações políticas de esquerda na região. Buscou-se consolidar o movimento local a partir da atuação de organizações como a *Línea Proletaria* e a *Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC). A CIOAC lutava pela obtenção de crédito, por melhores salários e por benefícios aos trabalhadores assalariados. A partir da atuação dessas diferentes organizações, o movimento indígena-camponês buscava romper com seu isolamento e atingir níveis mais elevados de organicidade.

O terceiro período, que corresponde aos anos de 1980 a 1984, caracterizou-se pelo processo de consolidação das organizações indígena-camponesas. Nesse movimento, iniciado em 1974, destacam-se três grandes organizações que se encontravam atuantes no início dos anos oitenta: *La Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC), *La Unión de Uniones Ejidales y Grupos Campesinos Solidarios de Chiapas* (UU) e *La Organización Campesina Emiliano Zapata* (OCEZ). A UU correspondeu a uma das maiores organizações camponesas independente de Chiapas, contando com a participação de aproximadamente 150 comunidades indígenas divididas em onze municípios. Era responsável pela obtenção de crédito, comercialização de produtos e busca de assistência que as agências do governo deveriam proporcionar. Como resultado da união de membros oriundos da *Casa del Pueblo* e das comunidades de diferentes municípios como, por exemplo, *Simojovel e Las Margaritas*, em julho de 1982, surgia a OCEZ. Mantendo uma postura de independência e autonomia em relação à política partidária, evitava vincular as suas ações com as agências governamentais. Fora responsável pela organização de cooperativas alimentares e de

²² São denominados “guardas brancas” os grupos paramilitares organizados por proprietários de terra com o objetivo de defender as suas propriedades e interesses.

transporte, de marchas e protestos, atuando ainda, como forma de pressão, junto ao governo por melhores condições de serviços, por justiça e por terra para seus afiliados.

Contudo, a atuação do governo mexicano, mais uma vez, foi bastante dura. Comprometido com os interesses dos grandes latifundiários, o governo insistiu em lançar mão de políticas que buscavam aniquilar pela força física o movimento camponês. Assassinatos políticos, prisões, sequestros e torturas fizeram retroceder o movimento popular, erguendo uma enorme barreira para a participação político-social. Conforme destaca Thomas Benjamin (1995, p. 260)

Para finales de los setenta, las cárceles locales y la prisión estatal estaban atestadas de líderes agrarios, que en esencia eran presos políticos. Éstos eran los afortunados. Entre 1966 y 1975, los primeros cuatro comisariados de bienes comunales de Venustiano Carranza fueron asesinados, presumiblemente por pistoleros que actuaban de aparte de los caciques locales. Eran demasiado comunes los reportes de emboscadas y asesinatos, generalmente relacionados con alguna expulsión por la fuerza. (...) Los pobladores indios de San Francisco reportaron que en 1975, soldados del 46 Batallón ‘los asaltaron, quemaron sus casas y los sacaron de sus tierras, que después les fueron otorgadas a no indios con conexiones políticas’. En mayo de 1976, los soldados dispararon y mataron a cinco agraristas en Venustiano Carranza. En 1978, cuatro ejidatarios fueron asesinados cuando la policía del estado, acompañada por guardias blancas, expulsó a 300 campesinos de una parcela en Suchiate. En 1980, quince personas fueron asesinadas y 22 heridas cuando los soldados atacaron la comunidad de Golonchán en Chilón. ‘El gobernador Juan Sábines Gutiérrez fue el que nos mandó matar’, dijo un campesino de Golonchán, ‘porque está coludido y defiende los intereses de los terratenientes.

Uma etapa de transformação das organizações indígena-camponesas irá ocorrer a partir da segunda metade dos anos oitenta. Ao mesmo tempo em que representa um período de progressivo esfacelamento de alguns dos mais clássicos canais de participação exige, frente a um novo contexto, outras formas de organizações. Em julho de 1986, realizou-se *El Primer Congreso Campesino*, contando com inúmeros representantes de organizações ligadas ao movimento indígena-camponês, bem como a universidades e a outros setores da sociedade. Como fruto das transformações político-sociais e representando um novo tipo de associação surgiu, em meados da década de oitenta, a *Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas* (UNORCA). Segundo Jonathan Fox (1996, p. 22):

A nova organização rompeu com a tradicional dicotomia entre grupos oficiais e independentes participantes da política rural. Devido ao princípio do respeito às diversas filiações político-partidárias de seus membros regionais, participam da UNORCA grupos de todo o espectro político. Avaliando o repertório convencional das formas de luta social como sendo muito limitado, os dirigentes desta rede optaram por combinar mobilizações de massa com pragmáticas negociações com o Estado. A União autodefiniu-se como “autônoma” exatamente para deixar aberta a possibilidade de alianças táticas com organizações camponesas nominalmente oficiais, mas combativas, enquanto distanciava-se dos partidos políticos de oposição, cujas bases camponesas frequentemente não tinham qualquer autonomia .

É como resultado desse processo que o quadro político-social mexicano sofreu, no início dos anos noventa, uma nova e drástica transformação. A partir de 1994, tornou-se impossível uma avaliação das mobilizações indígena-camponesas no México sem se levar em consideração o aparecimento e as propostas inovadoras do EZLN²³.

No primeiro dia do ano de 1994, cerca de três mil guerrilheiros tomaram de assalto sete localidades do estado de Chiapas, inclusive a sua antiga capital - *San Cristóbal de las Casas*. Uma cidade de arquitetura tipicamente colonial, localizada no estado mais ao sul do México e que desperta grande interesse dos turistas, em função - entre outras - das ruínas maias de *Palenque* e *Bonampak*, foi invadida e imediatamente controlada por um grupo de guerrilheiros. Homens com seus rostos cobertos por lenços ou “passa-montanhas” (balaclavas) ocuparam a Prefeitura, o prédio da Polícia Federal, a cadeia pública e a Procuradoria da Justiça, bem como outros pontos estratégicos.

Em uma demonstração clara de que representava um movimento organizado e ainda de caráter mais amplo, no primeiro dia daquele ano, como resultado de ação coordenada, caíram também sob o poder dos rebeldes sete sedes municipais, entre as quais se encontravam *Las Margaritas*, *Altamirano* e *Ocosingo*. Alguns analistas apontam para um contingente de forças mobilizadas pelo EZLN calculado em torno de dez ou quinze mil combatentes, em sua maioria indígenas tzeltales, choles, tojolabales y tzotziles.

A estrutura do EZLN é bastante simples e apresenta-se dividida em dois grupos principais: um contingente militar e um conselho dirigente. O comando das tropas está sob a

²³ Dentro de um universo bastante vasto de análises produzidas acerca do EZLN, destacamos os trabalhos realizados por Carlos Antonio Aguirre Rojas. Apresentando um número considerável de publicações sobre o EZLN, o referido autor coloca-se como um dos expoentes nos estudos acerca do movimento mexicano. Contribuem ainda, de forma muito representativa, na análise e na compreensão do movimento zapatista os dezesseis números da Revista Chiapas, que sob a direção de Ana Esther Ceceña, reúnem uma diversidade de artigos muito grandes em relação ao EZLN, bem como, em relação ao contexto político internacional.

coordenação da *Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional*. Os membros que atuam nessa instância estão submetidos ao conselho de dirigentes, um órgão composto apenas por indígenas, denominado *Comité Clandestino Revolucionário Indígena*. Como explica o próprio subcomandante Marcos (1995, p. 51-52) a um jornalista:

Comité es un grupo de colectivo local o regional o de zona; es decir, hay comités regional y de zona. Clandestino porque no saben dónde está, si están en la montaña, si están en la cueva o están en un chiquero o dónde están pues, o en la carretera; clandestino, ni conoces quiénes son o no sabes qué nombre tienen. Revolucionario porque ellos van hacer este cambio de esta sociedad, un cambio total, no parcial pues. Indígena porque son de diferentes etnias pues, tzotzil, tzeltal, tolojabal, chol, zoque. Son ellos pues, son un grupo de colectivos, me entiendes?

A figura do subcomandante Marcos está associada à *Comandancia General*, à organização militar zapatista, que apresentou, ao longo de sua história, como alguns de seus comandantes Alejandro, Eduardo, Esther, Tacho, David, Susana, Moisés, Javier, Zebedeo, Ismael, Felipe, Ramona, Maria, entre outros.

Podemos destacar ainda, dentro das estruturas administrativas vinculadas ao EZLN, os “prefeitos” das comunidades rebeldes. Eleitos pelas próprias comunidades, possuem um mandato de três anos. Dentro de cada uma das 32 comunidades rebeldes existem ainda “secretarias” de saúde, de educação e de vigilância, compostas por indivíduos eleitos em assembleia.

1.2.2 A luta pela terra e a constituição de uma nova identidade social: as origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está relacionada a uma conjuntura político-econômico-social que vem caracterizando o cenário brasileiro nas últimas quatro décadas do século XX. Mesmo que alguns desses elementos não estejam diretamente relacionados à fundação do movimento, certamente foram importantes dentro do longo processo de organização dos movimentos camponeses, da luta pela conquista de espaços e pela possibilidade de participação na sociedade brasileira ou mesmo na composição do desfavorável quadro econômico que motivou a arrematamento das massas excluídas.

Dentro do processo de constituição de organizações camponesas, a década de cinquenta e o início dos anos sessenta apresentaram referenciais importantes. Organizadas a partir de 1954, as chamadas Ligas Camponesas tiveram um papel destacado na organização de trabalhadores e de populações rurais, principalmente nos estados da região nordeste do país, como por exemplo, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. A origem das Ligas está associada às mobilizações dos trabalhadores do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Cerca de 140 famílias organizaram, sob a liderança de Paulo Travassos e José Ayres dos Prazeres, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco; frente à ameaça de aumento do foro anual, à ordem de dissolução da Sociedade e ao despejo dos trabalhadores, estes acabaram buscando o apoio do advogado - e então deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) - Francisco Julião (que veio a se tornar uma das principais lideranças das Ligas).

A linha política adotada pelas Ligas Camponesas até 1961, expressa nos *Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para Libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio*, pode ser caracterizada como legalista/democrática. Buscava-se enfatizar a importância da utilização dos instrumentos legais disponíveis a fim de buscar organizar e viabilizar o movimento camponês e a reforma agrária. No intuito de organizar uma frente de luta e resistência dos camponeses, através de uma via legal, as Ligas espalharam-se rapidamente pela região nordeste e acabaram não apenas acobertando grupos de posseiros e foreiros com o seu aparato de defesa, mas serviram também para orientá-los na organização de suas reivindicações sindicais.

Contudo, o direcionamento político-ideológico das Ligas iria mudar com o retorno de Julião de sua viagem a Cuba. Inspiradas pela experiência cubana, as Ligas tornaram-se local para a propagação de um novo ideário político, qual seja: a valorização do papel dos camponeses na revolução socialista, em detrimento da função revolucionária hegemônica atribuída ao proletariado. Nesse momento, será também abandonada a postura legalista/democrática e a opção pela luta armada tomará seu lugar.

Outros dois importantes movimentos que tomaram forma na década de cinquenta e serão importantes referenciais para a organização dos trabalhadores do campo foram a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Frente à impossibilidade de criar organizações sindicais, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) organizou em 1954 a ULTAB, uma associação classista

composta por camponeses e assalariados rurais. Teve atuação mais destacada na região sudeste do país, uma vez que nessa região a mobilização de militantes do PCB, a fim de organizar essas associações, era maior. Por sua vez, o Master, criado em 1958, tinha a sua organização atrelada muito intimamente às lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como Leonel de Moura Brizola (governador do estado do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963). Ao longo de sua história, o Master promoveu algumas ações bastante representativas no estado como, por exemplo, a invasão da Fazenda Sarandi, a invasão da Fazenda Santo Antônio, em Tapes, ocupações de reservas indígenas, entre outras. Essa ligação ao PTB acabou, em certo momento, fragilizando o próprio movimento, na medida em que, com a perda de força e de representatividade do partido, após a saída do governo de seu principal líder, Leonel Brizola, em janeiro de 1963, o movimento também entrou em crise. (ANTONI, 2002)

Contando com a experiência acumulada no processo de organização das comunidades rurais por movimentos como a ULTAB e o Master, com a possibilidade, agora legalizada pelo governo de João Goulart, de organização de sindicatos, surgem, no início dos anos sessenta, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ambas as organizações, fundadas respectivamente em 1962 e 1963, correspondem a frutos de um mesmo processo histórico. Os sindicatos de trabalhadores rurais, neste momento, com suas estruturas verticalistas e atrelados diretamente ao Estado, serviram como uma espécie de órgão de controle das populações camponesas. Fizeram-se presentes, também, neste contexto, diversas pastorais da Igreja católica que buscavam dar apoio aos camponeses ou mesmo livrá-los das influências das teses comunistas. Fazem parte do primeiro grupo, de característica progressista, o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC), e do segundo, as chamadas “Frentes Agrárias Católicas”, que assumiam diferentes denominações conforme o Estado ou a diocese. São exemplos destas a Frente Agrária Gaúcha (FAG), o Serviço Pastoral de Pernambuco (Sorpe) e o Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte (SARN).

A partir de 1964, com o golpe militar, a atuação destes movimentos, progressivamente, perdeu força, seja pela repressão imposta pelo regime - cassando, prendendo e torturando as principais lideranças – seja pela atuação reguladora que o Estado passaria a adotar no que se refere à distribuição de terras e aos temas econômicos a ela relacionados. Segundo Christa Berger (1998, p. 89):

Com o golpe militar de 1964, os movimentos camponeses, assim como o conjunto das manifestações de oposição, foram reprimidos. Ao mesmo tempo, as tensões sociais do campo foram desviadas através da política de canalização da força de trabalho excedente para as cidades; pela criação de sindicatos favoráveis à política econômica oficial; pela expansão do cooperativismo de produtores rurais e por uma nova política de crédito agrícola. Também, qualquer proposta de alteração na estrutura fundiária era divulgada como uma ameaça de comunismo para o Brasil. Mas, principalmente, os programas de colonização na Amazônia deviam responder aos excedentes do Campo [...].

Mesmo tendo sofrido importantes derrotas, tais movimentos contribuíram para o desenvolvimento das lutas sociais no campo e foram responsáveis pelo apontamento de caminhos e de possibilidades para a participação político-social, de formas de lutas e organização, entre outras.

Será, pois, a partir da segunda metade da década de setenta, que ressurgirão as mobilizações sociais no campo. O desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas para o surgimento do MST poderá ser percebido nesse contexto. A origem do movimento está associada a três importantes conjuntos de fatores: a situação socioeconômica a qual estava submetida a população de trabalhadores no campo; um conjunto de elementos socioculturais e políticos que influenciaram no processo de reação dos trabalhadores à situação de exclusão na qual se encontravam, e a articulação de um projeto nacional de luta pela terra, originado das experiências localizadas que se proliferavam por diversas áreas do país.

O modelo econômico brasileiro na década de setenta, caracterizado pelo chamado “Milagre Econômico”, acabou gerando efeitos não somente nos grandes centros urbanos, mas também teve a sua influência sentida nas áreas rurais. O aumento da concentração de terras e a expansão da mecanização da lavoura são algumas das características importantes desse período e que vieram a redefinir, inclusive, as relações sociais no campo. Conforme destaca Zander Navarro (1996, p. 75):

Finalmente, como resultado de uma política de transformação produtiva do mundo rural altamente discriminatória, do ponto de vista social, e igualmente seletiva, quanto às regiões-alvos, é certo que o resultado econômico mais visível desse processo de modernização e desenvolvimento capitalista do campo foi mostrado, dez anos depois, no padrão de distribuição de renda pessoal. A concentração da renda rural foi, talvez, o mais notável impacto da capitalização seletiva,

beneficiadora de parcela ínfima dos produtores, indicando inclusive uma velocidade de apropriação privada, nos estratos de renda mais elevados, muito maior, comparativamente aos mesmos estratos de renda nas cidades.

Aliado a este processo, observa-se o estímulo às atividades de monoculturas, visando ao mercado externo, como a produção de soja e de algodão. Zander Navarro (1996, p. 73) destaca ainda em seu trabalho alguns números com relação à inversão ocorrida nos anos setenta com relação à produção de gêneros para o consumo interno e aqueles destinados à exportação:

No Rio Grande do Sul, é suficiente indicar que em 1964, antes, portanto, da expansão econômica dos anos 70, produtos tipicamente consumidos pelas camadas mais pobres, como milho (na forma de derivados), feijão e mandioca, ocupavam 56% da área agrícola total do Estado, e a soja, então começando a expandir-se, ocupava apenas 10% da área. Em 1980, tais proporções eram, respectivamente, 25% e 47% e estima-se que, nos últimos anos, a soja venha ocupando em torno de 55% da área agrícola total do estado do Rio Grande do Sul.

Tais circunstâncias foram responsáveis pela expulsão de um grande número de trabalhadores rurais do campo. Esses trabalhadores acabavam seguindo dois caminhos: ou migravam para as cidades em busca de emprego, ou seguiam para as zonas de fronteira agrícola que se desenvolviam na região norte do país. Ainda nos anos setenta, as duas válvulas de escape para as populações camponesas, expulsas de suas terras, mostravam seus limites e iam se tornando inviáveis.

São elementos importantes para a organização do MST no que se refere às condições socioculturais e políticas presentes: a atuação de setores da igreja presentes nos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio processo de redemocratização em curso no país (HOFFMANN, 2002). Assim como as CEBs, surgidas a partir de 1973, a CPT, organizada a partir de 1975, representava uma forma de a igreja estar presente na organização das lutas dos trabalhadores rurais. As CEBs constituíram-se como um importante espaço de reflexão e de discussão. O objetivo pastoral era a conscientização dos participantes sobre sua realidade econômico-social, o que acabou preparando o caminho para a ação futura da CPT.

A CPT surgiu em Goiânia, motivada pelos conflitos de terra envolvendo os posseiros das regiões norte e centro-oeste e pelo alto grau de violência e exploração a que estes estavam submetidos. Todavia, a atuação da CPT espalhou-se rapidamente por outras regiões do país que apresentavam conflitos sociais semelhantes. Segundo analisa João Pedro Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 20):

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”.

Cabe destacar, ainda, uma importante característica presente no trabalho da CPT: o seu caráter ecumênico. Sob tal perspectiva, o trabalho da CPT conseguiu congregiar à luta setores da igreja luterana nos estados do Paraná e de Santa Catarina, o que fortaleceu o movimento e conseguiu assegurar uma unidade nacional para as mobilizações.

A partir de um processo de mobilização organizado pela CPT, em 1982 realizaram-se dois importantes encontros. O primeiro, em julho daquele ano, na localidade de Medianeira - Estado do Paraná -, congregava elementos pertencentes a diferentes movimentos da região centro-sul do país; e o segundo, em Goiânia, no mês de setembro, teve uma abrangência nacional, reunindo grupos de trabalhadores de 16 estados. Estava lançada a semente para uma organização nacional, reunindo em um único movimento, os trabalhadores dos mais diferentes estados da União. No ano seguinte, 1983, multiplicaram-se os encontros: em janeiro foi realizado em Chapecó (Santa Catarina) um encontro no qual se originou uma Coordenação Regional Provisória com representantes dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul; realizaram-se ainda, ao longo do ano, encontros em Naviraí e Glória de Dourados (Mato Grosso do Sul), em Araçatuba (São Paulo) e em Ronda Alta (Rio Grande do Sul).

Cabe ser destacada, dentro desse conjunto de fatores socioculturais e políticos, responsáveis pela organização do MST, a situação em que o país se encontrava no momento: em pleno processo de redemocratização e abertura política. O desenvolvimento de diferentes

grupos dentro da sociedade brasileira que passaram a reivindicar os seus direitos ou mesmo o fim da ditadura representaram a abertura de espaços para atuação e organização das mobilizações no campo. Emir Sader (1998, p. 29) analisando a ação dos movimentos sociais que surgiam, afirma que estes

Constituíram um espaço público além do sistema da representação política. Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas

Um terceiro grupo de fatores, que deve ser analisado a fim de se perceber o surgimento do MST, está representado por um conjunto de lutas pela terra que, em diferentes localidades, acaba se articulando para, em 1984, dar origem a um novo movimento, agora de caráter nacional.

O ressurgimento de conflitos por terras no Brasil toma um novo impulso a partir de 1978. No final dos anos setenta, surgem diversos movimentos, nas mais diferentes regiões do país, lutando pela defesa dos interesses de pequenos agricultores, agricultores sem terra, entre outros.

No Rio Grande do Sul, a retomada do processo de luta por terra possui um referencial importante: o processo de expulsão de 1800 famílias de posseiros da reserva indígena de Nonoai, em maio de 1978. O ano de 1979 será marcado pelo início de um processo de ocupação de terras, dentre as quais estão a Reserva Florestal da Fazenda Sarandi (ocupada por cerca de 30 famílias, as quais foram rapidamente reprimidas e despejadas pela ação do governo) e as fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta. A ocupação da Fazenda Macali, em 7 de setembro de 1979, e a vitória obtida pelas famílias ocupantes em permanecerem na terra representou a primeira grande vitória dos camponeses. Seguiram-se a essas a ocupação, em outubro de 1980, da fazenda Annoni, e os acampamentos de Encruzilhada Natalino (Sarandi), nos anos de 1981 e 1982, e o de Santo Isidoro (Erval Seco), em 1983. Será a partir do acampamento de Encruzilhada Natalino que o MST começará a se estruturar enquanto um movimento nacional, que realiza, em janeiro de 1984 o 1º. Encontro Nacional, momento de fundação oficial do MST.

Como resultado de quase vinte anos de luta e responsável pela manutenção desta, o MST apresenta a seguinte estrutura em suas instâncias deliberativas: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenações Regionais, Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos.

A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente 90 pessoas: dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito pela Central das Cooperativas Estaduais; dois representantes eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional. A composição da Coordenação Estadual é dada pela eleição de um coletivo dirigente, composto por sete ou até quinze membros, realizada no Encontro Estadual. Este coletivo é formado pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais. A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias. As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores como, por exemplo, produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças, etc.

1.3 Entre o discurso e a prática: o processo de marginalização social do EZLN e do MST.

As duas últimas décadas do século XX, na América Latina, compõem um quadro bastante conturbado do ponto de vista social, político e econômico. Tal contexto, entre outros, pode ser representado como o momento de esgotamento dos ciclos de ditaduras militares e governos autoritários que povoaram o continente a partir dos anos sessenta; como um período que irá se caracterizar pelo desenvolvimento dos processos de redemocratização que assumem características conservadoras e, paralelamente, como o período no qual percebemos a implantação de um conjunto de práticas político-econômicas neoliberais, que viriam a nortear as diretrizes econômicas dos governos que se seguiram a este período no continente.

Tomados pela euforia do processo de redemocratização e pela adoção de políticas econômicas que prometiam, a partir da abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, a prosperidade, observa-se a ascensão de um primeiro grupo de políticos civis associados ao que se convencionou denominar a nova ordem global. Foram os casos de Raúl

Alfonsín, na Argentina; José Sarney, no Brasil; Alan García, no Peru, e Miguel de la Madrid, no México. James Petras (1999, p. 95) analisa da seguinte forma a atuação dos governos dessa primeira fase:

Em princípio, essa primeira maré de governos civis democraticamente eleitos começou a implementar e ampliar a agenda do “mercado-livre”, inicialmente proposta pelos ditadores militares pós-populistas. Em nenhum dos casos as medidas neoliberais ensejaram um crescimento dinâmico. No final de seu mandatos, esses governos da primeira maré defrontaram-se com sérias crises econômicas, enquanto megaescândalos de corrupção causaram mal-estar nos eleitores e fizeram emergir uma oposição multifacetada. Isto ficou evidente no comportamento dos eleitores e na atividade extraparlamentar. As crises enfrentadas pelos primeiros governos neoliberais não conduziram a nenhuma reavaliação crítica das “reformas econômicas” iniciais ou das “políticas de livre-mercado” por parte das influentes agências financeiras internacionais (AFI).

Não obtendo, desta feita, os resultados esperados pelos órgãos credores internacionais seguiu-se então a esta primeira fase, uma nova, que buscava, de maneira mais enérgica, impor esse novo conjunto de diretrizes econômicas. Assumem os governos das nações latino-americanas políticos como Carlos Menem, na Argentina; Fernando Collor, no Brasil; Alberto Fujimori, no Peru e Carlos Salinas de Gortari, no México. Tais governos foram responsáveis por uma série de reordenamentos nas estruturas político-econômicas de seus países a fim de viabilizar a implantação das práticas identificadas com o modelo neoliberal. Esses reordenamentos apresentaram como pontos básicos a abertura das economias aos mercados externos, a efetivação de um processo de privatizações, uma política de redução de gastos públicos, o desmantelamento das legislações trabalhistas e de bem-estar social.

Os resultados apresentados pelos projetos neoliberais colocados em prática, não acabaram promovendo, de forma efetiva, o desenvolvimento econômico e social da região. Conforme destaca Jose Vargas-Hernandez (2001, p. 104), os custos de implementação das práticas neoliberais são altos, uma vez que

[...] los niveles de pobreza se incrementan, el desequilibrio económico y las desigualdades sociales se están ampliando y profundizando, así como la dependencia económica y la pérdida de soberanía política. Los beneficios largamente prometidos derivados del efecto de derrame, nunca alcanzaron al pobre. Los cambios más recurrentes son registrados en un incremento de la brutalidad como resultado de una dinámica del capital explotador, como por ejemplo en la

caída de salarios, las crecientes tasas de desempleo y de empleo en el sector informal, que han dado por resultado el empeoramiento de las condiciones de vida de decenas de millones de personas. (VARGAS-HERNANDEZ, 2001, p. 104)

Todavía, as transformações promovidas pela adoção das referidas práticas não podem ser compreendidas, unicamente, por intermédio de seus aspectos econômicos relacionados às possibilidades de acesso por parte de diferentes grupos aos bens de consumo ou ao mercado de trabalho. Em realidade, as transformações decorrentes do referido processo devem ser compreendidas como um fenômeno político e social bem mais complexo.

Neste sentido, um dos principais aspectos a ser destacado em relação aos impactos políticos e sociais provenientes da implementação do neoliberalismo, como afirma Marcello Baquero, corresponde ao fato de que, “para que as reformas econômicas tenham sucesso, é estrategicamente essencial o enfraquecimento das entidades de representação dos cidadãos, particularmente sindicatos e grupos de oposição às políticas neoliberais”. (BAQUERO, 1996, p. 135). A restrição à participação popular e o descrédito imposto aos tradicionais canais de participação política também são destacados por Enrique Rajchenberg quando afirma que a implementação das diretrizes econômicas neoliberais contribui, portanto, para a produção “de sentimentos de impotência e de futilidade de toda resistência e de isolamento dos indivíduos” (RAJCHENBERG, 1999, p. 139). O “enfraquecimento de entidades representativas”, a atribuição de um caráter de “impotência e futilidade” às formas de resistência, bem como o “isolamento dos indivíduos” serão percebidas como um conjunto de medidas que passaremos a analisar como sendo representativas de um processo mais amplo o qual definiremos como de marginalização social.

Afastamo-nos, todavia, de algumas definições acerca do conceito de marginalização apresentadas nos anos setenta (TOURAINÉ, 1977; SERRON, 1977; FARIA, 1978; KOWARICK, 1978), as quais estavam atreladas, muito fortemente, às condições econômicas concretas. Compreendemos, no transcurso desta tese, que a promoção da condição de marginal não se constitui, unicamente, levando-se em consideração elementos vinculados aos índices financeiros, ou mesmo, às condições de acesso do indivíduo ao mercado de trabalho devendo, esta sim, ser analisada a partir de uma perspectiva mais ampla.

O conceito de marginalização, desta forma, será considerado como um conceito que representa, acima de tudo, a atribuição de uma condição político-social. A referida condição

de marginal, conforme destaca Leopoldo Zea, será efetivada a partir da elaboração de um discurso que, desde um centro de poder, qualifica a partir de sua própria situação e linguagem (ZEA, 2005, p. 66). O discurso sobre a marginalização, desta forma, será constituído a partir de um *logos* dominante que, como destaca o autor, constitui-se a partir de um binômio representado tanto pela “razão” como pela “palavra”, onde:

Razão [é] que esclarece e define o que se conhece, e palavra é a possibilidade de expressar este conhecimento a outros. Só que é uma palavra incapaz de dialogar, isto é, incapaz de relacionar a verdade alcançada com as outras verdades, é somente *logos*, não diálogo. As outras verdades serão vistas como simples opiniões, *doxa*, que terão de se justificar frente ao *logos* que sabe e diz o que é. (ZEA, 2005, p. 60)

Esta “palavra” a qual Zea se refere, que se constitui enquanto *logos* e, portanto, se impõe, sendo incapaz de estabelecer diálogo, pode ser reconhecida e relacionada ao texto jornalístico, uma vez que, referindo-se aos meios de comunicação de massa, John Thompson (2000) os classifica como articuladores de um discurso monológico. O referido caráter monológico do discurso pode ser expresso por intermédio daquela definição que irá representar, segundo Thompson, uma das principais características dos meios de comunicação de massa, qual seja, a chamada “quase-interação mediada”. A “palavra” proferida pelos meios de comunicação de massa, segundo Thompson (2000, p. 299) “é ‘quase-interação’, pois o fluxo da comunicação é predominantemente de mão única, e os modos de resposta através dos quais os receptores podem se comunicar com o comunicador principal são estritamente limitados.”.

Será, portanto, por intermédio da produção jornalística acerca do EZLN e do MST, que podemos perceber a constituição deste discurso que, a partir de um centro de poder, confere aos movimentos a sua condição de marginais. O texto jornalístico atuará, assim, de forma significativa na constituição deste *logos* dominante, afirmando suas propostas e projetos políticos, ao passo que, ao promover a elaboração de uma determinada imagem pública dos movimentos sociais, relega-os a uma condição periférica – marginal -, a partir da qual os seus discursos não passarão de pronunciamentos impróprios, imperfeitos, balbuciantes.

1.3.1 A espacialização de movimentos e imagens: as imagens produzidas pelo discurso jornalístico no processo de espacialização do EZLN e do MST

Conforme já afirmamos, a realização dos Congressos Nacionais por parte do MST e a divulgação das Declarações da Selva por parte do EZLN representaram importantes manifestações na história de ambos os movimentos. Além de constituírem uma forma de diálogo com a sociedade civil, tais fatos devem ser compreendidos como momentos marcantes na tentativa de elaboração de uma imagem pública acerca dos movimentos.

João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento Sem Terra, em relação ao caráter dos Congressos realizados pelo MST, afirma: “priorizamos os eventos nacionais para reunir os militantes de todo o país, discutir as linhas gerais da política do movimento e promover uma grande confraternização cultural e festiva.” (STEDILE; FERNANDES. 1999, p. 53)

Por sua vez, com relação aos documentos produzidos pelo EZLN, Antonio García de León (1994, p. 12) analisa-os da seguinte forma:

Los documentos (...) nos están hablando en un nuevo y antiguo lenguaje, y son el puente de comunicación entre un grupo de campesinos en armas y una sociedad civil cuya forma aún indefinida escucha y olvida por etapas. Son el llamado ancestral, el lenguaje terrestre y primordial, que le da hoy un toque moderno a las nuevas maneras y a las nuevas propuestas de la política. Refleja una particular combinación de discurso radical, teñido a menudo de un sentimiento rulfiano ante la muerte, con un tono de frescura antisolemne que rompe con todas las referencias anteriores de la izquierda estatalista o fundamentalista.

Será, pois, em oposição a estas manifestações públicas promovidas tanto pelo EZLN como pelo MST que os jornais *El Universal* e *O Globo* irão se pronunciar por meio de suas reportagens e editoriais.

No decorrer do ano de 1996, o jornal *El Universal*, em diferentes momentos, não se furtou em denunciar o “enfraquecimento” do movimento zapatista. Frente à divulgação da IV Declaração da Selva Lacandona, ou mesmo, motivado pela realização do I Encontro de Aguascalientes, o jornal apresentou algumas considerações sobre o EZLN, impondo a este,

por intermédio de sua linha editorial ou mesmo utilizando-se da fala de outros porta-vozes,²⁴ uma condição de fragilidade, mediante a perda gradativa de representatividade político-social.

Contraopondo-se à Declaração apresentada pelo movimento zapatista no dia 01 de janeiro de 1996, na qual, entre outros aspectos, era reivindicada pelo EZLN a necessidade de transformações políticas, o jornal apresentava, por intermédio das palavras de José Luis Soberanes, Raúl Cervantes Ahumada e Ignacio Burgoa Orilhuela (reconhecidos juristas mexicanos), em edição do dia 03 de janeiro, a perspectiva de que “*un grupo como el ‘zapatista’, sin suficiente representación popular en el país [grifo nosso²⁵], no tiene la posibilidad de reclamar la renovación de nuestra Carta Magna, que es la columna vertebral del sistema jurídico y político de México.*” (EL UNIVERSAL, 03/01/1996, p. 01).

A falta de representatividade atribuída ao movimento será reafirmada nas páginas do *El Universal* quando da realização do Encontro de Aguascalientes, momento no qual o EZLN será definido como um “*movimiento disminuido y guiado por catequistas a las ordenes del obispo Ruiz*” que “*después de dos años y medio de alegatos perdió interés*”. (EL UNIVERSAL, 10/07/1996, p. 12). A inoperância atribuída ao movimento zapatista, bem como, a pouca representatividade e identificação com a sociedade mexicana, também são denunciadas em editorial apresentado sob a manchete de “*Guerrilla desfasada de la historia*” (EL UNIVERSAL, 06/07/1996, p. 06). Além de qualificar como anacrônicas as ações do movimento, o texto lhe atribui uma condição de impotência (e inconseqüência) frente às questões políticas vigentes. “*Dos años de impotente rebeldía lograron más que cinco siglos de opresión para darse cuenta de que hoy, en México, ‘las armas no van a producir el tránsito a la democracia’.*” Afirma ainda que “*el pueblo mexicano no los seguiría*” (aos zapatistas) em suas ações classificadas como uma simples “*aventura*”.²⁶

²⁴ Com relação à utilização, por parte do jornal, de pronunciamentos de autoridades ou mesmo de pessoas públicas sobre um determinado assunto, Porto afirma: “Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico. Entretanto, as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas. Isto não significa, todavia, que os jornalistas não tenham um papel ativo na apresentação de enquadramentos interpretativos, mas sim que este papel tem um caráter mais sutil e indireto. Os jornalistas frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política.” (PORTO, 2002, p. 16)

²⁵ Ao longo desta tese todos os grifos em trechos de reportagens foram introduzidos com o objetivo de destacar elementos representativos; não aparecendo, desta forma, nos textos originais.

²⁶ “Guerrilla desfasada de la historia. Dos años de impotente rebeldía lograron más que cinco siglos de opresión para darse cuenta de que hoy, en México, ‘las armas no van a producir el tránsito a la democracia’. Algo verdaderamente profundo sucedió en la conciencia de los indios chiapanecos para rectificar el camino que habían iniciado. Con la gran sabiduría que los caracteriza, muy poco tiempo necesitaron para comprender que el pueblo mexicano no los seguiría en su aventura, por mucho que pueda compartir su causa. La gran lección que aprendió el zapatismo en solo 12 días de alzamiento fue que el pueblo mexicano no quiere la guerra. Quiere trabajo,

No caso brasileiro, a estratégia de desqualificar o Movimento Sem Terra, denunciando a sua pouca representatividade social, ou mesmo a sua limitada capacidade de mobilização política, também são elementos presentes nas reportagens apresentadas pelo jornal *O Globo*. Como exemplo desta situação, referimos a reportagem do dia 20 de agosto de 2000, vinculada à realização do IV Congresso Nacional do MST, na qual o jornal analisa como equivocada uma política do governo federal em prol da reforma agrária, sugerindo que tal medida seria responsável por “**dar alento** a um adversário que está, no momento, de **fôlego curto**” (O GLOBO, 20/08/2000, p. 06).²⁷

À exemplo do caso mexicano, algumas das práticas de mobilização adotadas pelo MST, também serão apresentadas como expressões de anacronismo. No que tange o período de realização do 3º. Congresso Nacional promovido pelo movimento, em uma das poucas referências feitas pelo jornal *O Globo* ao encontro, o texto inicia-se da seguinte forma:

No melhor estilo dos rebeldes **anos 60**, os cinco mil agricultores sem terra que participaram do 3º Congresso Nacional do movimento cercaram, ontem a tarde, no prédio da Embaixada dos Estados Unidos, gritando palavras de ordem como ‘**fim do imperialismo norte-americano**’ e ‘**fim da exploração dos trabalhadores pela burguesia**’”. (O GLOBO, 27/07/1995, p. 04)

Na continuidade do referido texto, busca-se evidenciar a inconsistência da ação promovida pelos sem terra uma vez que é destacada a incapacidade de compreensão por parte de um militante de algumas das questões que estão sendo apresentadas como elementos desencadeadores da mobilização junto à embaixada norte-americana. Após comentar o desconhecimento por parte dos militantes em relação aos pontos a serem reivindicados, o jornal dá voz a um destes representantes, buscando marcar de forma muito expressiva tal condição.

justicia y democracia, pero todo ello quiere lograrlo forjar una profunda conciencia democrática”. (EL UNIVERSAL, 06/07/96, p. 06)

²⁷“Independentemente de razões humanitárias, o país pagaria um preço alto demais se o Governo contribuisse para o crescimento das comunidades miseráveis nos centros urbanos - ou da massa de manobra do MST. Seria também **dar alento a um adversário que está, no momento, de fôlego curto**. Números provam isso. O primeiro semestre de 2000 registrou o mais baixo número de invasões de fazendas dos últimos cinco anos: foram 180, comparados com 284 nos primeiros seis meses de 1999, ou 362 no pior ano, 1997. Paralelamente, pesquisas nacionais de opinião mostram que o prestígio do movimento teve seu ponto mais alto na Marcha sobre Brasília, há pouco mais de três anos e, **desde então, sofreu sucessivos desgastes. Os sem terra foram vítimas de seus próprios excessos - saques de caminhões, invasão de prédios, tomada de reféns** - e, este mês, da descoberta de desvios de fundos em assentamentos. É sintomático que não tenham aparecido no congresso de Brasília os nomes mais importantes da oposição ao Governo: Lula, Brizola, Itamar”. (O GLOBO, 20/08/2000, p. 06).

Embora apenas os líderes do Movimento conseguissem informar o que é a lei de patentes, quem é Mark Curtis ou o que é o bloqueio econômico imposto a Cuba, a presença de tantos sem terra na porta do prédio assustou os diplomatas americanos. (...) - **Não sei nada disso. Nem patentes, nem quem é esse homem.** Mas hoje estava marcado que viríamos aqui – disse o sem terra Cristiano dos Santos, 16 anos. (O GLOBO, 27/07/1995, p. 04)

A proposição destas imagens, de movimentos que não encontram um respaldo às suas manifestações, que não são segmentos representativos das respectivas sociedades, mexicana e brasileira, ou ainda, que se utilizam de formas de mobilização anacrônicas e descontextualizadas, correspondem a formas de silenciar algumas interpretações sobre o EZLN e o MST.

Utilizamos neste momento, na elaboração de nossa análise, algumas das definições sobre os efeitos de sentido produzidos pelo silêncio, ou ainda, a possibilidade de se produzir o silêncio acerca de determinadas interpretações. Conforme destaca Noelle-Neumann, o homem possui uma característica que o coloca em uma posição de ser levado a aceitar uma determinada ideia, definição ou relato, mesmo tendo a consciência da sua falsidade. Frente ao temor de se encontrar isolado, o homem tende a abandonar determinadas convicções particulares em detrimento de ideias majoritárias. Segundo Noelle-Neumann (1995, p. 60): “[...] *incluso en una tarea inofensiva que no afecta a sus intereses reales y cuyo resultado debería resultarles completamente indiferente, la mayor parte de las personas se unirán al punto de vista más aceptado aun cuando estén seguros de su falsedad.*”

Concomitante ao processo de minimização da atuação dos movimentos uma outra estratégia jornalística relacionada ao processo de marginalização social do EZLN e do MST pode ser identificada. Neste sentido, os discursos presentes em um segundo conjunto de textos irão noticiar ações promovidas por ambos os movimentos, caracterizando-as como atos desviantes, que rompem com as “legítimas” formas de atuação política e social. Neste momento a imprensa assume, mesmo que de forma velada, a sua função de um órgão responsável por promover uma espécie de controle social. Conforme destacam Beatriz Marocco e Christa Berger (2005, p. 04-05)

A notícia insinua-se, neste quadro, como um instrumento de controle social que pode gerar a coesão social em torno da norma (que marginaliza o outro infrator) ou

dar conta dos procedimentos técnicos de coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-os no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade. Neste duplo sentido, isso é, de coesão dos indivíduos em torno da norma e das limitações coercitivas dos corpos sob as técnicas disciplinares, executadas por uma rede de instituições, poder-se-ia explicar a ordem social.

No caso mexicano, as condutas do EZLN serão duramente criticadas em função da opção realizada pelo movimento de colocar-se em armas. A manchete apresentada pelo *El Universal* é taxativa: “*Deben ‘zapatistas’ resolver su condición de grupo armado*”. Novamente por intermédio da fala de uma figura pública, o jornal irá referendar em suas páginas, um posicionamento de crítica e oposição ao movimento zapatista.

‘No se vale – y es una opinión personal, no de la Cocopa²⁸ ni del Partido Acción Nacional – que un grupo (como el EZLN) **quiera dedicarse en forma íntegra a la política mexicana sin antes haber resuelto su problema de ser clandestino y armado**’.

Para que uno pueda **participar en política, lo debe hacer por la vía pacífica y con respecto a la Constitución y a las leyes**. Por lo tanto, mientras el grupo denominado EZLN mantenga en su poder armas u siga siendo clandestino no podremos hablar de que la formación de una nueva organización, como el frente zapatista, sea una noticia excelente. (EL UNIVERSAL, 02/01/96, p. 23)

Além de apresentar críticas à condição armada do movimento zapatista, o jornal destaca, em diferentes momentos, os efeitos nocivos desta condição.

En este momento, **decirse** alzado **en armas** equivale a hacerle el juego a quienes con constante empeño han actuado durante los últimos meses para **favorecer la antidemocracia y vulnerar** las bases del **sistema político mexicano**, con el claro **propósito** de **beneficiarse** de las condiciones de **ingobernabilidad**: grupos de interés, bandas de narcotraficantes y toda suerte de oportunistas nacionales y extranjeros al servicio del mejor postor, con el **objetivo** de propiciar **zozobra a nivel nacional**.(EL UNIVERSAL, 01/07/96, p. 06)

A postura assumida pelo movimento é apresentada, desta feita, como um obstáculo à constituição de uma “verdadeira democracia”. Perpassado por interesses “izquierdistas”, o

²⁸ A *Comisión para la Concordia y Pacificación* (Cocopa), corresponde a uma comissão organizada a partir de março de 1995 com o objetivo de auxiliar nos diálogos estabelecidos entre o governo mexicano e o movimento zapatista. Tal comissão é composta por deputados federais e senadores dos diferentes partidos representados no Congresso Nacional Mexicano.

movimento zapatista contribui com a perturbação do espaço público e a promoção da instabilidade política no México. Reforçando a referida perspectiva, o *El Universal* (27/07/96, p. 07) publica:

Por esta razón es plausible que el ‘encapuchado mayor’ y el grupo de rebeldes hayan denunciado esa precaria condición en que viven, mejor, sobreviven las etnias. **Lo lamentable** y que no se puede aceptar **es el instrumento** que eligieron para los justos reclamos, protestas y exigencias para que se atendiera debidamente a los indígenas, **la violencia armada**. Con ella **echaron por tierra sus nobles propósitos** y laudables fines. Además, **es del todo reprochable** que, según parece, se hayan **dejado involucrar** con **principios izquierdistas** que **más perturban que solucionan los males sociales**, lo que se prueba por el apoyo de personas y organizaciones izquierdistas, nacionales e internacionales, pues el aforismo: ‘Dime quien te defiende y aplaude, y te diré cómo piensas’, vale.

Uma crítica à condição armada, ou mesmo, a uma possível associação a grupos armados também será apresentada pelo *O Globo* quando este faz referências ao MST. Mesmo não citando nominalmente o movimento, os termos utilizados pelo jornal na produção de matérias sobre o crime organizado nos centros urbanos serão os mesmos utilizados quando *O Globo* trata das questões relacionadas às mobilizações dos sem terra. Sob a manchete de “PM estará de prontidão para evitar **baderna** no ato marcado para hoje”, a terminologia utilizada na matéria estabelece, mesmo que indiretamente, uma associação com as reportagens vinculadas ao MST. Cabe destacar ainda que, a partir do “olho da reportagem”²⁹, será reforçada a associação entre o termo utilizado na manchete (bem como aqueles que podemos identificar ao longo da reportagem) com uma prática criminosa.

Filmagens ajudarão polícia a identificar **participação de traficantes**.

O governador Anthony Garotinho e o coronel Josias Quintal, secretário de segurança Pública, disseram que o policiamento será o mesmo "de outras manifestações" , sem que **atos de baderna e vandalismo** sejam permitidos e os serviços essenciais não sejam prejudicados durante o ato. Garotinho disse que não deu nenhuma orientação especial à polícia. Segundo ele, filmagens serão feitas em todos os atos públicos em que a polícia estiver presente para poder identificar **baderneiros infiltrados**. (O GLOBO, 29/08/00, p. 16)

²⁹ Conforme define Eduardo Ferreira de Souza (2004, p. 39): “O *olho* pode ser definido como uma espécie de linha auxiliar da manchete. É um texto síntese que aparece geralmente entre o título e o corpo da notícia.” O olho da reportagem pode ser também apresentado acima do título, sendo grafado com uma letra menor do que a apresentada na manchete, mas ainda maior do que àquela apresentada no corpo do texto.

Identificamos assim, que as tentativas de associação do MST a este tipo de organização podem ocorrer de diferentes formas. Além de promover uma aproximação em termos linguísticos, a constituição de exemplos comparativos, entre mobilizações rurais e urbanas, também atuarão no processo de vinculação do MST a grupos criminosos.

São verdades antigas, ideias e valores poéticos, que não estão ausentes nem mesmo de certas manifestações do nosso atual quadro político, embora estejamos hoje, talvez, mais perto da anomia e da anarquia do que da tirania. Temos um governo que pareceu, em certos momentos, forte demais, avassalador, até, em termos morais ou intelectuais, mas que se mostra, desde algum tempo e ainda agora tolerante e paciente até o exagero diante dos **excessos do MST no campo e no crime organizado nas cidades**. (O GLOBO, 20/08/2000, p. 07)

A vinculação do movimento a atos de contravenção irá ocorrer inclusive, em casos nos quais a associação se dá por meio de argumentos pouco consistentes, materializados simplesmente pela presença de objetos que remetam ao MST.

Segundo Josias Quintal, o grupo que invadiu o DPO, prendeu dois policiais e roubou suas armas apresenta características militares. Na casa de um dos presos, foram encontrados manuais de treinamento do Exército. Cinco integrantes das autodenominadas Forças Socialistas de Libertação Nacional (FSLN) continuam sendo procurados pela polícia. Durante a tarde, o Governo do estado, através da Coordenadoria de Comunicação Social, chegou a informar que a polícia havia confirmado a **ligação dos presos com o Movimento dos Sem Terra**. Na casa de um dos integrantes do grupo, **foi encontrada uma boina do MST**. [...]

Um dos presos, Erivelton Leão Marinho, indicou o lugar onde cinco armas usadas pelo grupo estavam escondidas, perto da Fazenda Cabiúnas, no Parque Nacional de Jurubatiba. Com mandados de busca e apreensão, a polícia encontrou na Favela das Malvinas cápsulas de fuzil automático leve (FAL), uma caixa de munição da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), um vídeo sobre a Guerra do Vietnam, **um livro escrito por João Pedro Stédile, líder do MST**, e manuais do Exército, de 1981, com o nome do cadete Medeiros na contracapa. O nome Medeiros também estava em uma das fardas. Foram encontrados ainda jornais do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef), filiado à CUT. (O GLOBO, 26/08/2000, p. 14)

Textos vinculando ambos os movimentos a atos ilícitos e de contravenção, todavia, também assumirão formas mais diretas de expressão. Ainda que tais atos não tenham sido plenamente comprovados (ou mesmo julgados), os jornais assumem uma postura condenatória às ações atribuídas aos movimentos. Ainda durante o ano de 1994, quando do surgimento do EZLN, o jornal *El Universal*, sob a manchete de “*Extorsionan supuestos*

‘zapatistas’ a agricultores”, acusa a presumíveis membros do movimento de chantagear agricultores, com o objetivo de arrecadar recursos para as suas mobilizações, bem como, de estarem contribuindo para o desenvolvimento de insegurança, medo e desordem na região.

Grupos armados que aseguran pertenecer al EZLN y que operan en la sierra y en la zona esteárica de esta costa han obtenido miles de nuevos pesos con la **extorsión y chantaje que practican** a través de anónimos enviados a ganaderos y agricultores en donde les exigen ‘cooperación para continuar la lucha armada en los Altos del estado’.

Ante esto, la Procuraduría General de Justicia local desplegó un fuerte operativo para la investigación de los supuestos zapatistas que continúan enviando las cartas a los ricos productores pecuarios y agricultores, bajo **la amenaza de que, de no ‘cooperar para el levantamiento armado indígena’, sus familiares sufrirán la muerte.** (...)

Los anónimos chantajistas han causado **zozobra, temor e incertidumbre** entre el sector agrícola y pecuario, por lo que representantes de la Cámara local de comercio, Canacintra y las asociaciones ganaderas de los municipios de Mapastepec, Acapetahua, Acacoyahua, Huixtla, Pijijiapan y esta localidad, en donde algunos de sus miembros han sido presionados para ‘cooperar’ decidieron conformar un frente de defensa de su patrimonio.

La Procuraduría de Justicia dio a conocer que las personas presionadas por los presuntos grupos armados del **EZLN** empezaron a contactar guardas-espaldas para la protección de sus familiares y patrimonio, mientras que agentes especiales de esa dependencia continúan en el operativo de localización de los chantajistas que operan en la sierra y la zona esteárica de la costa. (EL UNIVERSAL, 11/06/1994 , p. 01)

Sendo a condição de movimento armado um dos principais pontos de crítica ao EZLN, a obtenção destas armas também mereceu atenção das páginas do *El Universal*.

El embajador de Nicaragua en México, Ernesto Fonseca Pasos, admitió que desde aquella nación se ha **traficado con armas** que tienen como destino el estado de Chiapas, **concretamente dirigidas al Ejército Zapatista de Liberación Nacional**, sin que las autoridades hayan podido hasta el momento evitar-lo. (...)

En este sentido, destaco que los países en vías de desarrollo deberán hacer un frente para que se disminuya la fabricación de armas que sirven después para **movimientos extremistas como el que se registra en el estado de Chiapas**, y como hace unos años fue en Nicaragua con el FSLN. (EL UNIVERSAL, 04/01/96, p. 05)

No caso brasileiro, um exemplo das acusações atribuídas ao MST está relacionado à má utilização das verbas destinadas aos assentamentos. Mesmo não havendo uma comprovação da acusação, *O Globo* apresenta a seguinte notícia:

Secretaria Federal de Controle denuncia que assentados **usam recursos da reforma agrária até em prostíbulos**

O presidente do INCRA, Orlando Muniz, pediu ontem ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para **investigar a denúncia de que assentados ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST) usavam dinheiro** da reforma agrária até para **frequentar prostíbulos** no Paraná. Os desfalques seriam cobertos com notas fiscais frias. (...)

Tem falcatruas de toda ordem - disse um dos assessores do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, que teve acesso ao relatório com o resultado da auditoria. (O GLOBO, 08/08/2000, p. 10)

Podemos perceber que a cobertura jornalística realizada destes importantes momentos das histórias dos respectivos movimentos sociais, em detrimento de analisar o EZLN e o MST como parte integrante da sociedade, apresenta-os na condição de “outro(s)”, como representantes de práticas e de discursos que desconhecem (ou simplesmente desrespeitam) as normas legais de conduta social estabelecidas. Normas sociais estas que, definidas por um *logos* dominante, qualificam e ordenam o espaço, legitimando determinadas ações coletivas e atribuindo a marginalidade àquelas que, de alguma forma, se opuserem às estruturas vigentes.

1.3.2 O EZLN e o MST em Marcha: as grandes mobilizações em direção à Capital Federal

Somando-se à realização dos Congressos Nacionais, bem como às Declarações da Selva, contribuiu de forma muito expressiva no desenvolvimento do chamado processo de espacialização dos referidos movimentos a realização de grandes mobilizações de marchas. As referidas marchas, além de representarem importantes atos de mobilização política, responsáveis por conduzir milhares de pessoas às respectivas capitais federais, foram manifestações que apresentaram um alto grau de simbolismo político-social. Elementos de ordem política somaram-se e, de alguma forma, mesclaram-se a elementos de uma liturgia católica, bem como, a elementos culturais indígenas.

No caso do MST a caminhada pela reforma agrária acabou assumindo o caráter de uma verdadeira peregrinação em busca da Terra Prometida. A realização da marcha, segundo algumas das lideranças do movimento, buscou reconstruir toda a história de um povo que luta por uma vida digna, remetendo muito fortemente à história bíblica do povo de Deus, que

buscava a libertação da escravidão. João Pedro Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 152), com relação aos objetivos da marcha realizada até Brasília, afirma:

Na nossa ideia, a chegada a Brasília era apenas a consequência. O principal objetivo era realizar, durante o trajeto, o contato com a população, não com o governo. Tanto é que quando preparamos a logística da Marcha, originalmente, pensamos em fazer cinco colunas. Além das três colunas que realmente saíram, uma do Centro-Oeste, outra do sudeste e a terceira do Sul, faríamos outras duas. Uma do Nordeste, saindo de Petrolina (PE), e outra do Norte, partindo de Imperatriz (MA). (...) O objetivo era falar com o povo. (...) Então fizemos a marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade.

No caso do EZLN, a marcha realizada pelo movimento possui um caráter singular, uma vez que promoveu, pela primeira vez desde a sua aparição pública, o deslocamento, para além da região de Chiapas, das principais lideranças zapatistas. A marcha promovida pelos zapatistas percorreu, aproximadamente, três mil quilômetros ao longo de treze estados mexicanos.

Carregada de simbolismo, antes de ingressar na Cidade do México, os participantes da marcha promoveram um ato que, mais uma vez, fez ressurgir a figura histórica de Emiliano Zapata. No sábado, dia 12 de março, milhares de pessoas reuniram-se em Xochimilco, uma localidade situada a quinze quilômetros da capital federal - mesmo local que há 87 anos recebeu os líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata e Pancho Villa, antes de sua entrada na Cidade do México. O caráter histórico e o capital simbólico deste ato são indiscutíveis.

As mobilizações de marchas, assim, não podem ser compreendidas simplesmente como deslocamentos humanos, elas foram possuidoras de uma representação político-cultural extremamente significativa e de um grande apelo popular. Desempenharam um papel muito importante, não somente no processo de espacialização dos movimentos, como também na constituição da própria identidade daqueles que se apresentavam como “novos sujeitos políticos”.³⁰

Será, pois, em contraposição a estas imagens públicas sugeridas pelos movimentos, por intermédio de suas mobilizações, que o *El Universal* e *O Globo* irão compor os seus

³⁰ O processo de constituição desta “nova identidade”, atribuída tanto ao EZLN como ao MST foram analisados em minha dissertação de mestrado. (ANTONI, 2002).

discursos, apresentando, a partir de suas diferentes estratégias de abordagem, a marginalização dos referidos movimentos.

No que se refere às estratégias apresentadas pelos jornais, podemos identificar, basicamente, duas distintas formações discursivas: a primeira, caracterizada por aquele grupo de textos que, tanto no caso mexicano como no brasileiro, definem como legítimas as reivindicações gerais apresentadas pelas mobilizações sem, contudo, associá-las diretamente aos movimentos; e um segundo conjunto no qual identificamos uma tentativa de dissociação dos respectivos movimentos sociais das demandas apresentadas pelas marchas, bem como, uma crítica contundente dirigida aos movimentos e aos seus militantes, uma vez que estes representariam nada mais do que simples movimentos políticos de oposição aos governantes locais.

A primeira formação discursiva que podemos identificar nos textos jornalísticos em relação às marchas, diz respeito àquilo que Eduardo Ferreira de Souza (2004) denominou como a fase de cooptação dos movimentos sociais por parte dos meios de comunicação. Frente ao grande apelo popular adquirido por ambas as mobilizações, tanto no México como no Brasil, a estratégia apresentada pelos jornais foi dar visibilidade às manifestações, promovendo, paralelamente ao processo de divulgação das mesmas, a incorporação das principais reivindicações apresentadas pelas marchas como demandas nacionais, governistas, retirando-as da tutela dos movimentos. Em seu trabalho, Souza (2004, p. 65) analisa o referido processo de cooptação da seguinte forma:

A intenção seria neutralizar o potencial de contestação do movimento, reconhecendo suas demandas. O governo cederia em algumas questões pontuais sem, no entanto, intervir de forma radical na estrutura fundiária.

O governo seria, então, visto como parceiro, compartilharia os mesmos objetivos: acabar com as brutais desigualdades no campo.

Assim sendo, em diferentes reportagens apresentadas pelo *El Universal*, ao longo do período da realização da marcha zapatista, o governo federal, na figura do então presidente Vicente Fox Quesada, foi apresentado como grande apoiador da mobilização e, concomitantemente, como um dos agentes políticos mais envolvidos e dedicados na

construção do processo de paz na região de Chiapas. Em reportagem publicada ainda no dia 15 de fevereiro de 2001, já se encontrava expressa a perspectiva acima mencionada:

El presidente **Vicente Fox Quesada** no dejó de **llamar a los mexicanos a apoyar la marcha** zapatista, una que **debe terminar con el conflicto armado en Chiapas**, y abrir los caminos hacia la paz. (...)! Habrá una marcha por la paz, una marcha que debe de terminar con el conflicto armado allá en Chiapas; **una marcha que respaldamos** la inmensa mayoría de los mexicanos; por que sabemos que debe de terminar en la ciudad de México, buscándose un acuerdo para la paz!, dijo Vicente Fox, durante la presentación de este programa nacional de atención a 250 microrregiones. (EL UNIVERSAL, 15/02/2001. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>>. Acesso em: 12 set. 2011)

Ao longo de todo o período analisado, a Marcha será apresentada, ainda, como uma espécie de concessão do governo aos zapatistas; como um instrumento criado pelo governo a partir do qual, dentro de uma legalidade constitucional, fosse permitido ao EZLN se expressar. Cabe destacar ainda, em relação a este tipo de reportagem, que o direcionamento feito em relação às possibilidades de interpretações da mobilização relacionam-se aos objetivos indicados pelo governo, quais sejam: o fim imediato do conflito em Chiapas e a elaboração de um acordo de paz com o EZLN.

A una semana de que inicie la marcha del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), el presidente **Vicente Fox** señaló que los zapatistas deben demostrar si realmente quieren la paz. Dijo que “**al EZ le vamos a dar la oportunidad de demostrarlo**”. El presidente **Vicente Fox** dijo que “**estamos listos para hacer nuestra parte sin poner en riesgo la estabilidad política del país, ni la integridad del territorio, ni la seguridad de las familias y ni de personas**”. (...) **Vicente Fox consideró que se está a unas semanas de lograr una resolución al conflicto armado**. Respaldó la marcha zapatista y expresó que recibirá la caravana del EZLN para trabajar juntos y al final la marcha se convierta en una acuerdo por la paz. (EL UNIVERSAL, 18/02/2001. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> Acesso em: 21 set. 2011)

Aproximando-se do momento inicial de deslocamento da Marcha Zapatista, o *El Universal* irá manter o seu padrão referente ao conteúdo das matérias nas quais o principal personagem, a anunciar a marcha e os seus possíveis e esperados efeitos, continua sendo o então presidente Vicente Fox.

En víspera de iniciar la marcha del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), el presidente **Vicente Fox** afirmó que **“llegó la hora de la paz y la reconciliación”**, y reitero que **sólo el diálogo y la negociación permitirán una salida honorable, digna y justa para todos los mexicanos**. (...) En su mensaje a la nación, transmitido por radio y televisión, dijo: “A lo largo y ancho de esta tierra hay hombres y mujeres que a diario se levantan con las ganas y el ánimo de saber que **entre todos estamos haciendo de México un gran nación**”. (...) Señaló que **en el gobierno federal hay voluntad total por alcanzar la pacificación en la zona** y que “no hay nada que distender”, pues las cosas no están tensas, sino contrariamente, mejor que en los últimos cinco años. (EL UNIVERSAL, 24/02/2001. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx> . Acesso em: 15 out 2011)

A projeção de uma imagem na qual o governo é apresentado com sendo o principal incentivador do processo de paz acabará sendo repetida ao longo de todo o período de realização da marcha. Tal perspectiva será reforçada pelo jornal mediante a apresentação de pesquisa de opinião, na qual se busca identificar como destacada a atuação do governo nos processos de negociação de paz frente ao conflito chiapaneco. Apresenta o jornal, em matéria do dia 05 de março de 2001, a seguinte informação:

En forma paralela, el grueso de los capitalinos, seis de cada diez 59,2 por ciento opinan que el primer consenso debe ser establecer el diálogo y las negociaciones, y casi la mitad, **45 por ciento**, está de acuerdo en que el segundo consenso es que el presidente **Vicente Fox y su gobierno han mostrado voluntad de negociar** con el EZLN. (EL UNIVERSAL, 05/03/2001. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx> Acesso em: 22 out 2011)

A marcha realizada no Brasil pelo MST também receberá atenção especial por parte dos jornais de circulação nacional. Assim como *O Globo*, diferentes jornais brasileiros realizaram uma ampla cobertura acerca da mobilização. Conforme destaca Bruno Konder Comparato (2000, p. 127) com relação à presença do MST nas páginas dos principais jornais brasileiros: “observa-se um pico no ano de 1997, que corresponde à Marcha a Brasília. Nos anos subsequentes há uma diminuição progressiva do número de editoriais sobre o movimento.”

A exemplo da cobertura realizada pelo *El Universal* em relação à Marcha Zapatista, *O Globo* também irá saudar a realização da Marcha, promovida pelo MST, como uma das grandes e mais expressivas mobilizações sociais ocorridas no país. Acompanhando a estratégia apresentada pelo jornal mexicano, - e como já indicou Eduardo Ferreira de Souza -

O Globo, em um primeiro momento, buscou vincular a realização da Marcha e as suas principais demandas a uma postura compartilhada pelo governo federal.

Numa resposta às críticas do MST ao Governo na área da reforma agrária, Fernando Henrique afirmou que não se pode ser intolerante e que ninguém deve querer ser dono da verdade. **Fernando Henrique** classificou como **positiva a marcha** que está sendo realizada pelo MST em favor da reforma agrária e que chegará a Brasília no dia 17 de abril, mas ressaltou que movimentos como esse devem **respeitar as leis, as instituições e a cidadania**. (O GLOBO, 25/03/1997, p. 5)

A presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso ou de pessoas ligadas ao seu governo não só será uma constante nas matérias que irão tratar sobre a Marcha ou sobre os temas relacionados à reforma agrária, como também irá assumir uma posição de protagonismo político.

Fernando Henrique cobrou maior **apoio** também ao programa de **reforma agrária**. O **presidente quer** que os ministros sejam mais atuantes, disse que pretende **aumentar a meta** das **famílias** a serem **assentadas** e **anunciou** que lançará uma ofensiva para **tornar os assentamentos mais produtivos**. – A **reforma agrária** não é um problema somente do ministro Raul Jungmann, **é de todos nós**. Precisamos de sintonia fina – **disse o presidente**. (O GLOBO, 05/04/1997, p. 5)

Tal protagonismo será reafirmado mediante a divulgação de medidas - ou mesmo intenções - por parte do governo federal em relação à sua política agrária. *O Globo* informa, em uma segunda reportagem, publicada no dia 05 de abril:

Recordou o presidente que a **média de assentamentos** no Brasil é de **12 mil por ano**. **Seu governo fez cem mil em dois anos**, mas reconheceu que isso é insuficiente e que o problema não é só assentar. Segundo os participantes, foi da **necessidade de avançar na reforma agrária** que ele falou com mais **ênfase na reunião**. O ministro Raul Jungmann já vinha nessa linha. (O Globo, 05/04/1997, p. 02)

As medidas adotadas por parte do governo federal continuaram sendo a tônica das reportagens, inclusive quando do término da Marcha e da posterior realização do encontro entre o governo e os representantes do MST que, no dia 18 de abril, foram recebidos por uma

comissão³¹ no Palácio do Planalto. Às vésperas do encontro no Palácio do Planalto, novamente a “voz” que é apresentada pela reportagem é a do governo:

O Governo vai receber os sem terra **com o espírito** que sempre teve: o **do diálogo** – disse ontem o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. – **Temos novidades** para propor, muito **boa vontade** para executar a reforma agrária e **consciência** de que este é um dos maiores problemas do país na atualidade. (O GLOBO, 17/04/1997, p. 08)

Com relação ao encontro entre os representantes da Marcha e a comissão composta por membros do governo federal, as avaliações apresentadas pelo jornal ficaram, mais uma vez, em sua grande maioria, associadas às manifestações provenientes dos representantes do Palácio do Planalto, reafirmando a postura governista da cobertura do evento. No dia 18 de abril, em uma das reportagens apresentadas, *O Globo* publicou :

Brasília parou ontem, numa das principais manifestações de sua história, diante de um protesto pacífico, praticamente sem incidentes, ponto final da marcha de três meses dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária. Hoje, os principais líderes do MST se encontram no Palácio do Planalto com o presidente **Fernando Henrique Cardoso**, num **clima de diálogo e negociação**. **O tom foi dado** ontem pelo **próprio Fernando Henrique**: ‘Acho inútil ficar discutindo com o MST sobre números, assentou tanto ou não. **Se nos dermos as mãos, vamos assentar muito mais**’. O ministro da Reforma Agrária, fortalecido pelo presidente, afirmou: ‘A **reforma agrária** tinha um **encontro marcado com a democracia**. **Este encontro chegou**.’ (O GLOBO, 18/04/1997, p. 01)

Passados dois dias da realização do encontro, podemos perceber que o teor das reportagens manteve um posicionamento crítico em relação à postura do MST, enquanto que foi, em mais uma oportunidade, reafirmada a postura de apoio às iniciativas apresentadas pelo governo.

O fracasso da reunião de sexta-feira com os líderes do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, no Palácio do Planalto, provocou pesadas críticas do Governo ao movimento. **Decepcionado**, o presidente **Fernando Henrique Cardoso** lamentou que o **MST** esteja **deixando** de ser um **defensor da reforma agrária**, passando a engrossar um **movimento político de oposição ao Governo**.(...)

³¹ A referida comissão organizada no Palácio do Planalto contou com as presenças do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann, do Ministro da Agricultura Arlindo Porto, do Ministro da Justiça Milton Seligman e do representante da Casa Militar o general Alberto Cardoso.

O **presidente** considerou um **gesto acertado estender a mão** ao MST e lembrou a proposta de criar uma comissão com representantes dos sem terra, da sociedade civil e dos produtores rurais, com o **objetivo de propor políticas para acelerar a reforma agrária**, à qual os **sem terra não deram resposta**. Na sua opinião, ao agir assim o **MST** mostra que **se tornou um movimento político**, aliado à CUT e a outros setores, e que **perdeu o objetivo da reforma agrária**. (O GLOBO, 20/04/1997, p. 04)

Paralelo a este processo, no qual as demandas – ou mesmo as próprias mobilizações – foram, de alguma forma, cooptadas pelos discursos governistas e reproduzidas nas matérias jornalísticas, podemos perceber a composição de um segundo grupo de reportagens. Neste segundo grupo de textos encontram-se presentes aquelas matérias cujo teor corresponde a uma tentativa de dissociação dos respectivos movimentos em relação às proposições apresentadas. Tais matérias, além de contribuírem no processo de desqualificação das ações do EZLN e do MST, não os reconhecendo como enunciadores legítimos de suas reivindicações, serão responsáveis por reafirmar um processo de divisão³² e de marginalização social dos referidos movimentos.

As matérias que se seguem, podem ser compreendidas como representantes de um conjunto de textos a partir dos quais o processo de marginalização dos respectivos movimentos sociais se justificará em decorrência de sua postura de enfrentamento às estruturas de poder vigentes. Como destaca Leopoldo Zea, a condição de bárbaro (ou marginal), em determinado momento, será atribuída àquele grupo que se coloca em oposição à ordem legal instituída; “Bárbaro será quem está fora da legalidade.” (ZEA, 2004, p. 73). Lançando mão de diferentes abordagens, o *logos* dominante busca reafirmar a condição de ameaça que este tipo de mobilização social representa, impondo-lhe uma condição marginal, objetivando minimizar, assim, o seu impacto nas estruturas sociais vigentes.

Desta forma, analisando o discurso apresentado pelo *El Universal* em relação ao EZLN durante a realização da Marcha, podemos perceber que as críticas assumem diferentes perspectivas. Uma das perspectivas apresentadas pelo jornal pode ser representada pela abordagem realizada em 18 de fevereiro de 2001 quando, por intermédio da fala de dois

³² O conceito de “divisão” tem como base a definição apresentada por Eduardo Ferreira de Souza em seu trabalho “Do silêncio à satanização. O discurso de Veja e o MST”, no qual o autor define a “divisão” como uma das estratégias de abordagem jornalística realizadas. Segundo o autor (SOUZA, 2004, p. 85): “O motivo de estar [a divisão] entre a cooptação e a satanização deve-se ao fato de que surge antes ainda do término da fase de cooptação e prossegue, com maior ou menor intensidade, até o final de nosso trabalho. Como a cooptação não produziu resultados satisfatórios, passou a ser necessário isolar o movimento para que ele não ganhe ainda mais força.”

senadores, acusa-se o EZLN de desrespeito às bases institucionais que compõe o próprio Estado Democrático Mexicano:

Fernández de Cevallos y Calderón Hinojosa reiteraron sus opiniones respecto de una actitud que ha sostenido el **EZLN poco favorable** a la **solución del conflicto** chiapaneco por la vía del diálogo. El senador dijo que **es inaceptable** que un **grupo armado** pretenda **situar** a los poderes de **la Unión, como lo quiere hacer el EZLN**, para **exigir arbitrariamente** que el Ejecutivo **retire soldados**, que el Judicial **libere presos** y que el Legislativo **cambie la Constitución**. (EL UNIVERSAL, 18/02/2001. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 set. 2011)

Somando-se às críticas em relação à postura assumida pelo movimento, no que tange as suas contradições em relação às instituições do Estado mexicano, encontramos também, nas páginas do *El Universal*, reportagens que tomam a figura do Subcomandante Marcos como um dos principais alvos de suas críticas. As críticas apresentadas em relação ao Subcomandante Marcos irão assumir distintas abordagens.

Inicialmente, pode ser identificada aquela reportagem na qual se busca apresentar a figura de Marcos como um indivíduo irresponsável, inconsequente. Tendo como base as palavras do deputado federal do *Partido Acción Nacional* (PAN), Felipe Calderón Hinojosa, o *El Universal* publica:

El panista externo sus **dudas** porque el **EZLN** y el **subcomandante Marcos** realmente **quieran la paz**. “Creo que **Marcos está perdiendo el sentido** de responsabilidad en este tema, si el afirma que viene a la ciudad de México, pero que **no viene por la paz**, que **no viene a firmar la paz**, pues únicamente está tratando de ganar tiempo y recuperar terreno en su estrategia de opinión pública y yo creo que no por eso debe reprocharse que haga lo que haga si verdaderamente con eso se contribuye a que la paz llegue! (EL UNIVERSAL, 23/02/2001. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>>. Acesso em: 21 dez. 2011)

Mais uma vez, utilizando-se de uma perspectiva de análise de uma figura pública,³³ o jornal mexicano coloca em dúvida não somente os verdadeiros interesses do movimento,

³³ O conteúdo desta reportagem é resultado de entrevista realizada com Mateo Zapata Pérez, filho de Emiliano Zapata, um dos principais líderes do processo revolucionário mexicano de 1910 e uma das personalidades mais importantes da história mexicana.

como también a sua credibilidade, em função da utilização de máscaras por parte de seus militantes.

En la conversación, el secretario general del Movimiento Nacional Plan de Ayala **no esconde su desconfianza hacia el subcomandante Marcos**. El hijo de Zapata critica que use el apellido de su padre para abanderar una lucha que, “**se entiende, esconde otros intereses**”. “En primer lugar, cuando se tiene buenas intenciones **no se tiene por qué estar escondiendo el rostro**. Presentarse como es uno si es una causa justa”, expresó en entrevista exclusiva para EL UNIVERSAL. Y preguntó: ¿qué no tiene los suficientes pantalones para dar la cara? Aquí (en alusión a la lucha de Emiliano Zapata), los zapatistas estaban descubiertos de la cara. **Cuando tu defiendes una causa que para ti o la comunidad es justa, no tiene por qué usar un pasamontañas. ¿Quiénes se tapan la cara? ... los que asaltan.** (EL UNIVERSAL, 26/02/2001. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 14 nov. 2011)

Somando-se às críticas apresentadas por Mateo Zapata, outros representantes políticos como Ignacio Loyola Vera, governador de Querétaro, e Sergio Estrada Cajigal, governador de Morelos, também terão as suas impressões acerca da mobilização zapatista estampadas nas páginas do *El Universal*:

Mientras que el gobernador queretano, Ignacio Loyola Vera, minimizo los insultos y calificativos que le dirigió el “subcomandante Marcos” a su paso por el estado, el gobernador de Morelos, Sergio Estrada Cajigal Ramírez, **acusó de farsante al movimiento zapatista** (...) “Las intenciones del **subcomandante Marcos** evidencian que **no le interesa alcanzar la paz** por el gran negocio que eso debe significar”, opino Sergio Estrada Cajigal, por lo tanto, agrego, **el movimiento no es genuíno.** (EL UNIVERSAL, 03/03/2001. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 03 dez. 2011)

Acompanhando a fala destas personalidades políticas, ainda podemos observar o pronunciamento de outras figuras públicas, que irão se apresentar contrários e críticos à mobilização zapatista e à figura de Marcos.

En tanto, en Querétaro la organización Micro Empresarial Comercial, S. C., integrada por campesinos y productores agrícolas, envió una misiva al gobernador del estado, Ignacio Loyola, para adherirse a su pronunciamento de **rechazo a la visita del EZLN** a esta entidad. Le refieren que “nosotros también pensamos que **(!Marcos!) es un cobarde**, porque **se niega a dialogar** con el ciudadano licenciado

Vicente Fox.” (EL UNIVERSAL, 26/02/2001, <<http://www.eluniversal.com.mx>> Acesso em: 15 fev. 2012.)

A credibilidade da mobilização será colocada em dúvida, novamente, na medida em que o *El Universal* publica uma reportagem na qual sugere que a realização da Marcha pode ser limitada aos interesses de promoção individual sustentados pelo Subcomandante Marcos. Sobre a manchete de “*Comenzó la marcha de Marcos*”, publica o *El Universal*:

Es, se ve ya, desde esta primera concentración, la **Marcha del subcomandante**, la **marcha de Marcos** (...) La llegada a Tuxtla, una hora y media después de abandonar la ciudad vieja, fue en medio de otra gran valla. Muchos, sin embargo, no llegarían a la plaza. En algunos rostros, admiración y aplausos. En otros, morbo. Es la primera vez que !Marcos! sale y si, la gente lo busca a él, la gente le grita, lo reclama. **Es la marcha de Marcos**. (EL UNIVERSAL, 26/02/2001. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 22 nov. 2011)

Mesmo que as críticas sejam, predominantemente, direcionadas à figura do Subcomandante Marcos, o *El Universal* não irá se furtar de questionar e, de alguma forma, desprestigiar a atuação de outros representantes zapatistas:

Por otra parte, legisladores de PRI, PAN y PRD integrantes de la Cocopa cuestionaram la designación de Fernando Yáñez conocido como el “**comandante Germán**” como representante del EZLN ante el Congreso. Lo consideraron un representante de “**bajo nivel**” y de “**perfil poco idoneo**”. (EL UNIVERSAL, 27/02/2001. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 07 nov. 2011)

Acompanhando o padrão das reportagens apresentadas pelo jornal mexicano, *O Globo* também irá estampar em suas páginas, um conjunto de matérias nas quais serão realizadas fortes críticas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a alguns de seus principais representantes. O direcionamento das críticas à postura do MST, neste contexto, irá contribuir de forma significativa no processo de constituição de uma imagem pública do movimento, que o distanciará dos demais setores da sociedade, marginalizando-o em função de suas práticas e de seu posicionamento político.

A tentativa de caracterizar o MST como um movimento “político-partidário”, que responde a interesses eleitorais e de oposição ao governo federal, é uma constante nas matérias publicadas pelo *O Globo*. Nas referidas matérias serão colocados em dúvida, por exemplo, os reais objetivos do movimento, exigindo-se dele manifestações claras de boa vontade e respeito à ordem estabelecida.

Basta que o **MST** deixe claro para o país que nada tem a ocultar, e que sua causa é, de fato, aquela que desde o início lhe empresta uma capa de legitimidade (...) e não, inaceitavelmente, a **destruição** do princípio da **propriedade privada**. Na verdade, o **MST deve à sociedade** provas nítidas de que é um movimento com objetivos específicos e estratégia clara, e não uma **massa de manobra** nas mãos de **oportunistas** que usam a reforma agrária como pretexto para **desestabilizar o Governo**. Provas, enfim, de que é o que diz ser, e não o que muitas vezes aparenta. (O GLOBO, 10/04/1997, p. 06)

A proposição da associação política do Movimento Sem Terra a determinados grupos de interesses, será mais uma das estratégias discursivas apresentadas na tentativa de afastar o movimento de uma legítima demanda por reforma agrária no país.

Apesar de reconhecer que muitos avanços da reforma agrária são fruto das lutas sociais, Fernando Henrique disse: - É preciso que todos não nos esqueçamos que tudo só foi feito porque temos democracia, e que **o limite é a lei**, doa a quem doer. Se os **movimentos sociais** transformarem a reforma agrária numa **bandeira politíqueira**, para beneficiar eleitoralmente alguém, **não estarão ajudando**. Estarão **usando a pobreza** como massa de manobra **para outros interesses**. (O GLOBO, 10/04/1997, p. 11)

A poucos dias da chegada da marcha realizada pelo MST à Brasília, em entrevista concedida ao *O Globo*, o então ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann apresenta as suas considerações em relação ao Movimento Sem Terra, o seu papel junto às mobilizações da esquerda no país, bem como apresenta as suas críticas às práticas adotadas pelo movimento. Nas palavras do ministro:

Sou favorável à organização e expressão da cidadania. É fundamental a organização dos trabalhadores, sejam sem terra, operários. A marcha é um instrumento que chamou a atenção do país, mas o que a fez crescer foi o fato de o projeto da reeleição ter passado no Congresso. A **oposição de esquerda voltou aos anos 70** e

o **movimento social disponível** era o **MST**. Aí entra o **componente político**. A possibilidade de **sangrar** o **Governo Fernando Henrique** é pelo movimento dos sem terra. [...]

Só que o Governo não aceita os **métodos do MST**, de **invadir terras** e **ocupar prédios públicos**. A **invasão** pode **terminar em sangue**. A contrapartida da **invasão é a milícia armada**. (O GLOBO, 14/04/97, p. 05)

Seguindo, ainda, na entrevista do ministro Raul Jungmann, ele questiona as reais intenções do Movimento Sem Terra em relação à reforma agrária, bem como procura desqualificá-lo indicando a existência de um baixo número de militantes.

O Governo se dispõe a avançar mais. Para o MST ceder, seria preciso parar de invadir. Será que o **MST suporta desaparecer das manchetes**? O **MST invade fazendas para ocupar manchetes**? O **MST depende das invasões** para permanecer como interlocutor político importante. O **MST é a invasão e a invasão é o MST**. O MST é um **movimento numericamente pequeno**. Está trazendo 1500 pessoas para Brasília. O Rotary e o Lions têm muito mais gente. A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) tem quatro milhões de filiados. É a hora deles escolherem se privilegiam suas razões ou a reforma agrária. (O GLOBO, 14/04/97, p. 05)

O reconhecimento do MST como um movimento político de oposição ao governo será expresso, novamente, em reportagem do dia 16 de abril sob a manchete de “Oposição tentará pegar carona no sucesso da marcha.”

O **MST é a única oposição** visível ao **Governo Fernando Henrique**. É claro que se trata de um vigoroso movimento social, importante para o país, mas que **incorpora uma oposição** até **partidária** ao Governo federal. Do MST participam a CUT e o PT. É um movimento que **incorpora uma oposição política** que está **sem rumo no Brasil**. (O GLOBO, 16/04/97, p.12)

Às vésperas da chegada da marcha em Brasília, *O Globo* apresenta um artigo no qual serão realizadas duras críticas às ações promovidas pelo MST, classificadas como geradoras de violência e insegurança.

Muitos, por interesse ou ingenuidade, não acreditam que o Movimento dos Sem Terra (MST) está adquirindo contornos de mobilização partidária e sendo

coordenado por líderes nada inocentes que, ao que tudo indica, **foram treinados** e receberam ensinamentos teóricos e práticos **no exterior**, para a **ocupação** de áreas em **ações paramilitares**. (...) No entanto, o que mais incomoda, além da **subversão em marcha**, é o **uso** abusivo de imensa parcela de **brasileiros**, realmente sem terra, que **inocentemente está sendo conduzida para a morte**.

Até quando vamos continuar assistindo a **marchas metodicamente organizadas**, a **invasões de prédios públicos** e a choques violentos entre policiais, que também estão perdendo a vida, e humildes cidadãos que nada mais são do que **massa de manobra** dos **eternos descontentes com a democracia**? (O GLOBO, 16/04/1997, p.07)

Reconhecemos, desta forma que, mediante uma incapacidade de deslegitimar as demandas apresentadas como motivadoras de ambas as marchas, pelo forte apelo popular que estas possuem, o *El Universal* e *O Globo* conduzirão as suas críticas em direção dos movimentos sociais, de suas práticas e motivações. Neste momento, os jornais promoverão um descolamento entre as demandas sociais apresentadas pelas marchas e os movimentos sociais. Tal descolamento deve-se, segundo apresentado pelos órgãos de imprensa, ao caráter ideológico assumido pelos movimentos. Dentro da perspectiva defendida pelo *El Universal* e pelo *O Globo*, a ordem social, bem como a sua manutenção, será concebida (ainda que de forma implícita) como resultado de um projeto que se pretende imparcial, motivado unicamente pelo bem comum, assim como imparcial e neutro se apresentam os próprios jornais. Aos movimentos, contudo, será atribuída a característica de defesa de posições políticas, de pequenos grupos, que não atendem as demandas de toda a sociedade.

CAPÍTULO II

2 As disputas políticas para além das urnas: o discurso jornalístico acerca da participação do EZLN e do MST durante os pleitos eleitorais.

As duas últimas décadas do século XX, como já destacamos no primeiro capítulo desta tese, podem ser compreendidas como um momento de intensas transformações. Tais transformações puderam ser percebidas nos mais diferentes setores, promovendo alterações tanto nas relações de poder político e econômico, como nos marcos conceituais das ciências sociais. A crise das ditaduras militares, os processos de abertura política, a implementação de práticas neoliberais, a emergência e a busca pela compreensão dos chamados Novos Movimentos Sociais, a ressignificação das práticas políticas, contribuíram de forma significativa para a alteração do contexto latino-americano.

Inserido naquele contexto de intensos debates teóricos e de profundas transformações políticas, certamente, um dos elementos mais presentes, correspondeu ao conceito de democracia. O referido conceito, sem dúvida, não correspondia a uma novidade nos discursos políticos proferidos pelo continente mas, como até hoje ocorre, fora questionado, analisado, ressignificado, tanto nos meios acadêmicos como pelos próprios ‘agentes políticos’. Já coube, no transcurso da história recente do contexto latino-americano, às duas primeiras gerações da esquerda enunciarem o tema, o que, todavia, ocorrera de forma bastante dispersa e fragmentada.

Os partidos comunistas, até meados dos anos sessenta, por exemplo, relegaram as questões relativas à democracia a uma posição secundária em seus programas políticos. Para tais grupos a centralidade de suas propostas estava voltada para as campanhas nacionalistas, para a defesa do desenvolvimento econômico e para as reformas sociais. A democracia, dependente e subordinada, não passaria de uma “formalidade” ou uma “abstração” para os trabalhadores, caso as suas reivindicações básicas não tivessem sido atendidas.

Ao final dos anos sessenta e início dos anos setenta, quando a América Latina encontrava-se sob o jugo de governos autoritários e das ditaduras militares e o descontentamento com a via político-partidária fez caírem em descrédito as ações promovidas pelos PC’s, os movimentos de esquerda armados (definidos como a segunda geração da esquerda latino-americana) passaram a ser, dentro do referido contexto, as expressões

políticas mais contundentes contra o sistema. Sem elaborar uma análise mais aprofundada acerca do conceito de democracia, esta, mais uma vez, era tratada simplesmente como um meio para se atingir o socialismo. Podemos identificar, por intermédio das raras referências feitas às noções de democracia, que esta, apresentada nos discursos da vanguarda revolucionária, limitava-se ao campo político onde recebia, prioritariamente, uma conotação político-eleitoral. A tomada do poder através das armas era o elemento central desses documentos, permanecendo outras discussões subsumidas.

No transcurso das décadas de oitenta e noventa, quando a maioria dos países latino-americanos dava seguimento aos chamados processos de “redemocratização”, as discussões e proposições acerca dos mecanismos de participação política e de legitimação destes novos Estados voltaram revigoradas. Nesse momento, observa-se um forte embate entre duas correntes antagônicas: uma representada pelo poder político institucional na figura de governos neoliberais que ascendiam e buscavam consolidar-se no poder, e a outra representada pela emergência das propostas apresentadas pelos Novos Movimentos Sociais que, de forma cada vez mais expressiva, começavam a surgir.

Mesmo reconhecendo o forte debate existente entre os discursos proferidos pelos movimentos sociais e aqueles produzidos pelos partidos políticos, nos é permitido afirmar que foram os últimos que, de uma forma ou outra, apropriaram-se e conduziram as discussões acerca da reconstrução, tanto da democracia, como da participação política no continente. Mesmo que inseridos em um contexto que se anunciava “modernizador”, os referidos partidos promovem a manutenção de estruturas e concepções políticas arcaicas. Com relação ao caráter das “novas” democracias surgidas no continente, após a superação dos governos autoritários, Alain Rouquié (2011, p.15) afirma:

Sin embargo, el movimiento pendular de retorno a la normalidad constitucional nunca fue completo. No significa la victoria absoluta de la democracia: las ‘democracias restauradas’ no son regímenes totalmente representativos como los otros. Son las herederas de las dictaduras, cuando no sus prisioneras. Y los juegos de coerciones que los autoritarismos imprimen a la cultura política no las afectan menos que los arreglos institucionales que han instalado.

Rouquié destaca ainda que, no transcurso do processo de redemocratização latino-americano, foram representantes de setores conservadores da sociedade, vinculados às antigas

estruturas de poder, os responsáveis por promoverem, neste momento, a “modernização das instituições”, a promulgação de novas leis, a outorga de direitos civis e liberdades econômicas, o respeito à propriedade sem, contudo, “*poner el poder al alcance de la mayoría*”. (Rouquié, 2011, p. 93). Configuraram-se, desta forma, modelos de “transição pelo alto”³⁴ os quais, respondendo aos anseios das elites político-econômicas, mantiveram as bases sociais de exploração no continente. Dentro desta perspectiva, propõe o referido autor que, no contexto latino-americano, é mais valorizado o “legalismo das formas” do que a “realidade das práticas”.

Será, pois, submetidas à referida lógica, que as campanhas e pleitos eleitorais tornar-se-ão o *locus*, por excelência, da atuação política. A realização de tais processos eleitorais irá se configurar como o momento de institucionalização das “formas legais” do jogo político, respondendo, dessa forma, aos anseios e às propostas elaboradas por aqueles setores mais conservadores. Assim sendo, tomaremos as campanhas e os pleitos eleitorais não como um mero formalismo burocrático a serviço dos processos de sucessão presidencial; antes sim como um momento privilegiado no qual nos será permitido analisar o amplo espectro de forças políticas em disputa. Como afirma Irllys Barreira (1998, p. 31), acerca das campanhas eleitorais:

As campanhas políticas não se resumem a uma disputa de cargos eletivos. Possuem, ao contrário, significados que lhes antecedem e transcendem os resultados eleitorais. Além da definição de jogos de interesses, alianças e conflitos que se apresentam nesse momento, as campanhas podem ser percebidas através de um dos sentidos dos rituais políticos, que é a expressão de crenças e princípios que justificam e alimentam a própria existência da representação no Estado moderno.

Ainda segundo Barreira (1998), as campanhas podem ser percebidas como “uma espécie de tempo inaugural”³⁵, um discurso fundante, que irá definir quem são os atores

³⁴ Ainda que a definição de “transição pelo alto” tenha sido utilizada por Eli Diniz em seu estudo acerca da transição política brasileira, tal conceito, acreditamos, pode ser extrapolado para a compreensão de vários outros processos de redemocratização, em diferentes países do continente. Segundo a autora: “Trata-se de um modelo caracterizado pelo lento ritmo de reformas desencadeadas, pelo papel decisivo desempenhado pelas elites do regime autoritário e pelo caráter moderado da mudança (Mainwaring e Share, 1984). Contrapondo-se às duas outras modalidades – “transição por colapso” e “transição por retirada” – a via da transição controlada não implica a ruptura da ordem política, nem o desmantelamento do antigo regime. (DINIZ, 1986, p. 65)

³⁵ No âmbito das campanhas políticas, a representação aparece como um dos elementos mais significativos, dotando os eventos de campanha de oportunidade por excelência de transferir direitos e ordenar legitimidades. As campanhas aparecem como uma espécie de tempo inaugural, que define quem irá falar em nome de quem e em nome de que conjunto de valores. Instalam, portanto, um espaço de discussão e construção de atores,

sociais que irão falar, em nome de quais grupos e de quais valores. Busca-se constituir, desta forma, além de um sentimento de identidade dentro do grupo político - e do grupo político com os diferentes segmentos da sociedade - uma postura refratária e de negação ao grupo (ou grupos) de oposição. Assim, com base no processo inaugurado pelas campanhas eleitorais, percebemos a formalização de um espaço de disputas políticas no qual tomarão forma os discursos dos diferentes atores envolvidos. Durante essas campanhas, soma-se às disputas político-partidárias toda uma complexa rede de relações e vínculos políticos, econômicos e sociais que, de forma direta ou indireta, inserem, nesse que é transformado em um espaço privilegiado de ação política, diferentes grupos e segmentos da sociedade.

Percebendo, portanto, a relevância dos processos eleitorais para o estudo das dinâmicas das forças políticas nacionais, propomos, neste capítulo, a análise dos três últimos pleitos realizados tanto no México como no Brasil, no período compreendido entre 1994 e 2006. Neste momento buscaremos analisar, à luz das campanhas eleitorais (e do conjunto de relações que essas mantêm com o conjunto da sociedade) a participação e a representação do EZLN e do MST, por meio das reportagens apresentadas, respectivamente, pelo *El Universal* e pelo *O Globo*. Foi considerado, para a análise realizada neste capítulo, um conjunto de reportagens e editoriais que tiveram as suas publicações realizadas em um período correspondente aos quinze dias que antecederam às eleições e aos quinze dias que se seguiram aos pleitos.

Cabe reiterarmos que os discursos e as imagens apresentadas pela imprensa acerca do EZLN e do MST não podem ser considerados, simplesmente, como despreziosos relatos ou descrições fugazes de fatos nos quais se encontravam envolvidos os movimentos. Conforme afirmam SANTANDER e PENTEADO (2008), quando tratam do papel desempenhado pela mídia durante os processos eleitorais, essa deve ser compreendida como responsável por uma atividade que irá muito além da simples informação do fato. A imprensa, durante a realização das campanhas, acaba assumindo posições parciais em relação ao processo eleitoral, em relação a grupos políticos, bem como em relação a determinadas candidaturas, contribuindo de forma direta nas disputas políticas.

Se por um lado é certo que a mídia tem se tornado um ator importante nestes processos de mudança de governo, por outro ela tem desempenhado um papel

discursos e imagens. Essa construção passa longe da espontaneidade, supondo-se nesse processo conformam-se estratégias e modos variados de se fazer apresentar. (BARREIRA, 1998, p. 35-36)

preponderante e parcial nos processos eleitorais, defendendo abertamente suas preferências políticas, provocando muitas vezes um cenário polarizado, que tem contribuído para o desgaste das instituições políticas democráticas. (SANTANDER e PENTEADO, 2008, p. 19)

Dessa forma, os discursos apresentados em relação a ambos os movimentos, encontram-se diretamente influenciados pelos interesses políticos e econômicos que caracterizam os atores envolvidos na campanha eleitoral. Tais textos jornalísticos deverão ser considerados, então, como parte integrante das estratégias políticas articuladas durante os respectivos processos eleitorais.

2.1. As últimas eleições presidenciais da década de noventa: o ocaso de uma tradição.

Caso consideremos, por um lado, a década de oitenta como sendo um referencial para a crise dos governos autoritários e ditatoriais no continente, a década de noventa poderá ser compreendida como o período de apogeu (e crise) dos governos neoliberais. Dentro de um prazo curto de tempo, podemos perceber a ascensão e queda de governos que pautaram as suas campanhas e projetos políticos por meio de diretrizes neoliberais. No caso mexicano, a implementação do projeto neoliberal pode ser representada, basicamente, pelos governos de Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo Ponce de León,³⁶ ambos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), enquanto que no caso brasileiro atribuímos aos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso,³⁷ o desenvolvimento das referidas práticas econômicas.

³⁶ Os governos de Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo Ponce de León, ambos pertencentes ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), ocuparam a presidência da república mexicana, respectivamente, entre os anos de 1988-1994, e entre 1994-2000. O governo de Carlos Salinas de Gortari irá se caracterizar, fundamentalmente, no plano econômico, pela política de valorização do peso mexicano (medida que contribuiu, inicialmente, para a contenção da inflação e o aumento das importações), uma agressiva política de privatizações e a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Dando prosseguimento ao projeto de Salinas, o governo de Ernesto Zedillo será responsável por evitar a falência de instituições privadas, em função da grave crise econômica que se abateu sobre o México entre 1998 e 1999, por meio de um investimento público na ordem de 420 milhões de pesos, quantia esta equivalente a 11% do Produto Interno Bruto. (ANTONI, 2002)

³⁷ A implementação do neoliberalismo no contexto brasileiro, conforme afirmamos, perpassa a atuação de diferentes governos que foram responsáveis por sete planos econômicos distintos. Dentre esses planos econômicos destacam-se os chamados Plano Collor e Plano Real. O primeiro, lançado logo no início do governo Fernando Collor de Mello, foi responsável, entre outras, pelo tabelamento dos preços, a pré-fixação no reajuste dos salários e o bloqueio dos depósitos bancários. Este governo promoveu ainda uma profunda reforma administrativa, responsável pela demissão em massa de inúmeros funcionários públicos. Com relação à política

Diferenciando-se de boa parte dos países no continente, o México não conheceu, entre as décadas de sessenta e setenta, o jugo de governos militares, ditatoriais. Todavia, sob a epígrafe de viver em uma “ditadura perfeita” o México estava submetido aos sucessivos governos do PRI. O referido partido permaneceu no poder do país por mais de 70 anos reelegendo, sucessivamente, os seus candidatos à presidência. Conforme destaca Silvia Gómez Tagle (2007, p. 152-153):

La presidencia de la Republica y el PRI fueron los ejes de un poder político autoritario que se consolidó en México en la segunda mitad del siglo pasado. La fuerza del presidente provenía principalmente del control sobre el partido oficial (PRI) y de los poderes Legislativo y Judicial. El partido, por su parte, recibía el impulso para ganar elecciones, tanto locales como federales, desde la presidencia y contaba con acceso privilegiado a todos los niveles de la administración pública. El presidente era capaz de articular exitosamente a los tres poderes federales: Ejecutivo, Legislativo y Judicial. En estos consistían los poderes ‘metaconstitucionales’ del presidente, que le permitían tener una gran influencia en la designación de funcionarios locales, desde los presidentes municipales hasta los gobernadores.

A hegemonia exercida pelo PRI perdurou de forma quase que absoluta até 1977, quando um conjunto de pequenas reformas eleitorais³⁸, que se desenvolveram no transcurso de, aproximadamente, duas décadas, começaram a ser postas em prática. Tais ajustes nos

adotada por Fernando Henrique Cardoso, antigo Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, José Paulo Netto afirma: “...ele fez do ‘Plano Real’, como instrumento de estabilização monetária, o primeiro passo para uma inteira abertura do mercado brasileiro (de bens de serviço) ao capital internacional. Essa desregulamentação implicava um outro movimento, diretamente referido ao Estado e com dupla face: de uma parte, uma forte redução do papel empresarial estatal (...); de outra, a pretexto da redução do déficit público e em nome do ‘ajuste estrutural’, a redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais voltadas para a massa dos trabalhadores.” (NETTO, 1999, p. 80)

³⁸ Com relação às reformas políticas ocorridas no México, Silvia Gómez Tagle destaca: “En la reforma política de 1977, que llevaba el nombre del secretario de gobernación que la impulsó, don Jesús Reyes Heróles, se modificaron algunos elementos del régimen político que introdujeron una nueva dinámica electoral, a pesar de que la alternancia en la presidencia se alcanzó veintiún años después. Los tres aspectos más destacados de esa reforma política fueron: a) la apertura del sistema electoral a nuevos partidos políticos, tanto de derecha como de izquierda. Esto permitió que partidos como el Comunista Mexicano y el Demócrata Mexicano, que fueron declarados “ilegales” en los años cuarenta, pudieran ingresar a la arena electoral; b) la instauración de un sistema electoral mixto con diputados, elegidos en 300 distritos electorales federales de mayoría relativa, y un número variable de diputados de representación proporcional, que abrieron la posibilidad de participación a los partidos minoritarios (empezó siendo 100 y llegó a en 1987); c) una ley de amnistía que, sin ser estrictamente de carácter electoral, benefició a muchos militantes de grupos políticos clandestinos que desarrollaban acciones anti sistémicas (algunos guerrilleros), ofreciendo la oportunidad de que participaran en la política dentro de las instituciones, se manifestaran públicamente en los medios y en las calles. (...)

Entre 1997, primera elección intermedia después de la reforma política, y 1988 hubo varias reformas electorales con diferente impacto en los procesos de cambio político, en tanto aumentaba la competencia en el campo electoral, sobre todo en los espacios locales; sin embargo, los grandes cambios en el sistema de partidos se expresaron hasta 1988.” (TAGLE, 2007, p. 153-154)

processos político-eleitorais, promoveram alterações importantes do contexto político mexicano:

Neste país, se chegou a uma democratização depois de muitos anos de reformas eleitorais menores, que expressaram exatamente isso: um equilíbrio precário entre as forças políticas que tiveram o poder e aquelas que lutaram para ascender ao poder pela via eleitoral. (...)

No México, as transformações do sistema político foram graduais, tendo em vista que o processo de democratização pode ser localizado de 1977 em diante, e não se trata de uma transição resultante da crise de um regime autoritário que obriga todas as forças políticas a aceitar um pacto fundacional (Merino, 2003:17-18). Por essa razão não houve nenhuma ruptura evidente entre o velho e o novo regime. (TAGLE, 2008, p. 208)

A eleição presidencial no México em 1994, mesmo apresentando a vitória de Ernesto Zedillo Ponce de León, pode ser compreendida como um marco, como um momento limite do modelo político proposto pelo PRI. Buscando potencializar o discurso acerca da entrada do México no NAFTA, em janeiro daquele ano, mas necessitando contabilizar também o surgimento do EZLN e o crescimento político de uma oposição partidária, o PRI conquistaria a sua última vitória à presidência:

En las elecciones presidenciales de 1994 ganó el candidato del PRI – a pesar de la crisis política (que se menciona antes) – con el apoyo de apenas la mitad del electorado. Los tiempos del partido hegemónico o del partido ‘predominante’ quedaron atrás para siempre, los triunfos en las elecciones federales tanto en la Cámara de Diputados como en la presidencia se han dado por ‘mayorías relativas’, donde existen tres fuerzas políticas importantes y varios partidos menores. En 1994 el PRI obtuvo un triunfo muy claro gracias a que la oposición (PAN-PRD) estuvo más dividida que en 1988. (TAGLE, 2007, p. 158)

Um processo, de alguma forma semelhante ao transcorrido no México - no qual o partido que, de alguma forma, representava a continuidade do projeto político-econômico neoliberal, conhecerá a sua última vitória eleitoral, encerrando um ciclo que tem sua origem na segunda metade da década de oitenta - se fará presente no Brasil ao final da década de noventa. O então presidente da república, eleito pela primeira vez em 1994, Fernando Henrique Cardoso, contando com um grande apoio no Congresso e respaldado pelo propalado sucesso do Plano Real, obteve a aprovação de uma emenda constitucional que permitiria a

possibilidade de reeleição aos ocupantes de cargos no Poder Executivo. Sendo sustentado por uma base aliada que reunia os três maiores partidos político do Brasil naquele momento – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – o candidato-presidente irá conquistar a vitória eleitoral em primeiro turno, obtendo cerca de 53% dos votos válidos.

Joachim Knoop (2003, p. 47-48), destaca a retórica de campanha apresentada por Fernando Henrique Cardoso da seguinte forma:

Recuérdese que las promesas electorales de Cardoso no se referían de ninguna manera a privatizar las empresas estatales, devaluar la moneda y pagar la deuda, pero si eran quebrar el círculo vicioso aparentemente intrínseco de la economía (y de la política) brasileña con escaladas inflacionarias derivadas de un inmanejable endeudamiento, producto de un crecimiento artificial, y a su vez consecuencia de su financiamiento con recursos externos – todo ello con efectos redistributivos hacia arriba – que hacen del Brasil el país con la más injusta distribución de la riqueza en el mundo. Las promesas explícitas de Cardoso eran crear las bases para que la economía pudiera crecer de manera sustentable y aumentar el poder adquisitivo de la población, generando los recursos necesarios para financiar los programas sociales más urgentes, principalmente de salud y educación. Al mismo tiempo, Cardoso había prometido reformar – modernizar – las instituciones estatales para que respondieran a las necesidades de la gente eficaz y eficientemente, términos no muy queridos ni en la derecha ni en la izquierda recalcitrantes. En una palabra, la propuesta de Cardoso había sido implementar políticas de *good governance* que eran y que son, aun amenazadas y sin usar los mismos términos, pilares de los Estados de Bienestar social centroeuropeos.

Beneficiado pelas condições oferecidas pelo sistema financeiro internacional, no início dos anos noventa, Fernando Henrique Cardoso promoverá uma política que, se de um lado irá conter a inflação, de outro, irá garantir, juntamente com o incremento na oferta de produtos importados, o atendimento dos anseios consumistas da classe média, cansada da carestia e dos índices de hiperinflação de períodos anteriores.

Contudo, a nova inserção da economia brasileira na dinâmica internacional de forma tão abrupta, sem uma política cautelar de preservação da indústria nacional, lançou a mesma em um impiedoso processo de desestruturação. A crise da indústria brasileira conheceu diferentes níveis que levaram desde a redução de mão-de-obra, a queda na produção, a perda de mercados nacionais e internacionais, até a estagnação tecnológica pela falta de novos investimentos (BENJAMIN, 1998; LESBAUPIN, 1999; MONETA; QUENAN, 1994).

Submetidas a este contexto político-econômico latino-americano, e à luz dos respectivos processos eleitorais de 1994 e 1998, as representações acerca do EZLN e do MST, realizadas pela imprensa, assumirão um papel bastante significativo. Mesmo que, nesse momento, a atuação de ambos os movimentos tenha assumido características singulares, decorrentes do estágio de desenvolvimento no qual se encontravam,³⁹ bem como em função dos diferentes momentos políticos vivenciados pelos dois países, podemos perceber alguns elementos que irão aproximar as representações acerca dos movimentos.

Seja influenciado pelo impacto da emergência de um movimento social com pouco mais de seis meses (no caso mexicano), ou pelo silêncio estratégico estabelecido acerca de um movimento com aproximadamente dez anos de atuação (no caso brasileiro), o EZLN e o MST mobilizaram e fizeram-se presentes, de alguma forma, no discurso jornalístico.

Em ambos os casos, podemos identificar, como uma primeira característica a ser destacada nas relações estabelecidas pelas reportagens, o fato destas não sugerirem ainda, de forma preponderante, uma vinculação entre os movimentos sociais e algum partido político específico.

No caso mexicano, podemos considerar que, motivados pelas incertezas que envolviam as percepções acerca dos rumos traçados pelo movimento zapatista, pelas dúvidas suscitadas em relação às suas origens e propostas, nenhuma das forças político-partidárias irá assumir uma postura de aliança com os guerrilheiros. Nesse momento, comungando de um sentimento de surpresa e apreensão, a exemplo da sociedade mexicana, nem mesmo o *El Universal* conseguirá definir de forma clara e objetiva a participação do movimento dentro do contexto eleitoral. Nas páginas do jornal não serão sugeridas quaisquer tipos de relação ou aliança entre o EZLN e os partidos políticos. Antes sim, o jornal irá apresentar os partidos como aqueles considerados representantes legítimos do campo de disputas políticas, enquanto que, aos zapatistas, será atribuída uma condição periférica, marginal.

Além da defesa da via político-partidária como sendo o único caminho legítimo de participação política, podemos perceber, a partir de publicações como as apresentadas em 10 de junho de 1994, o alinhamento político-ideológico do *El Universal*. Tendo como base textos

³⁹ Consideramos a existência de uma diferença entre os estágios de desenvolvimento dos movimentos, uma vez que a origem do MST remonta ao ano de 1984, com a realização do I Encontro Nacional MST, enquanto que a aparição pública do EZLN dar-se-á somente dez anos mais tarde, em 1994. As diferenças nas estratégias de atuação de cada um dos movimentos, na arregimentação de seus integrantes, no estabelecimento dos vínculos com a sociedade civil, colocam os movimentos em diferentes momentos de maturidade política.

sob os títulos de “*Campaña de violencia cardenista*” e “*Zedillo, propositivo*”, o jornal deixa transparecer, além das suas impressões acerca dos dois candidatos presidências, o seu próprio alinhamento político.

No texto que trata de Cuauhtémoc Cárdenas (candidato pelo Partido da Revolução Democrática - PRD), é realizada a seguinte análise:

Desde ahora, el ingeniero **Cárdenas está amenazando a la nación; está chantajeando** a las autoridades electorales con **incendiar al país y teñirlo de sangre** si no se accede a **sus pretensiones perversas**. Esto no es democrático, sino que oculta un **grotesco autoritarismo**, un cesarismo a ultranza que proyecta para México, una dictadura ‘pinochetista’. Cuauhtémoc no habla de derecho, no le interesa fortalecer un Estado de derecho ni una paz social ni una estabilidad política. A los mexicanos, en cambio, nos preocupa la posibilidad de **volver al pasado, de regresar a prácticas políticas que considerábamos superadas**. Cuauhtémoc nos anuncia un revanchismo político que **generaría anarquía e inestabilidad política y económica**; esta es una perspectiva que rompería el orden legal y social del país. (EL UNIVERSAL, 10/06/1994, p. 07)

Enquanto que o candidato do PRD será caracterizado claramente como uma ameaça à ordem social e ao desenvolvimento do Estado mexicano, na mesma seção de editorial do jornal, ao candidato Ernesto Zedillo Ponce de León (do PRI) é dedicado o seguinte texto:

Tal como lo dijo el candidato, esta propuesta de diez puntos no proviene de un estudio frio e insensible de gabinete, sino que es **producto de las demandas planteadas directamente a Ernesto Zedillo**, por obreros, campesinos, amas de casa, jóvenes, profesionales, estudiantes, empresarios, investigadores y líderes sociales de todo el país. Es una estrategia elaborada tras **una consulta intensa**, realizada en la fábrica y el taller, en la empresa y en el ejido, en la aula y en el comercio, en los hogares y en los puestos de trabajo. Es, en suma, **una estrategia que busca atender las demandas más sentidas de la sociedad**, de ahí su importancia como propuesta para enfrentar los grandes retos de desarrollo nacional.” (EL UNIVERSAL, 10/06/1994, p. 07)

Buscando legitimar e consolidar a candidatura do representante do PRI, definindo desta forma o seu próprio alinhamento político, o jornal, em suas análises, buscará, de alguma forma, fragilizar eventuais grupos de oposição. Além de apresentar uma dura crítica ao candidato do PRD, o jornal utilizará, como uma estratégia de campanha peerrista, uma dissociação do emergente movimento zapatista em relação ao espectro político mexicano. Nesse momento, as principais representações acerca do EZLN colocam-no como um grupo

passível de ser utilizado, de ser facilmente manipulado, por forças políticas mais capacitadas. Em 11 de junho o jornal publica, em sua capa, a impressão de Luis Germán Cárcoba García (presidente do *Consejo Coordinador Empresarial*):

Luis Germán Cárcoba García, presidente del Consejo Coordinador Empresarial, dijo a EL UNIVERSAL que es evidente que el Ejército Zapatista de Liberación Nacional **‘tiene un corte político** que puede ser aprovechado en un momento determinado por **grupos interesados en desestabilizar a la nación** y que los hombres de negocios hemos venido denunciado. (EL UNIVERSAL, 11/06/1994, p. 01)

Em outro trecho da mesma reportagem, será reforçada uma representação de instabilidade e fragilidade do movimento. A sugestão da imagem do movimento como uma *“bomba de tiempo”* garante um duplo carácter interpretativo. Representado como uma bomba, ou seja, como artefato bélico, o movimento seria capaz de promover grandes prejuízos mas, assim como a bomba, deve ser deflagrado por alguém, não possuindo, dessa forma, o controle sobre a sua própria ação.

“Todavía es una **‘bomba de tiempo’** el EZLN: IP

El sector empresarial afirmo que el Ejército Zapatista de Liberación Nacional sigue siendo **una bomba de tiempo** que puede ser **peligrosa si es usada** por quienes pretenden **desestabilizar al país**, por lo que las negociaciones deben continuar hasta lograrse la paz. (EL UNIVERSAL, 11/06/1994, p. 01)

Desta forma, a imagem que será sugerida e reforçada pelo jornal acerca do EZLN, correspondendo a um grupo de pessoas com pouco esclarecimento e de fácil manipulação, encontra-se repetida em uma reportagem de 13 de junho, na qual a candidata Marcela Lombardo (do Partido Popular Socialista - PPS), referindo-se ao movimento zapatista, afirma:

En relación con la declaración del EZLN, de que buscará dialogar con fuerzas progresistas – partidos políticos y grupos -, la aspirante pepesista aseguró tajante que su instituto político no aceptará ninguna reunión con el grupo armado, toda vez que **‘nosotros no podemos dialogar con quienes se encuentran en contra de los intereses de la nación.**

‘Y ellos, **los encapuchados, sirven a los intereses más negros, más negativos de dentro y de fuera del país**’, afirmo. (EL UNIVERSAL, 13/06/1994, p. 04)

Nesse momento, ainda sem saber como avaliar de forma mais consistente o surgimento do EZLN dentro do contexto político mexicano, a postura adotada pelo jornal foi a de minimizar a sua atuação. Buscou-se desqualificá-lo enquanto um agente político legítimo, colocando-o como um mero instrumento de promoção de instabilidade e agitação social, representante de grupos contrários ao próprio desenvolvimento do Estado Nacional Mexicano. *O Universal* destaca, em entrevista com os candidatos Marcela Lombardo e o candidato Pérez Treviño (pelo *Partido Auténtico de la Revolución Mexicana* - PARM) o papel de agitadores sociais atribuído aos membros do EZLN. No dia 13 de junho, a reportagem vinculada à candidata Marcela Lombardo destaca:

Firmeza frente al EZLN, pide Marcela Lombardo al gobierno

Acusa a los ‘zapatistas’ de **pretender intranquilizar a la población** durante el período electoral. Rechaza cualquier intento de diálogo con los alzados chiapanecos. [...]

La negativa del Ejército Zapatista de Liberación Nacional de firmar cualquier acuerdo de paz era de esperarse, señaló Marcela Lombardo, quien también aseveró que el **objetivo de ese grupo armado ‘es mantener la intranquilidad entre la población durante el proceso electoral’**.

Al respecto, demando del gobierno federal y del estado de Chiapas mantener una **actitud ‘firme, de defensa de la ciudadanía**, sobre todo de la que vive en esa entidad’.

Entrevistada luego de un encuentro con militantes y simpatizantes de su partido, la candidata del PPS a la Presidencia de la República insistió en que es obligación de las autoridades prevenir que ‘quienes han impulsado este **movimiento político armado vuelvan a crear mayores conflictos**, y no solo eso, sino que **lleven a la muerte a mexicanos inocentes**. (EL UNIVERSAL, 13/06/1994, p. 04)

O pronunciamento de Pérez Treviño, também em tom acusatório, é apresentado pelo *El Universal* da seguinte forma:

Al concluir su gira de trabajo por Zacatecas, en tono enfático y sin meditar demasiado su respuesta, Pérez Treviño aseguró que muchas de las peticiones señaladas por el Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN) **son exageradas, salen de toda vida institucional y democrática, perturban la unidad social y de entrada atentan contra la vida democrática de la nación’**. (EL UNIVERSAL, 15/06/1994, p. 04)

Assim sendo, podemos perceber o estabelecimento, por parte do discurso jornalístico, de uma clara dicotomia, que coloca em pontos opostos as forças políticas que representam o Estado Democrático de Direito e as forças representadas pelo EZLN. Estabelece-se uma oposição entre o Estado Democrático e o EZLN, entre a ordem e o distúrbio, entre a lei e a contravenção. Em reportagem do dia 14 junho, podemos perceber a referida contraposição.

Critica AN al EZLN por señalarse como **garantes de la democracia**.

El único que puede asumirse como tal es el **estado de derecho**, señalan asambleístas del blanquiazul.

La fracción del PAN ante la Asamblea de Representantes afirmó ayer que **el estado de derecho es el único garante de la democracia** en México y **rechazó** que como tal se convierta el **Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)**. Aseguró que no se han roto las negociaciones y tan solo puede haber ajustes en las propuestas.

Consideró inadmisibile que a este grupo ‘guerrillero’ se le dé **reconocimiento como ejército beligerante** porque iría en menoscabo de la soberanía y la seguridad del país y se molestó porque ‘**gente muy irresponsable**’ pretende llevar este conflicto chiapaneco al ámbito nacional para ‘abanderar y apoyarse en una serie de amenazas a la autoridad para **chantajear** y conseguir **prebendas ilegal e irresponsablemente**.[...]

Descartó que la **actual posición del EZLN** vaya a cambiar el panorama político en México. ‘Espero que haya un análisis sereno, patriótico, objetivo en el marco del estado de derecho para que prevalezca la paz entre los mexicanos y que tengan elecciones de manera pacífica.

Al ser cuestionado en el sentido de que el EZLN se pretende convertir en el garante de la democracia mexicana, puntualizó que como tal solo debe ser el estado de derecho. (EL UNIVERSAL, 14/06/1994, p. 20)

Ainda que venham transparecer, em um primeiro momento, as diferenças nas trajetórias do EZLN e do MST, as representações elaboradas acerca de ambos, como já afirmamos, destacam-se devido a algumas semelhanças existentes. Mesmo já possuindo uma trajetória de lutas consolidada no momento da realização das eleições presidenciais de 1998, a abordagem realizada pelo *O Globo* com relação ao MST caracteriza-se, prioritariamente, pela desqualificação do Movimento Sem Terra (ênfatizando a sua postura belicosa), em contraponto a legitimidade atribuída às estruturas que representam o Estado Democrático de Direito.

À exemplo do caso mexicano, no Brasil a imagem do MST ainda não será vinculada, de forma ostensiva, à figura do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (pelo

Partido dos Trabalhadores - PT) ou às estruturas do próprio partido. As possíveis vinculações do MST ao PT ainda serão secundarizadas nas reportagens que abordam um ou outro grupo.

Exemplificando tal situação, podemos indicar a reportagem que caracteriza como moderno o modelo político-econômico defendido por Fernando Henrique Cardoso e seus aliados, e como “atrasado” e “radical” aquele defendido pelo PT. Nesta reportagem, como já indicamos, o MST é apresentado como um grupo que poderia exercer, de alguma forma, influência sobre segmentos do Partido dos Trabalhadores. A relação estabelecida entre o partido e o movimento ainda é frágil, aparecendo tão somente como uma possibilidade de influência em determinado segmento mais radical.

A disputa no Rio Grande do Sul representa o confronto ideológico de dois modelos: o **atrasado, defendido pela ala mais radical do PT**, e o moderno, conduzido pelas lideranças do governador Antônio Britto e do presidente Fernando Henrique – disse. [...]

Fernando Henrique não esconde sua admiração por esses governadores e, também, por Tarso. Mas insiste com interlocutores que a relação com essas lideranças do PT ficaria prejudicada pela vitória de Olívio, ligado também aos setores considerados mais **radicais no MST**. (O GLOBO, 09/10/1998, p. 09)

Nesse momento, acompanhando o período do pleito eleitoral, o caráter predominante das reportagens acerca do MST assume uma postura de enfrentamento mais direto ao movimento, destacando o seu teor belicoso, classificando-o como criminoso e violento. Entre os dias 23 de setembro e 15 de outubro de 1998, serão realizadas pelo menos sete reportagens que propõem uma vinculação do MST a uma postura delituosa. A sequência de reportagens inicia com a apresentação dos comentários realizados pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, com relação à possível postura que será adotada pelo governo nas relações com o movimento:

O ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, informou ontem que o Governo se prepara para enfrentar de forma mais direta o Movimento dos Sem Terra (MST) após as eleições. Jungmann disse que, de início, o **Ministério da Justiça tentará fazer o MST mudar seus métodos** na base da persuasão. Mas **não descarta a hipótese de reprimir as ações** do movimento, se não obtiver êxito.

Não podemos deixar de cogitar a hipótese de repressão diante do que o **MST está fazendo**, como **invasão de prédios públicos e uso de armas** contra pequenos proprietários – disse Jungmann. (O GLOBO, 23/09/1998, p.15)

No dia 24 de setembro, *O Globo* irá reforçar a imagem marginal atribuída ao movimento publicando nova reportagem com a fala do ministro, na qual aprofunda as suas críticas ao Movimento Sem Terra classificando-o diretamente de criminoso.⁴⁰

O Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pediu ontem que os governadores coíbam os saques e as invasões promovidas pelo MST. Ele alegou que a **segurança pública é obrigação dos governos estaduais**. O ministro se queixou de uma certa omissão dos governadores na **repressão aos crimes cometidos pelo MST**, e disse que esse problema se agravou dramaticamente depois da chacina de Eldorado do Carajás, no Pará, cometida por policiais militares enviados à cidade pelo governador Almir Gabriel para desimpedir uma estrada ocupada por sem terra. (O GLOBO, 24/09/1998, p. 12)

Nesse caso é interessante ainda perceber que, pelo texto apresentado, o “problema que se agravou” foi relacionado à omissão dos governadores estaduais em atuar na repressão ao movimento, acudados pelas repercussões do episódio ocorrido em 1996 em Eldorado do Carajás.⁴¹ O pedido apresentado pelo Ministro reforça a perspectiva de que a resolução dos problemas referentes à questão agrária passa pela maior repressão às ações do Movimento Sem Terra.

No dia seguinte, 25 de setembro, o jornal publica mais uma reportagem relacionada ao movimento. Enunciando, desde a sua manchete, o caráter violento atribuído à ação do movimento (“**Violência rural** chega perto da fazenda de FH”), dessa vez, a matéria dará voz às suas lideranças. Contudo, a descontextualização das falas destas lideranças, com uma reprodução muito breve de seus pronunciamentos, ou mesmo, sendo submetidas a um comentário elaborado pelo jornal, só vem a reforçar uma ideia de conduta, assumida pelo movimento, considerada inaceitável.

A morte do assentado pode representar apenas um capítulo no aumento da violência no campo. Um dos coordenadores nacionais do MST, o economista João Pedro Stédile **espera que o número de saques e invasões cresça no país** nos próximos anos caso seja mantida a atual política econômica. Para ele o MST poderá perder o controle de suas bases.

⁴⁰ O processo de criminalização dos movimentos sociais será apresentado no terceiro capítulo desta tese o que justifica, neste momento, a simples referência ao tema sem uma análise teórica mais aprofundada.

⁴¹ O episódio ocorrido no dia 17 de abril de 1996, na localidade de Eldorado do Carajás, no estado do Pará, corresponde ao massacre de dezenove trabalhadores rurais promovido pela Polícia Militar. O referido acontecimento será analisado, de forma mais aprofundada, no terceiro capítulo desta tese.

Se não nenhuma política séria que beneficie a agricultura familiar, o **campo vai virar um barril de pólvora incontrolável** – alertou.

Em Recife, o MST local anunciou uma onda de saques a partir da próxima semana. Segundo o coordenador do movimento, Jaime Amorim, existe a possibilidade de se **realizarem até 35 ataques em um mesmo dia** e que muitos deles acontecerão no Ceará e Rio Grande do Norte. (O GLOBO, 25/09/1998, p. 11)

É interessante perceber, ainda, a relação proposta entre a manchete e o “olho da reportagem”: na primeira o presidente Fernando Henrique Cardoso é colocado em uma condição defensiva, “acuado” pela violência que se aproxima de sua propriedade, enquanto que a liderança do movimento, na chamada secundária do texto jornalístico, é apresentado na ofensiva, como alguém desejoso do aumento das ações de “violência”.

Concomitante ao processo de enunciação das ações violentas promovidas pelo MST, nos dias 24 e 30 de setembro, o jornal propõe que tais ações não correspondem a atos de desespero de uma população marginalizada,⁴² não correspondem, desta forma, a ações espontâneas. Antes sim, são atos meticulosamente pensados, motivados por interesses políticos e não sociais.

Em princípio, diz o ministro da reforma Agrária, Raul Jungmann, o Governo usará a persuasão como instrumento de trabalho nas relações com o Movimento dos Sem Terra, a partir de outubro.

Na verdade, **a decisão é do MST**. Seus dirigentes sabem a diferença entre ocupar terras devolutas e **invadir fazendas produtivas**; entre manifestações pacíficas, e **ocupar e depredar repartições públicas**. Principalmente, entre **usar** e não usar **armas de fogo**.

O governo não tem escolha. É seu **dever reprimir**, com a energia que os fatos determinarem, qualquer **infração das leis do país**. (O GLOBO, 24/09/1998, p. 12)

Novamente o governo é colocado como aquele que está acuado, como a vítima da situação, como aquele que age simplesmente pelo cumprimento da lei e da ordem. Lei e ordem essas que, por interesses duvidosos segundo o jornal, vem sendo sistematicamente, desrespeitas pelo MST.

⁴² A percepção de uma “população marginalizada”, por parte do jornal *O Globo*, associa-se a uma perspectiva, corrente na década de 1970, de que este é um grupo que não pode constituir qualquer grau de organização social e política, uma vez que possui “pautas de comportamiento caracterizadas por la falta de solidaridad y organización, así como por el predominio de acciones de tipo individual.” (DICCIONARIO DE CIENCIAS SOCIALES, 1976, p. 96)

Outra característica destes tempos pré-eleitorais é a tentativa permanente de gerar factoides de conotação supostamente desabonadora para políticas de governo. O episódio dos saques e estabelecimentos comerciais no Nordeste é particularmente revelador. Líderes de um movimento que tinha tudo para cumprir importante papel na sociedade brasileira **vêm insistindo em desafiar a lei e a ordem a fim de auferir dividendos eleitorais de uma questão tão grave quando a seca e a fome de um povo sofrido.** [...]

Pelo que se tomou conhecimento na imprensa, os saques **não foram resultado do desespero e da espontaneidade.** Eles foram, isto sim, produto de ações coordenadas com fins de veiculação pela mídia para ‘pressionar o Governo’, conforme alegou um dos líderes do MST. (O GLOBO, 30/09/1998, p. 07)

É importante destacar que nos dias 8 e 16 de outubro, a divulgação de ações armadas, promovidas pelos sem terra, irá partir dos ruralistas que, contudo, em nenhum momento, serão apontados pelo jornal, nem tampouco pela Polícia Federal, como co-propagadores da “luta armada” e da violência no campo. Mantendo o seu padrão editorial, que identifica o MST como o agente agressor, sob a manchete de “Movimentos pela reforma agrária **pregam a luta armada no campo**, em Pernambuco.”, o jornal sustenta que a ação dos ruralistas corresponde a atos de defesa frente às ameaças promovidas pelo MST à ordem:

Famoso na década de 60 devido à eclosão das ligas camponesas e hoje cenário de saques com o uso de foices e enxadas nas estradas, Pernambuco está, mais uma vez, à beira de um conflito no campo: agora já são quatro os movimentos sociais que pregam a luta armada em defesa dos direitos dos lavradores e da reforma agrária no estado.

Não vamos servir de caça, feito rolinha para o MST, nem vamos nos deixar **dominar por uma minoria** que quer se transformar no Emiliano Zapata do Brasil – disse ele ontem, referindo-se ao líder da revolução camponesa no início do século no México. Não vamos fugir à luta. **Se eles querem matar os proprietários, temos o direito de defesa.**

O que sempre houve foi segurança nos engenhos. E isso há em qualquer canto, inclusive nas portas dos bancos. Agora, querer transformar os seguranças em pistoleiros é um exagero – acusa Antônio Celso. (O GLOBO, 08/10/1998, p. 12)

Na reportagem publicada no dia 16 de outubro, chama a atenção o fato de que, mesmo a manchete identificando a agressão sofrida por um religioso, supostamente cometida por ruralistas, o texto jornalístico dará maior ênfase à defesa dos ruralistas, colocando-os na condição de vítimas frente às ações promovidas pelo MST. A inversão dos papéis, neste momento, é bastante evidente. Transparece, mais uma vez, a percepção de que se a violência

não se constitui como uma prerrogativa única do Estado, estendendo-se a alguns outros agentes, estes certamente não estão representados pelo MST:

Frei ligado a sem terra diz que fazendeiros o espancaram. Ruralista nega e afirma que **proprietários revidarão se agredidos**.

Filgueiras disse que nenhum fazendeiro do grupo estava armado no dia. O presidente da UDPR, no entanto, **não descarta reação violenta, com o uso de armas, se os sem terra agirem com violência**.

Se houver agressão, não vamos dar a face para bater. Fomos criados com o intuito de **defender a propriedade privada**, já que o Estado não dá proteção – disse Renato Filgueiras. (O GLOBO, 16/10/1998, p.11)

Cabe destacar ainda que, dentro do período analisado, o jornal apresenta uma matéria na qual comenta o clima de instabilidade e insegurança social, relacionando esta situação a movimentos que não encontram uma possibilidade de participação em espaços institucionalizados, à entrada de armas no país e, paralelamente, às vinculações com o narcotráfico:

Privados da possibilidade de uma atuação institucional, setores marginalizados da esquerda e da direita sofreriam uma tentação maior de decorrer a formas de organização e de luta extralegais ou mesmo violentas.

Uma situação desse tipo seria sumamente perigosa e trágica, num país por onde numerosos conflitos latentes podem facilmente esgarçar o tecido social, onde a **violência é muito grande no cotidiano** e onde uma quantidade absurda de **armamento de guerra é contrabandeada para dentro do país**, tendo como destino, por enquanto, apenas os traficantes de drogas. (O GLOBO, 15/10/1998, p. 07)

Mesmo não havendo uma referência direta ao MST, o destaque dado à situação de violência que assola o país e a questão do porte ilegal de armas, de alguma forma, apresentado na sequência das reportagens nas quais a questão armada é amplamente associada ao Movimento Sem Terra, induz a possíveis relações do movimento com este contexto mais amplo de insegurança. Caracteriza-se, neste momento, aquilo que Cristina Zackseski (2010) define como uma situação de incivilidade, na qual, mesmo não havendo uma conduta declaradamente criminosa, reforça-se o desenvolvimento de um sentimento de insegurança.

Percebemos, portanto, neste primeiro esforço em analisar as representações propostas pela imprensa acerca do EZLN e do MST, que, dentro do referido contexto político, avaliando as particularidades dos diferentes estágios de desenvolvimento, tanto por parte dos movimentos, como das dinâmicas políticas de cada um dos países, as imagens propostas induzem a uma marginalização dos movimentos em relação ao conjunto da sociedade civil e política, propondo um descolamento da ação promovida pelos movimentos a uma condição periférica no campo político. A referida marginalização dos movimentos sociais chama a atenção, nesse momento, uma vez que, constituída como uma estratégia de alijamento de forças políticas daquele que seria o legítimo campo de disputas - os pleitos eleitorais - em realidade, denuncia o caráter conservador e excludente do próprio sistema político em vigor.

2.2. Entre rupturas e continuidades: os processos eleitorais e a transição político-partidária em princípios do século XXI

As eleições realizadas no início dos anos 2000 representaram um momento importante de ruptura e transição política na América Latina. Na passagem dos séculos XX ao XXI, o modelo neoliberal demonstrava claramente os seus limites, o que colocava na defensiva os grupos favoráveis a tais práticas, enquanto que favorecia o crescimento dos setores oposicionistas. O embate político, nesse momento, assume características ainda mais fortes.

Caracterizando, especificamente o caso mexicano, o processo eleitoral de 2000 será representado, por boa parte dos analistas políticos, como o momento de materialização daquilo que se convencionou definir como o episódio da efetiva “transição democrática”. Conforme destaca Barreira (1998, p. 93), acerca da singularidade do processo político-eleitoral mexicano: “As eleições poderiam, nesse sentido, ser consideradas como objeto de uma dupla campanha: aquela referida ao candidato e a outra relativa à validação do próprio processo eleitoral.”

Nesse momento, a validação do processo eleitoral e a reafirmação do Estado Democrático de Direito apresentaram-se como elementos fundamentais no processo político mexicano. O *El Universal* buscará destacar, de forma bastante efusiva, o transcurso das eleições no México como algo exemplar, digno de elogios dos mais diferentes órgãos, nacionais e internacionais. Em reportagem de 04 de julho de 2000, sob a manchete de “*Elecciones en México, ejemplo para Latinoamérica: Parlamento Europeo*”, os elogios

apresentados por órgãos internacionais reforçam a legitimidade do processo eleitoral mexicano:

Los representantes del Parlamento Europeo calificaron **la elección mexicana como !impecable!** y destacaron la labor del Instituto Federal Electoral (IFE), pues fue el artífice de este gran éxito. El jefe de la misión de los diputados europeos, el español José Manuel García Margallo, dijo que **los comicios mexicanos pueden servir de ejemplo para América Latina, e incluso, para algunos países de Europa.**[...]

José Manuel García hizo una valoración política. **Vemos la culminación de un proceso de apertura democrática que se vivió de manera acelerada con el presidente Zedillo.** Pidió homenajear a Francisco Labatista y Cuauhtémoc Cárdenas quienes tuvieron una actitud gallarda ante la derrota.[...]

El Instituto Republicano Internacional (IRI), en sus conclusiones sobre el proceso electoral del 2 de Julio, sostuvo que el mayor significado es una apertura histórica del sistema político mexicano, la confirmación de la libertad y justicia electorales para la que han trabajado mucho mexicanos. **El IRI, perteneciente al Partido Republicano de Estados Unidos, afirma que México, con base en las libertades económicas y una democracia reforzada,** el país se apuntala a convertirse en un protagonista aún más importante en el escenario mundial.” (EL UNIVERSAL, 04/07/2000. Disponible em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

O referido contexto político é característico do chamado processo de transição democrática mexicana, não somente por estar na continuidade de um conjunto de mudanças promovidas nos processos eleitorais que estavam em curso, como já indicamos, desde o final da década de setenta, mas por apresentar, efetivamente, a alternância de partidos na condução do executivo federal. Conforme afirma Silvia Gómez Tagle (2008, p. 212), acerca da ascensão do PAN ao poder, em substituição ao PRI:

O Partido Acción Nacional (PAN) tem tido êxito, em parte devido à sua longa vocação democrático-eleitoral, mas provavelmente também devido a sua capacidade de se vincular às elites econômicas, que o viram como uma alternativa ao PRI, que não apresentava sérios riscos.

A alternância PRI-PAN tem significado uma modernização administrativa (não sempre eficiente) com certa renovação das elites políticas, ou uma reciclagem das antigas elites, sem o risco de mudanças mais profundas nas estruturas de poder, e no rumo da política econômica.

Dentro desse contexto de importantes transformações políticas, mesmo havendo passado mais de seis anos, o EZLN é apresentado, todavia, como um movimento contrário ao

desenvolvimento político do país, portanto na contramão da ordem pública. Ainda que tenha conquistado ao longo da sua breve história um respaldo político e social significativo, é bastante clara a imagem proposta pelo jornal acerca do movimento zapatista enquanto grupo intransigente, em oposição direta a imagem atribuída ao governo, que será descrito como aquele que representa os interesses pela manutenção da ordem e do bem-estar social.

Dispuesto el gobierno a entablar el diálogo si los rebeldes modifican su posición de intransigencia.

El gobierno federal rechazó la posibilidad de cualquier ataque al EZLN antes o después de las elecciones del 2 de Julio como lo afirmó ese grupo armado, al tiempo que reitero la disposición de entablar un diálogo directo **en el momento en que los rebeldes modifiquen su posición de intransigencia.**[...]

El coordinador para el diálogo y la negociación en Chiapas manifestó que **la única guerra que existe en esa entidad es la de la pobreza, la marginación, el analfabetismo y la insalubridad**, no la que figura en la **fantasía de los comunicados** de la dirigencia zapatista. (EL UNIVERSAL, 06/06/2000, Disponible em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acceso em: 15 out. 2011)

Destaca-se, neste momento, que a única causa verdadeira e legítima é aquela defendida pelo governo, enquanto que à postura do EZLN é atribuída fundamentalmente a qualidade de equivocada, ou mesmo, fantasiosa. O texto segue, após elencar benefícios proporcionados pelo governo à região de Chiapas, afirmando:

Rabasa Gamboa dijo que la actitud del gobierno ha sido una **línea de centro, equilibrada, de convocatoria al diálogo y a la negociación**, frente a quienes por un lado le piden la intervención con el uso de la fuerza y frente a quienes pretenden que se acepten todas las demandas del EZLN incondicionalmente.

‘De nuestra parte podríamos sentarnos mañana, estamos en la mejor disposición de hacerlo’, añadió el coordinador para el diálogo, al tiempo que expresó que esta apertura se enfrenta a **la intransigencia del grupo armado** que quiere el rendimiento o la **capitulación total del Estado** frente a **sus posturas extremas**. (EL UNIVERSAL, 06/06/2000, Disponible em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acceso em: 15 out. 2011)

Em matéria do dia 05 julho, o jornal, mais uma vez, irá reforçar a imagem de intransigência do movimento zapatista. Nessa oportunidade o *El Universal* irá se utilizar, como um recurso de autoridade, de um pronunciamento do então presidente eleito Vicente Fox:

En cuanto **Vicente Fox Quesada** asuma el poder enviará al Congreso de la Unión una **iniciativa de ley que permita destrabar el conflicto en Chiapas**, apuntó el senador Benigno Aladro Fernández, presidente de la Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa)

El político panista e hidalguense adelantó al respecto que en la misma se planteará el reconocimiento absoluto a la autonomía de los pueblos indígenas y reconoció que la problemática en el sureste mexicano no será fácil de resolver, toda vez que el **EZLN ha adoptado ‘una actitud caprichosa e intransigente’**. [...]

Pese a los continuos llamados que se le han hecho al **EZLN** a través de La Cocopa, reconoció Benigno Aladro, **no ha aceptado ningún diálogo ni con las autoridades ni con los representantes**. [...]

Expuso que en la misma propuesta se facultaría a las etnias del país a elegir libremente a sus dirigentes y a una plena autonomía a sus usos y costumbres, **lo que de ser aceptado por los zapatistas permitirá terminar con el conflicto armado que inició en 1994**. Al reiterar y reprochar las **actitudes de intransigencia del EZLN**, el senador externo que para bien de la nación esperarían que sus líderes recapaciten, para terminar de vez con el movimiento armado.

Confirió en que los zapatistas escuchen el llamado que les hará el presidente virtual de México. Después del 1 de diciembre, ya que la voluntad de Vicente Fox, concluyó, es resolver este problema. (EL UNIVERSAL, 05/07/2000, Disponible em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Segundo expreso nas páginas do *El Universal*, podemos perceber que a postura a ser criticada na ação do EZLN, encontra-se na opção feita pelo movimento em manter a luta armada, característica esta que, segundo o texto, não contribui para a construção da democracia e da garantia das liberdades individuais; antes sim, promove o crescimento da instabilidade e insegurança:

Autoridades electorales de Chiapas demandaron al Consejo General del Instituto Federal Electoral (CGIFE) que se manifieste por el acuartelamiento de los efectivos militares y realice un llamado a la no violencia, pues existe un **alto grado de inseguridad** en seis distritos. Además, consideraron que las actividades del **EZLN podrían entorpecer el acceso a las casillas o el traslado de la paquetería**. (EL UNIVERSAL, 22/06/2000, Disponible em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Em 27 de junho, novamente, encontramos referência ao clima de instabilidade na região de Chiapas. Mais uma vez o *Instituto Federal Electoral* aponta a presença do EZLN como fator de risco para o processo eleitoral em curso. Sob a manchete de “**Regiones de peligro**” o jornal publica:

El Instituto Federal Electoral (IFE) advirtió zonas de **alto riesgo y propicias a disturbios sociales en seis distritos**, que representan el 50,8 por ciento de la población (un millón 623 mil 925), debido a la presencia y movilización de **grupos civiles armados**, tropas del Ejército mexicano y del **Ejército Zapatista**. (EL UNIVERSAL, 27/06/ 2000, Disponível em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Com um intervalo de apenas dois dias, o *El Universal* irá reiterar a presença zapatista como fatores de instabilidade e perigo para a região do extremo sul do México:

Diferentes apreciaciones indican que en Chiapas se encuentran de 40 a 70 mil efectivos militares con especial y mayor densidad en las zonas altas, norte, sierra y selva, **consideradas zonas de riesgo, debido a la presencia de la milicia y bases de apoyo del EZLN**, además de la existencia de grupos civiles armados. (EL UNIVERSAL, 30/06/2000, Disponível em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Dessa forma, a atuação do EZLN é combatida, sendo atribuída à ação de pessoas que não possuem condições reais de avaliação da situação política nacional. A via armada é, pois, considerada como uma opção incompatível com o desenvolvimento do processo político mexicano. Nesse momento a ação do movimento, em contraposição à estrutura do Estado mexicano, opõe uma organização ilegal àquela que é apresentada como um baluarte na preservação da ordem pública:

Al mismo tiempo, el procurador Eduardo Montoya Liévano calificó como **producto de mentes enfermas** declaraciones como las del Ejército Zapatista que señalan que grupos ejecutores del gobierno habrían perpetrado el crimen múltiple, y reto al subcomandante Marcos y a la dirigente perredista Amalia García a que presenten pruebas de sus aseveraciones ante la unidad especializadas, para la investigación de delitos cometidos por supuestos grupos armados civiles de la PGR.[...]

En rueda de prensa, sostuvo que Chiapas es un drama porque precisamente ahí se **perdió el estado de derecho**, en virtud de que **unos cuantos que se hicieron del poder político** hicieron del estado un coto particular para sus beneficios. (EL UNIVERSAL, 17/06/2000, Disponível em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Em decorrência da postura adotada pelo EZLN, atribui-se ao movimento a responsabilidade pelas mazelas que assolam a região de Chiapas. Não tecendo qualquer consideração acerca dos problemas estruturais e históricos da região, o *El Universal*, em

diferentes momentos, irá culpabilizar o movimento pela pobreza, pela fome e pela instabilidade que vitimizam o estado no extremo sul do país. Tal condição já se encontrava expressa na manchete (“*Están ociosas 17.000 ha de pro-zapatistas*”), sendo reafirmada ao longo da reportagem:

Indígenas **simpatizantes del EZLN** mantienen **improductivas y abandonadas** más de **17 mil hectáreas de tierras de cultivo** en los municipios de Ocosingo, Altamirano Las Margaritas y Venustiano Carranza, a cuyos propietarios las autoridades se niegan a indemnizar con el pago legal correspondiente.

En la llamada zona de conflicto más de **400 familias** de pequeños propietarios, parvifundistas y ejidatarios **abandonaron sus tierras** de labranza en pujados por el **acoso de grupos zapatistas armados** y la falta de protección y seguridad en la tenencia de la tierra.[...]

En una carta enviada al funcionario federal se le expone que **a seis años de la irrupción armada zapatista el estado de derecho no se restablece** aún para centenares de parvifundistas, pequeños propietarios y ejidatarios en esas localidades, donde fincas y pequeños ranchos resienten el abandono absoluto de **sus actuales poseedores**, que pertrechados con **armas de alto poder** no permiten el ingreso de la policía ni de los dueños legales. (EL UNIVERSAL, 05/06/2000, Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Em reportagem do dia 25 de junho, novamente é destacado o contexto de fome na região de Chiapas. No mesmo texto, contudo, é discutido o alto custo para o Estado mexicano em garantir o abastecimento mínimo para as comunidades indígenas locais, reafirmando-se a “qualidade” e a “preocupação” do Estado para com aquela região empobrecida:

Miles de indígenas y campesinos de cuatro regiones de Chiapas se encuentran en una situación de **crisis alimentaria**, que ha **ahogado la pobreza y el hambre**, provocado por la aplicación de técnicas y prácticas militares de contrainsurgencia en sus comunidades, informo la organización Enlace Civil.[...]

Por esto, para **abastecer** a habitantes de **mil 111 comunidades** asentadas en las regiones Norte, Selva, frontera y Altos, se requiere semanalmente de **20 toneladas de maíz y cinco de frijol**. Cada mes es necesario llevar a cada uno de los cinco centros políticos culturales denominados Aguascalientes, ubicados en comunidades rectoras de **bases de apoyo de la guerrilla zapatista, 80 toneladas de maíz y 20 de frijol**. (EL UNIVERSAL, 25/06/2000, Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 15 out. 2011)

Assim, novamente, o Estado mexicano e aqueles que o representam institucionalmente, são colocados na condição de provedores e defensores das comunidades indígenas.

No caso brasileiro o processo eleitoral estabelecido em 2002 também irá apresentar, à exemplo do caso mexicano, a ruptura com uma tradição político-partidária conservadora. Em decorrência da crise econômica que acompanhou o período do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, representada por uma queda significativa na taxa de crescimento econômico, aumento da dívida pública e do desemprego, percebeu-se, de forma bastante expressiva o crescimento da candidatura oposicionista de Luiz Inácio Lula da Silva (PT):

Después de ocho años, lo que quedo fue una economía que había dejado de crecer, tasas de desempleo frustrantes, financiamiento inasequible para las empresas, una deuda interna y externa duplicada con respecto a 1994 y una moneda en peligro de sucumbir ante la especulación. Hubo también varias secuencias de escándalos de corrupción en todos los niveles gubernamentales, el poder del narcotráfico en diversos estados y una guerra abierta en Río de Janeiro. Había un presidente que reinaba con gestos imperiales y que lograba comunicarse con sus electores solo con la ayuda de marquetineros o gracias a la generosidad de la prensa que le tomaba fotos caminando por la playa con niños al lado. (KNOOP, 2003, p. 48)

Será pois, dentro deste contexto, que o candidato do PT, em sua quarta disputa à cadeira presidencial, buscará superar o candidato governista, pelo PSDB, José Serra.

No transcurso da campanha eleitoral, frente a uma real possibilidade de vitória do PT, o que para alguns setores políticos e empresariais representava uma grande ameaça à estabilidade econômica e social do país, um conjunto significativo de estratégias foram utilizadas na tentativa de inviabilizar a candidatura petista. Presente nas páginas de *O Globo*, as relações entre o PT e o MST, e as vinculações do movimento a um projeto político considerado equivocado, podem ser utilizados como discursos, ou mesmo, estratégias de campanha por parte do candidato governista.

As associações entre o Partido dos Trabalhadores e o Movimento Sem Terra podem ser percebidas, nas reportagens apresentadas, de duas formas distintas: uma sendo condicionada por meio da fala dos próprios candidatos, e a outra por meio das interpretações realizadas pelo jornal.

No que se refere à fala dos candidatos, é possível perceber uma opção realizada pelo *O Globo*, apresentando o discurso do candidato José Serra (do PSDB) acerca de seus opositores, predominantemente, na primeira pessoa. Em reportagem do dia 10 de outubro, relacionada à participação em debates políticos na televisão, *O Globo* seleciona a fala de José Serra para caracterizar a postura do PT e estabelecer algumas relações entre os diferentes atores políticos:

Estou estranhando a resistência do PT. Quem não deve não teme. Há alguma coisa a esconder? Não creio, nós conhecemos o PT. Têm três PTs: tem o PT da tevê, o PT quando está no governo e **tem o PT do MST** – disse Serra. (O GLOBO, 10/10/2002, p. 08)

As imagens do PT e do MST serão novamente apresentadas, por intermédio das percepções e consideração, estabelecidas pelo candidato do PSDB, em 17 de outubro:

[...], o programa do tucano José Serra no horário eleitoral na televisão explorou ontem a **ligação entre o PT, o MST** e a CUT para bater na candidatura do petista Luiz Inácio Lula da Silva. No programa exibido à noite, foram mostradas imagens de Lula no debate promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), no fim de agosto, e de uma entrevista do petista no mesmo dia para afirmar que o **discurso do PT sobre a reforma agrária tem contradições**.

Aos produtores rurais, Lula disse que promoveria uma reforma agrária pacífica e para os movimentos sociais, ele teria justificado a sua posição mais moderada como uma estratégia para vencer a eleição. (O GLOBO, 17/10/2002, p. 11)

Cabe destacar que a referida reportagem, após as considerações traçadas acerca do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores e do MST, terá uma sequência, na qual enfatizará, de forma amplamente positiva, a fala e as ações de José Serra.

A sugestão de imagens que, de forma direta ou indireta, irão propor o estabelecimento de relações entre o MST e o PT, conforme destacamos, assumem distintas estratégias por parte do jornal. A apresentação desta vinculação e das representações acerca do movimento será realizada por intermédio de diferentes leituras, como por exemplo, a leitura feita por observadores internacionais, passando pela reprodução de comentários sem qualquer tipo de análise crítica de sua veracidade, chegando ao texto mais vulgar, que reproduz as impressões do “senso comum” sobre a questão agrária no Brasil.

Em reportagem do dia 01 de outubro, *O Globo* reproduz a impressão elaborada pelo *Financial Times*, em um editorial divulgado em seu site na internet, acerca do risco presente na aproximação existente entre o MST e do PT:

Em editorial levado ontem ao ar em seu site na internet, o jornal ‘Financial Times’ afirmou que a **preocupação dos investidores estrangeiros** com uma possível vitória do PT nas eleições de domingo **não é infundada** – mas que pode ser um temor exagerado. O jornal chama a atenção para as **ligações do partido com o MST**, a conversão muito recente de Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva ao estilo social-democrata europeu e à dificuldade que o Brasil terá para cumprir as metas estabelecidas pelo FMI caso a dívida brasileira aumente entre as eleições e a posse do futuro presidente. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 04)

Em 22 de setembro, o jornal reproduzia críticas fortes ao Partido dos Trabalhadores colocando mais uma vez o MST junto a esse grupo que qualifica como responsável pela baderna e a instabilidade pública. Além de propor uma “aliança”, uma aproximação, entre o PT, o MST e a guerrilha colombiana, o texto sugere uma conduta violenta direcionada, por parte desses, às autoridades brasileiras:

Num só dia, foi acusado de defender a bomba atômica e de não ter capacidade de governar, pela falta de diploma universitário. ‘O PT da TV, maquiado, bonzinho e equilibrado’ foi denunciado e substituído pelo **partido da baderna que, em ligação com o MST e a guerrilha colombiana**, incentiva a **surra pública de autoridades**. (O GLOBO, 22/09/2002, p. 13)

Considerando-se a presença do MST nas páginas do jornal, cabe destacar ainda que, naquelas oportunidades conferidas ao movimento para que viesse a se expressar, por meio da fala de seus próprios representantes, essas acabam sendo, de alguma forma, seccionadas, contribuindo para reforçar uma visão negativa do movimento e, conseqüentemente, de seu “aliado” na política interna brasileira. Apresentando o posicionamento de João Pedro Stédile, no que se refere às possíveis relações do Brasil com os países que compõem a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o jornal faz o seguinte recorte:

“Nossa integração deve ser com nossos **vizinhos** e com os países do hemisfério Sul, como a **China, o Irã, a Coréia e a África do Sul**, para **enfrentarmos os demônios do império**. Queremos **distância das multinacionais** americanas” – diz Stédile. (O GLOBO, 07/10/2002, p. 40)

Por intermédio do discurso selecionado pelo jornal, a análise proposta pela liderança do Movimento Sem Terra fica restrita a uma “crítica vazia”. Na reprodução das palavras de João Pedro Stédile transparecerá, muito mais, o alinhamento ideológico defendido pelo MST a outros países do que, propriamente, uma reflexão acerca das possíveis relações do Brasil com a ALCA.

Em contrapartida à postura “assumida” pelo movimento (com relação ao seu posicionamento e alinhamento ideológico) e as ações promovidas por ele, no dia 17 de outubro, o jornal publica um editorial em nome do bom senso e da estabilidade política do país:

E por que não temos sabido explorar as nossas reservas de bom senso? Elas não exigem aplicação de poderosos investimentos, nem das tecnologias de última geração. Dependem apenas do uso da razão e da consciência humanas, da nossa capacidade de equilíbrio mental e ético.

A aliança entre os corifeus da **irresponsabilidade, da demagogia, do populismo e da falta de espírito público** com os segmentos sociais que deveriam zelar pela preservação da estabilidade nacional passou de fato a acontecer ultimamente no país. Alguns dos formadores de opinião pública, inseridos em grandes órgãos de informação, deixaram-se levar muitas vezes pela maré montante dos clamores e pressões contrários aos objetivos que mais convinham ao país e ao povo. Esse aberrante conúbio gerou o caldo de cultura para uma eventual, mas nada improvável, **explosão de movimentos** corporativistas reivindicantes.

Assim, poderemos assistir em breve a uma sucessão de ondas grevistas, a começar pela dos servidores e empregados públicos federais, queixosos do nenhum reajuste salarial nos últimos 8 anos. A inflação, de olhos rútilos e boca sequiosa, está à espreita para um bote letal, se de uma hora para outra um decantado novo modelo econômico lançar ao lixo a política de austeridade econômica e de responsabilidade fiscal. No campo, o **MST** aparentemente desistiu da estratégia de **invasão de fazendas e de prédios públicos**, tudo fazendo prever uma próxima **retomada dessas ações**. (O GLOBO, 17/10/ 2002, p. 07)

No referido texto, ainda, *O Globo* coloca-se na condição de um intérprete dos desejos e objetivos do povo brasileiro, afirmando que “O que o Brasil desta hora reclama é uma **reação** incondicionalmente **democrática e legalista**, de cujas tomadas de posição se consiga restabelecer o primado do **bom senso nacional**.” (O GLOBO, 17/10/2002, p. 07)

Assim sendo, podemos destacar que em ambos os casos analisados, tanto o mexicano como o brasileiro, a condição atribuída aos movimentos sociais é, predominantemente, a de agentes promotores de um clima de crise e instabilidade econômico-social. Tendo promovido, ou não, uma associação com determinado partido político, ambos os movimentos, nesse

contexto, eram apresentados como fatores de desestabilização, como representantes de uma forma de ação política equivocada, ilegítima, e incompatível com o atual contexto latino-americano. Contexto latino-americano este que, segundo os dois órgãos de imprensa, desconsiderando-se os problemas estruturais das respectivas sociedades, caminhava a passos largos em direção ao desenvolvimento e fortalecimento de suas instituições políticas, econômicas e sociais.

As reflexões propostas por Carlos Antonio Aguirre Rojas, acerca do caráter das democracias latino-americanas contemporâneas, nos auxiliam no entendimento do caráter atribuído tanto ao EZLN como ao MST, como sendo expressões de crise e instabilidade. Segundo o autor, em sua avaliação acerca do modelo democrático presente na América Latina:

[...] pasamos de una forma originaria de la democracia, que era unitaria, fluida y armónica, y donde el pueblo mandaba y también obedecía (mandaba obedeciendo), a otro modo de una democracia que ahora será desgarrada, competitiva, confrontativa, difícil y contradictoria, en donde un pequeño grupo mandará despóticamente, y la mayoría será obligada a obedecer de una manera relucante, dentro de un contexto de constante lucha, oposición, competencia y conflicto entre ciertas clases y entre diversos grupos, empeñados todos en tratar de conquistar esa posición jerárquica de dicho mando despótico. (AGUIRRE, 2010, p. 179)

Dentro do referido contexto, cabe destacar ainda que se vivenciava um momento no qual as estruturas econômicas internacionais, vinculadas ao modelo neoliberal, possuíam uma ingerência muito forte sobre as condutas políticas das elites nacionais latino-americanas. Como nos lembra Eric Hobsbawm (2007, p. 105-106), nesse momento,

[...] o ideal da soberania do mercado não é um complemento à democracia liberal, e sim uma alternativa a ela. É, na verdade, uma alternativa a todos os tipos de política, pois nega a necessidade de decisões políticas, que são justamente aquelas relativas aos interesses comuns ou grupais que se distinguem da soma das escolhas, racionais ou não, dos indivíduos que buscam suas preferências pessoais. [...] A participação no mercado substitui a participação política.

Assim, esta lógica econômica internacional, não somente sugere, mas exige o enfraquecimento e o esgotamento desses atores sociais mais articulados que, de alguma

forma, poderiam afrontar as bases hegemônicas do referido modelo.⁴³ Dessa forma, percebemos que a oposição à participação do EZLN e do MST, no referido contexto político latino-americano, encontra-se vinculado não tanto a suas demandas pela dignidade das comunidades indígenas ou mesmo por uma melhor política de assentamentos, mas sim ao fato de que a sua presença e participação representam uma denúncia muito contundente ao modelo neoliberal como um todo, nos seus mais diferentes campos.

2.3. A manutenção da “nova ordem”: os processos eleitorais mexicano e brasileiro no ano de 2006

O ano de 2006 pode ser caracterizado como um período de grande importância para o contexto latino-americano, uma vez que esse, entre outros motivos, será marcado pela ocorrência de processos de disputas eleitorais, em diferentes países no continente. Considerando-se especificamente os casos mexicano e brasileiro, em ambos os países, os grupos que, nas eleições anteriores, galgaram os postos mais altos no executivo federal, superando uma tradição político partidária advinda de décadas anteriores, irão lutar para se manter no poder.

Relacionado a este processo eleitoral e aos principais agentes políticos envolvidos, é interessante destacar que, em decorrência do posicionamento ideológico dos partidos que ocupam a presidência da república, no México e no Brasil, o comportamento dos diferentes grupos de interesses político-econômicos (que no caso desta pesquisa estão caracterizados pelos dois órgãos de imprensa, o *El Universal* e *O Globo*) assumem características distintas. Tomando como base o contexto mexicano, podemos perceber que a grande imprensa irá apoiar abertamente o nome do candidato da situação, Felipe Calderon (PAN), enquanto que no Brasil o alinhamento da imprensa será em relação aos grupos de oposição ao candidato-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

⁴³ Com relação a este comportamento proposto a partir dos interesses de agentes internacionais, Marcello Baquero propõe a seguinte análise: “Neste contexto, para que as reformas econômicas tenham sucesso, é estrategicamente essencial o enfraquecimento das entidades de representação dos cidadãos, particularmente sindicatos e grupos de oposição às políticas neoliberais. Simultaneamente, observa-se que, ao contrário do que os defensores do neoliberalismo argumentam, o Estado não está em processo de minimalização mas, em determinadas circunstâncias, interfere no mercado, favorecendo grupos minoritários, violando seus próprios pressupostos de não interferência.” (BAQUERO, 1996, p. 135). Ao que acrescentaríamos, o Estado (ou grupo político no poder), por meio de seus representantes oficiais e aliados, irá interferir para além das questões econômicas, utilizando-se de todo o seu aparato burocrático para engendrar-se nos mais diferentes campos da estrutura política e social.

O processo de disputa eleitoral mexicano, em 2006, pode ser considerado singular na história do país, uma vez que estabelece, de forma bastante objetiva, uma disputa política entre dois partidos, ou melhor, entre dois projetos distintos que representavam, de certa forma, um embate entre uma perspectiva de direita e outra de esquerda. A referida disputa eleitoral acabou concentrando-se, portanto, entre o partido do presidente em exercício (PAN) e aquele que, dentro da história recente, se caracterizou como o partido mais expressivo da esquerda mexicana (PRD). A bipolarização da disputa eleitoral foi materializada no enfrentamento entre os candidatos Felipe Calderon (PAN) e Lopez Obrador (PRD).

Na referida campanha eleitoral de 2006, o tradicional Partido Revolucionário Institucional (PRI), representado pela candidatura de Roberto Madrazo Pintado, encontrava-se envolvido em uma grave crise interna. O desgaste do projeto neoliberal, bem como, a derrota eleitoral de 2000, contribuíram para alijar as chances de vitória do PRI na disputa eleitoral.

Realizando uma análise mais ampla do processo eleitoral de 2006, Tagle (2008, p. 213) irá destacar uma característica importante do referido processo:

As campanhas eleitorais de 2006 tiveram um caráter distinto de todas as eleições anteriores. Entre outros fatores, porque a luta política polarizou o debate eleitoral entre os candidatos mais populares, com maior identificação ideológica. (...) Foi uma campanha muito intensa nos meios eletrônicos, na qual os partidos gastaram mais do que nunca (ainda não se tem os relatórios das despesas oficiais da campanha, apresentados ao IFE). Também intervieram abertamente atores que antes haviam se mantido discretamente na sombra, como as corporações dos empresários, a Igreja Católica, e principalmente o Presidente da República, Vicente Fox. Todos eles atuaram violando a lei eleitoral.

A imprensa, mais uma vez, como não poderia deixar de ser, assume o seu papel de agente político atuante e engajado. Novamente, utilizando o estudo realizado por Silvia Gómez Tagle, é evidenciado o apoio da imprensa à candidatura do PAN, buscando desacreditar possíveis adversários eleitorais ou mesmo grupos de oposição:

El Consejo Coordinador Empresarial se sumo a la “guerra sucia panista” financiando una campaña en radio y televisión, que logro crear una imagen negativa del candidato de la Coalición por el Bien de Todos, insistiendo en la “pérdida de popularidad”, en la “torpeza” y en el “peligro” que representaba (...). Una campaña por cierto similar a la que la derecha brasileña puso en marcha para atacar al gobierno de Lula da Silva durante el proceso electoral de ese país a fines de 2006. (TAGLE, 2007, p. 166)

A exemplo da campanha de descrédito imposta ao candidato do PRD, López Obrador, encontramos nas páginas do *El Universal*, uma postura em relação ao EZLN que será apresentada a partir de um duplo enfoque. As duas estratégias de abordagens realizadas pelo jornal, em relação ao movimento zapatista, correspondem a uma apresentação das ações do movimento em oposição à manutenção das estruturas democráticas do Estado Mexicano; bem como, uma postura de minimização e descrédito da atuação do movimento dentro da realidade política nacional.

Porque con todos sus altibajos, y aunque ahora cambie el caballo por la motocicleta y deje guardado el fusil, el dirigente zapatista sabe que no está en su mejor momento y que **su causa e imagen han perdido terreno los últimos años**; pero Marcos no há perdido la habilidad y el *timing* de estrategia mediático, y apuesta a que su ‘otra campaña’ vaya de menos a más. Y con su folclórico recorrido y su lengua disparando tiros de precisión contra los candidatos presidenciales, será una referencia obligada en la ruta del 2006. (EL UNIVERSAL, 03/01/2006, Disponível em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 18 out. 2011)

Minimizar a ação do movimento, colocar em suspensão as suas práticas, atribuir-lhe a condição de anacrônico, são algumas das formações discursivas desenvolvidas pelo jornal para o movimento zapatista:

Al cumplirse el 12 aniversario del levantamiento armado de Chiapas, organizado por el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), su todavía **enigmático**, no por el pasamontañas que le cubre el rostro sino **por lo inescrutable de sus propósitos**, subcomandante Marcos inicia una nueva acción que tendrá repercusiones en los medios nacionales e internacionales de información.

Al concluir el primer lustro del siglo XXI, la retórica de Marcos suena extraña, no así la táctica utilizada ahora para mantener vivo un movimiento que **comenzaba a dar signos de agotamiento**, porque **no encaja en los procedimientos usados en las sociedades democráticas y modernas**, para ofrecer programas de desarrollo, fortalecer plataformas ideológicas o partidistas, o simplemente para hacer avanzar la causa de algún núcleo de la población que se halle marginado.[...]

Para **ratificar su maniqueísmo**, Marcos **especifica quiénes son los únicos capaces de entender la palabra del genuino salvador**: ‘Grupos de izquierda, anarquistas y colectivos culturales y de medios alternativos.’ Nada de entrevistas con intelectuales destacados o con medios masivos que predominan en el escenario nacional; mucho menos con liberales (en el sentido político del término) o neoliberales (sentido económico), ni desde luego con la derecha o la oligarquía nacional, pues todos ellos

serán incapaces de entender el mensaje verdadero. (EL UNIVERSAL, 04/01/2006, Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011)

A tentativa de desqualificação do movimento, bem como a sua marginalização dentro do contexto político-social mexicano, pode ser compreendida pela construção de um argumento que coloca a ação do movimento como resultado de uma situação irreal, fantasiosa. Mesmo reconhecendo uma “real preocupação com mudanças”, as quais, nesse momento não são exclusivas dos zapatistas (são apresentadas, antes sim, como características legítimas de todos os seguimentos da sociedade mexicana), o jornal apresenta de forma negativa as ações propostas pelo movimento.

Pero el tiempo puso a todos en su sitio. El futuro nos alcanzó como sociedad. **Ni el EZLN y su líder, el subcomandante Marcos, resultaron ser lo que un puñado propuso y una multitud se empeño en creer.[...]**

No hay duda que el EZLN cometió **muchos errores políticos, tácticos y estratégicos**. No hay duda de que El EZLN y en su líder Marcos hay mucho de **fantasía, de venta mediática, de ilusionismo**, pero tampoco hay duda de que el del zapatismo chiapaneco es un movimiento social y político con una profunda y real preocupación de cambio. (EL UNIVERSAL, 08/01/2006, Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>>. Acesso em: 20 out. 2011)

A tentativa de desacreditar a participação política do EZLN passa, ainda, pela articulação da fala de diferentes segmentos político-sociais que se colocam em oposição à atuação dos zapatistas. Tais publicações questionam, além das práticas adotadas pelo movimento, a representatividade e identidade social que possui:

Líderes y activistas indígenas afirman que el **liderazgo de Marcos e el EZLN entre estos pueblos no es absoluto**, pues aun cuando ayudaron a abrirles espacios para reivindicar sus derechos, el movimiento indígena es mucho más amplio que **ese grupo armado el cual presenta incongruencias**.

En entrevista, refirieron que el zapatismo – movimiento surgido en 1994 con la bandera indígena – también presenta vacíos que le restan autoridad frente a sus defendidos pues **critica la intromisión extranjera en las cuestiones nacionales; pero no dice nada de las aportaciones económicas que le envían organizaciones internacionales**; con ‘la Otra Campaña’ que inicia este primer día de enero. (EL UNIVERSAL, 01/01/2006. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>>. Acesso em: 20 out. 2011)

Como já indicamos anteriormente, o recurso de autoridade na evocação da fala de pessoas ou instituições será novamente utilizado pelo jornal, como uma forma de reafirmar, de alguma maneira, as suas próprias convicções. Por vezes, impossibilitado de expressar de forma mais direta algumas de suas opiniões, receoso das repercussões em seus leitores, o jornal apresenta a fala de entrevistados na qual transparece, por fim, a sua própria perspectiva. Sob a manchete “*Líderes indígenas opinan que el EZLN tiene incongruencias.*”, o *El Universal* (02/01/1996. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011) publica:

Con la Otra Campaña que iniciaron ayer, los zapatistas se han involucrado en lo político que, consideran, es un ámbito totalmente ajeno a los costumbres de los pueblos originarios de México y, además, **el EZLN poco ha contribuido para mejorar las condiciones de vida de sus defendidos desde su surgimiento en 1994.** [...]

A lo mejor, **la representatividad de Marcos es muy local por los tres o cuatro grupos** étnicos que hay en el centro de operaciones zapatistas: tojolabales, zeltales y tzotziles que están inmiscuidos en el grupo zapatista pero creo que nada más es local y, aunque su nombre suene muy universal, están metidos en el grupos internacionales apoyándole con armas, víveres o dinero, por eso existen; pero si no hubiera ese apoyo internacional, creo que ellos, al igual que nosotros, estarían sin apoyo’, afirmo Juan Hernández.

El mixteco, originario de la sierra de Oaxaca, hizo notar que ni siquiera esas **aportaciones internacionales que llegan al EZLN son distribuidas entre los pobres a los que supuestamente defiende.**

‘La parte indígena – dijo – se va minado cada vez más, en lugar de hacerla resaltar ... hemos sido carne de cañón en todos los tiempos y, desafortunadamente, los pueblos no han sido preparados para hacer frente a las embestidas de partidos políticos o **grupos que, como el EZLN, nos utilizan como trampolín** para seguir ascendiendo. Nosotros como indígenas no esperamos nada de todos ellos.

‘El **EZLN, efectivamente, no es el movimiento indígena nacional** aunque su intención es incorporarse en el proceso de reconocimiento de los pueblos. En mi opinión, creo que ha habido una mala interpretación en el sentido de que aparentemente sean nuestros representantes, pero en ningún sentido lo hemos asumido ni nosotros ni ellos e, incluso, su lucha es general porque involucran a obreros, campesinos, estudiantes, amas de casa por cuestiones de género, la no discriminación, preferencias sexuales y otros temas’ concreto.

A enunciação do discurso realizado por essas outras organizações deve ser percebida, contudo, com relativa cautela, caso seja o objetivo tomá-las como expressões espontâneas da sociedade civil. Mesmo que em nenhum momento das reportagens apresentadas pelo *El Universal*, tenha sido indicada qualquer vinculação partidária dos “*líderes y activistas indígenas*”, o que os garantiria, pretensamente, uma condição de falarem nome dos “*costumbres de los pueblos originarios de México*”, de “*la parte indígena*” do país, devemos

ter presente que tais grupos possuem um embasamento ideológico. Devemos analisar o conteúdo dos referidos textos, levando em consideração o local do seu enunciador, ou seja, o grau de participação e de engajamento político dele no contexto político-social mexicano. Conforme destaca Maria da Glória Gohn (1997),⁴⁴ é preciso perceber que existem, dentro do campo político de disputas, os chamados “contramovimentos oficiais” que, inseridos na sociedade civil, apresentam-se como postulantes ao cargo de seus porta-vozes. Tais atores sociais terão as suas ações, contudo, vinculadas aos interesses e aos projetos políticos governamentais (ou ainda vinculados a outras organizações partidárias) , buscando dar-lhes sustentação.

Paralelo ao processo de crítica à ação do EZLN, nas suas diferentes abordagens, o jornal reafirma o processo político pela via eleitoral como sendo a única expressão garantidora da ordem social. Tal postura pode ser representada ora pela oposição estabelecida entre os processos eleitorais tradicionais e o movimento conhecido como a “*Otra Campaña*”⁴⁵ zapatista (conduzida pelo subcomandante Marcos que, neste momento, se autodenominava Delegado Zero), ora pela pura e simples afirmação do pleito eleitoral como instituição legítima na manutenção do Estado Democrático:

“Mientras las campañas presidenciales son para atraer votos, ‘La otra campaña’ se concibe contraria a la **lucha electoral que está enmarcada en reglas ijadas y acordadas previamente por todos los que están dispuestos a participar**. ‘La otra campaña’ **ni reconoce normas jurídicas, ni compromisos previos** para su realización, **ni obligaciones** de transparentar el origen de los recursos que se allega y utiliza en su recorrido.” (EL UNIVERSAL, 10/01/2006. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011)

“**Los partidos políticos son las únicas vías eficientes de articulación, agregación y negociación política** que tiene los estados-nación contemporáneos. (EL UNIVERSAL, 17/01/2006, Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011)

⁴⁴ “Há interlocutores privilegiados. Há, ainda, ‘contramovimentos oficiais’, isto é, movimentos criados por estímulo das políticas públicas, objetivando dar-lhes suporte político. Estes contramovimentos se apresentam na arena política como representantes de forças sociopolíticas que, usualmente, não estão preocupadas com a mudança e a transformação da sociedade. Mas fazem parte do jogo na arena democrática.” (GHON, 1997, p. 239)

⁴⁵ Com relação a chamada “Otra Campaña”, Immanuel Wallerstein afirma: “Y los neozapatistas han demostrado ser una fuerza política significativa y perdurable, y ahora ‘La Otra Campaña’, que ellos comenzaron en este último año, ha comenzado a tener un impacto importante a través de todo el país. La ‘Otra Campaña’ no es una campaña en busca del poder electoral, ni intenta tampoco apoderarse del actual Estado mexicano. Ella busca, más bien, empoderar a las comunidades locales y a los grupos oprimidos de todo tipo (mujeres, campesinos, trabajadores, homosexuales) en una lucha en contra del capitalismo y del imperialismo, tanto en México como a través de todo el mundo.” (WALLERSTEIN, 2008, p. 56)

“Tales son algunos elementos de la situación actual en el país, que se define por la lucha para una ampliación y profundización de la democracia. Obviamente, entendiendo a la democracia no como simple ceremonia electoral sino en un sentido mucho más cabal e íntegro: como un sistema político y social de ampliada participación ciudadana en la toma de decisiones y como una forma de vida, no solo individual sino social, en que priven las libertades y la identidad de oportunidades para todos.” (EL UNIVERSAL, 13/03/2006. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011)

Considerando-se o conjunto de reportagens apresentadas, o jornal sugere ainda a imagem de “dois diferentes países”, ou pelo menos, de dois projetos de ação política que serão responsáveis pela produção de condições sociais distintas: um sendo representado por aquilo que o jornal define como elementos remanescentes de um passado, de condição políticas e sociais que já deveriam ter sido superadas, e outro representado pela modernidade e o desenvolvimento. Como sugere reportagem do dia 28 de junho de 2006 “*hay una sociedad que quiere nacer y una que se niega a morir*” (EL UNIVERSAL, 28/06/2006. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>>. Acesso em: 20 out. 2011). Na perspectiva sugerida pelo *El Universal*, o EZLN é apresentado como um dos elementos que atrela, por meio de suas ações, o México a uma condição de atraso:

Aunque como asegura la Presidencia, se encuentran ubicadas en lugares específicos y no afectarían el conjunto del proceso electoral – que será disputado en 63 mil 790 secciones electorales -, si son factores objetivos de descalificación y daño de imagen, pues esas zonas son de alta volatilidad y de enormes posibilidades conflictivas, donde prevalecen el narcotráfico y **grupos armados**, y hay antagonismos religiosos, políticos y comunitarios. **El México bronco es una realidad en esas secciones electorales** que, de acuerdo con el IFE, sus situaciones de violencia corresponden a problemas generados por el analfabetismo, la migración, los sistemas de usos y costumbres, y zonas enteras donde hay **situaciones de anarquía e ingobernabilidad**. (...)

El estado de México tampoco es una entidad en calma. De acuerdo con el IFE, hay 25 secciones en cinco municipios que se encuentran dentro de las ‘**zonas de violencia**’. **Sobresale San Salvador Atenco, donde hay células del EZLN**, pero está lejos de ser una excepción. Las tierras mexiquenses se caracterizan por sus conflictos políticos y postelectorales, entre los que sobresalen Acolman y San José Del Rincón, enfrentado a San Felipe del Progreso, al cual pertenecían, porque con su redistribución se les redujo poder político.

Hay zonas del país con características distintas, como en Durango, donde seis secciones del municipio de Pueblo Nuevo tienen serios problemas por la marginación y la falta de comunicación. Caso distinto es Chiapas, donde el IFE cuenta 49 secciones en varios municipios como Altamirano, Las Margaritas, Ocosingo, San Juan Chamula, Chenalhó y San Andrés Larráinzar, que **están bajo control del EZLN**, o en conflicto de poder con la diócesis de San Cristóbal de las

Casas, o hay centenarias pugnas por la tenencia de la tierra, y entre católicos y protestantes, como en el caso de los chamullas, que ya quemaron viva a una persona acusada de brujería. (EL UNIVERSAL, 28/06/2006. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 22 out. 2011)

Diferenciando-se do período final do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual havia uma aparente tranquilidade política e econômica, garantida pelo prolapado “sucesso” do Plano Real, Luiz Inácio Lula da Silva, inicia a sua campanha eleitoral, visando a sua reeleição, em um momento de grave crise e instabilidade política de seu governo. Envolvido pelo desgaste natural de um mandato presidencial, mas potencializado por denúncias de corrupção envolvendo o seu governo, a candidatura petista tornou-se alvo fácil para a oposição. Nesse momento a mídia, como já afirmamos, assumirá claramente um posicionamento político, tornando-se mais um dos atores presentes no cenário das campanhas eleitorais.

Conforme destaca Pedro José Floriano Ribeiro, analisando uma das estratégias utilizadas pelos grupos de oposição em relação ao governo e à campanha eleitoral petista:

[...] a oposição optou por uma espécie de “estratégia inercial”: deixaria Lula e o PT vivos, mas sangrando, até as eleições de outubro de 2006, quando, após mais de um ano de desgaste por acusações nas várias CPIs criadas, escândalos, cassações etc, não seria difícil derrotá-los. (RIBEIRO, 2008, p. 72)

Contudo, o embate entre Geraldo Alkmim (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ocorrerá por intermédio de uma disputa que irá extrapolar um enfrentamento direto entre os dois candidatos, condição essa que, de alguma forma, poderia garantir uma equivalência de forças e oportunidades. Conforme já afirmamos, dentro do processo eleitoral brasileiro, a atuação da grande imprensa se fará sentir de forma bastante efetiva na defesa não somente de um candidato, mas de todo um projeto político-ideológico.

Em um estudo realizado de forma comparativa sobre o papel das mídias nas eleições de 2006 no Brasil e no Peru, Carlos Ugo Santander e Nelson Freire Penteadó destacam o comportamento da mídia em relação às denúncias de corrupção e à campanha de reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os donos da mídia aproveitaram o flagrante, dia 15 de setembro, da prisão de dois espiões da campanha petista que transportavam R\$ 1,7 milhão para a compra de dossiê contra o candidato tucano ao governo paulista, José Serra, e montou uma operação incansável de difamação contra o PT e o governo do presidente Lula. A operação aconteceu apesar de “a imprensa depender das políticas do Estado, inclusive para se manter como grupo econômico fechado, sem transparência, que não publica relatórios financeiros e nem presta contas a nenhum órgão e, por isso mesmo, é o poder tecnicamente mais irresponsável entre as instituições da jovem democracia brasileira.

Não é que o assunto não merecesse ser noticiado. O fato era relevante e tecnicamente deveria ser considerado como notícia, merecendo destaque nacional. A questão é que os setores mais conservadores da oposição ao governo do PT, apoiados pela TV Globo e os demais veículos de comunicação das Organizações Globo e todos os veículos de comunicação da chamada “grande imprensa” fizeram do assunto um “cavalo de batalha” para tentar inviabilizar a reeleição do presidente Lula. (SANTANDER ; PENTEADO, 2008, p. 31)

Somando-se, pois, à campanha de oposição ao candidato do PT, a difamação e as críticas aos principais aliados do partido serão elementos contínuos. Portanto, seguindo uma estratégia muito semelhante àquela traçada pelo jornal mexicano, *O Globo* busca marginalizar a ação do MST, contrapondo-a às estruturas democráticas do Estado Brasileiro. Mantendo o seu alinhamento a um determinado projeto político, associado a grupos de oposição ao governo, o jornal irá, em tom de denúncia e crítica, apontar para aquilo que refere como sendo uma “apropriação ideológica”, realizada pelo PT e os seus aliados (neste caso o MST), da estrutura do Estado brasileiro:

Tomando-se emprestado o estilo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode-se dizer que nunca antes neste país se viram tantos exemplos de utilização na máquina pública com fins privados – seja por interesse de partidos políticos correntes ideológicos ou pessoais. Essa distorção patrimonialista – a confusão que fazem os poderosos entre os bens e espaços públicos e privados – é, infelizmente, uma coisa nossa, bem brasileira. Mas **no governo Lula a mazela atinge proporções poucas vezes registradas.**

Logo no início da gestão, surpreendeu o vigor com que militantes, principalmente do PT, procuraram ocupar os cerca de 20 mil cargos ditos de confiança à disposição da caneta presidencial. O grande exemplo de **aparelhamento do Estado por razões ideológicas** foi, e continua sendo, o INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ali, o **governo cedeu uma parte do Estado brasileiro ao MST** e similares, numa privatização à La PT. (O GLOBO, 23/09/2006, p. 06)

Analisando-se o texto apresentado pelo *O Globo*, podemos perceber a proposição de uma situação dicotômica na qual, de um lado, encontra-se o mandatário do poder executivo

federal e o seu partido, responsabilizados por um procedimento político inadequado, evidenciando, por parte desses, uma incompreensão e, conseqüentemente, uma atitude desrespeitosa aos papéis sociais a serem desempenhados; e de outro lado, mesmo não havendo uma expressa afirmação neste sentido, sugere-se uma ação legítima dos antigos ocupantes do cargo, que atuavam, de um modo geral, em conformidade com as normas morais que regem o Estado Democrático de Direito.

No dia 15 de outubro, em reportagens que também haviam mencionado o MST no corpo de seu texto, o jornal apresenta algumas considerações acerca do PT e da ação política de Lula. Reproduzindo as impressões de Demétrio Magnoli, o jornal acaba publicando a seguinte afirmativa: “Do partido de Lula, o sociólogo tem uma visão cáustica: o PT se transformou numa máquina que atua no **subterrâneo da política.**” (O GLOBO, 15/10/ 2006, p. 01). No que se refere à postura adotada por Lula, o jornal conclui:

O lulismo está lançado como ideia de um **salvacionismo**, um **salvador da pátria**, aquele que **resolve os problemas** do país, **por cima das instituições democráticas**. Não é por acaso que o discurso durante a campanha foi **anticongresso** e **antipolíticos** e **antimídia**. A ideia das instituições, da **democracia ganha ojeriza de Lula** hoje. (O GLOBO, 15/10/2006, p. 02)

Na sequência da reportagem reproduzida acima será realizada, ainda, mais uma análise acerca do MST. Um princípio de salvacionismo, bastante equivocado segundo a percepção do texto proposto, estará também presente no discurso do movimento. Texto este que sugere, ao final, uma necessária vinculação do movimento a estruturas estatais, uma vez que esse deveria ser sustentado pelas mesmas:

O movimento, na sua origem, queria uma revolução agrária. E ainda, se você pegar os textos do MST – mas não mais a prática política -, ali está a ideia de uma revolução agrária. O que quer dizer isso? A ideia de um capitalismo de pequenos proprietários de terra, que só podem existir sem a globalização. Ou seja, um capitalismo autárquico, fechado, formado por pequenos proprietários de terra. É aquilo que a gente poderia chamar de capitalismo em um só país. Essa é a utopia básica do MST, que é uma utopia católica: a ideia de que vamos **criar um imenso rebanho** de pequenos proprietários familiares de terra, que vivem isolados do mundo pecaminoso lá fora, portanto, **um rebanho de almas**. Essa ideia, que é revolucionária, não tem nada a ver com revolução socialista, com Marx ou qualquer coisa assim, pois é um Marx sem a cidade, um Marx sem operários, portanto, um Marx sem Marx. O MST se tornou dependente da continuidade dos assentamentos, inclusive dependente do ponto de vista do seu próprio financiamento. Ele precisa assentar famílias porque assim mantém sua base social e o tributo sobre os

assentamentos, que fornece os recursos para ele existir como movimento político. Ele se transformou **num movimento político** cada vez mais **dependente de governos** que assentam. (O GLOBO, 15/10/2006, p. 02)

As críticas, contudo, não serão dirigidas unicamente, ao MST. Por vezes, como em reportagem do dia 11 de outubro, o alvo da matéria serão os aliados do movimento. A desqualificação do Movimento Sem Terra, nesse momento, deve ser compreendida ainda como mais uma das estratégias de campanha, uma vez que, após várias inferências negativas, direcionadas ao MST, o jornal irá se ocupar, também, em evidenciar as possíveis relações do movimento com determinados candidatos. Materializa-se, dessa forma, uma ofensiva política por parte do jornal que irá atingir, de maneira simultânea, dois alvos distintos: o Movimento Sem Terra e o candidato em questão.

Merece destaque, à luz destas considerações, a reportagem intitulada “PE: MST vai apoiar Eduardo Campos”. Mesmo tendo apresentado como manchete, a informação acerca da declaração de apoio do MST à candidatura de Eduardo Campos ao governo de Pernambuco, a matéria confere maior destaque, no corpo de seu texto, à decretação de prisão preventiva de Jaime Amorim (membro da Direção Nacional do MST e Coordenador Regional do movimento):

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) formaliza hoje o **apoio à candidatura do deputado** Eduardo Campos (PSB), candidato da Frente Popular ao governo de Pernambuco, que disputa o segundo turno com José Mendonça Filho, do PFL. Em nota distribuída ontem, **o MST reafirma** que, no mesmo evento, será formalizada também a **adesão à campanha do presidente** Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

A campanha eleitoral, no entanto, não é a única preocupação do MST. Jaime Amorim, coordenador regional do movimento e da direção nacional no MST, **teve sua prisão decretada ontem, pela terceira vez em três meses**, pelo juiz da 5ª Vara Criminal de Pernambuco, Joaquim Pereira Lafayette Neto. A prisão havia sido revogada no mês passado pelo Superior Tribunal de Justiça. Para o juiz, Amorim representa **‘uma ameaça à garantia da ordem pública’**. O MST distribuiu nota acusando o magistrado de ‘perseguição política’. (O GLOBO, 11/10/2006, p.16)

Pretende-se, desta forma, não somente estabelecer uma crítica ao movimento, mas, como afirmamos, estabelecer, junto ao público leitor e eleitor, uma associação de imagens a partir das quais se reafirme, além da condição criminosa do Movimento Sem Terra, um mal

estar em relação ao candidato, uma vez que ele, segundo o conteúdo da reportagem, receberia apoio de um grupo com associações ao crime.

A referida estratégia discursiva, apresentada tanto na imprensa brasileira, como na mexicana, contribuíram de forma bastante expressiva para os debates políticos nas campanhas eleitorais de 2006. As reflexões acerca do Estado Democrático de Direito, de suas instituições e de seus legítimos agentes, assumiram um papel central no referido pleito eleitoral, diferentemente da pouca expressividade alcançada em campanhas anteriores. Desta forma, as ações promovidas tanto pelo MST como pelo EZLN foram, mais uma vez, marginalizadas dentro do campo político latino-americano.

Em realidade, importantes setores das elites político-econômicas no continente buscaram, apegando-se àquela que pode ser considerada como uma de suas últimas bases de sustentação, qual seja, as estruturas do Estado Democrático, garantir o seu acesso ao poder político. Conforme afirma Hobsbawm (2007, p. 114), com relação às campanhas eleitorais e as demais estruturas do Estado Democrático:

Hoje existe um reconhecimento praticamente universal de que elas [as eleições] dão legitimidade e proporcionam aos governos, paralelamente, um modo conveniente de consultar 'o povo' sem necessariamente assumir qualquer compromisso muito concreto.

Dessa forma, promover a manutenção da referida estrutura, bem como propalá-la enquanto uma única alternativa de ação e participação política, se apresenta como uma maneira de garantir a estrutura de poder vigente. A defesa desse modelo de Estado Democrático representa a defesa, em última instância, do próprio modelo capitalista, pois, como afirma Carlo Antonio Aguirre Rojas (2010, p. 174):

Por lo demás, pensamos que esta crisis terminal de la democracia burguesa capitalista hoy realmente existente, no es más que una más de las múltiples expresiones de la crisis global y también terminal de la entera civilización capitalista.

Assim sendo, analisar a participação e as representações acerca do EZLN e do MST no transcurso dos referidos processos eleitorais auxilia o processo de compreensão tanto das dinâmicas dos agentes políticos nacionais, quanto da organização de um complexo quadro de forças políticas internacionais. Mais uma vez, concordamos que a análise dos pleitos eleitorais irá extrapolar as simples disputas partidárias para congregar, de forma bastante representativa, as principais forças e projetos políticos, atuantes em escala mundial.

CAPÍTULO III

3 Da culpabilização à criminalização do EZLN e do MST: estratégias no processo de marginalização social.

Podemos perceber que a violência conquistou, nos últimos anos, um importante espaço dentro dos estudos acerca do contexto latino-americano. Paralelo a todo um conjunto de transformações políticas e econômicas, anteriormente destacados nesta tese, o incremento da violência no continente, associado ao aumento dos índices de pobreza⁴⁶, passou a figurar como uma das principais sequelas provenientes da adoção das políticas neoliberais.

Todavia, cabe-nos destacar neste momento que, assim como refutamos o conceito de marginalização vinculado exclusivamente a padrões econômicos, a análise que propomos acerca da violência e, principalmente, do crime como uma expressão desta, não se encontram, da mesma forma, vinculados a padrões meramente estatísticos e numéricos. Em nosso entendimento, o crime e o processo de criminalização, como já afirmamos na introdução deste estudo, corresponde a uma construção social que, como o próprio processo de marginalização, conforme destacado por Zea (2005), será a expressão de um *logos* dominante. Estabelecendo um diálogo com a teoria apresentada por Leopoldo Zea e sustentado pelas análises realizadas pela Teoria da Criminologia Crítica, compreendemos que o “comportamento desviante é o que os outros definem como desviante. Não é uma qualidade ou uma característica que pertence ao comportamento como tal, mas que é atribuída ao comportamento.” (BARATTA, 2002, p. 108)

Associado ao processo de criminalização devemos destacar, contudo, um importante elemento que conduzirá as análises iniciais deste terceiro capítulo, que estão relacionadas a uma etapa que, compreendida como parte integrante do processo de criminalização, encontra-se representada pela imputação de culpa a determinados indivíduos ou grupos. Tal procedimento, que passamos a definir como um processo de culpabilização imposta aos

⁴⁶ Com relação aos índices da pobreza no México podem ser apresentados os seguintes números: “Según cifras conservadoras, en México el 42% de la población vive en la pobreza, y casi el 14% vive en pobreza extrema. [...] Según el PNUD, si se transfiriera tan solo el 5% del ingreso del 20% más rico de la población en México a los más pobres, aproximadamente saldrían de la pobreza 12 millones de mexicanas y mexicanos.” (2008, p. 2). Com relação aos números da pobreza no Brasil é indicado que “os 20% mais pobres – cerca de 32 milhões de brasileiros – dividem entre si 2,5% da renda nacional [...] Já os 20% mais ricos abocanham 63,4% da renda nacional. [...] Nossa elite é 32 vezes mais rica que aqueles que se encontram no andar térreo da escala social.” (BETTO, 1999, p. 18)

movimentos pelos seus atos e, principalmente, pelas situações decorrentes deles, figura como um primeiro estágio daquilo que a teoria do *labeling approach* irá definir como o “etiquetamento social”. Tal “etiquetamento”, que impinge ao EZLN e ao MST a condição de culpados, redundará em um padrão de conduta social em relação aos movimentos, uma vez que, como destaca Marília Denardin Budó (2008, p. 03):

[...] a reação social ao desvio gera um rótulo de desviante ao indivíduo, que leva a que o tratamento a ele dispensado pelas outras pessoas passe a ser diferente. Ou seja, de uma pessoa rotulada como desviante só se espera o desvio, e isso reduz as chances de este indivíduo agir contra este rótulo.

Assim, o agendamento proposto pela mídia, associado à veiculação de uma imagem pública de culpados aos movimentos, irá produzir, em nosso entendimento, uma condição facilitadora para a proliferação do discurso criminalizador acerca do EZLN e do MST. Como destaca Ester Kosovski (1983, p. 140):

A reação em face de situações ainda não vivenciadas, mas já conhecidas através de noticiários e principalmente de imagens, obedecerá, não aos estímulos reais de autodefesa, instinto de conservação, mas ao receio preconcebido.

Desta forma, quando neste terceiro capítulo estamos propondo uma análise que leve em consideração a culpabilização e, conseqüentemente, o processo de criminalização dos movimentos sociais, estaremos, em realidade, buscando evidenciar mais uma das formações discursivas apresentadas pelo *El Universal* e pelo *O Globo* em relação ao processo de marginalização do EZLN e do MST. O caráter criminoso atribuído às ações promovidas pelos movimentos sociais será enunciado pelos meios de comunicação de massa que, reproduzindo um discurso dominante, segundo Eugenio Raúl Zaffaroni (1991, p. 129), neste momento, irão contribuir para a indução dos “medos que legitimam e desencadeiam as campanhas de lei e ordem quando o poder das agências encontra-se ameaçado.” Estabelece-se o que Esteban Rodríguez (2000, p. 02) definiu como uma “*justicia mediática*” que, nas palavras do referido autor “*se trata de un modelo particular de investigación en que los conflictos son definidos, enjuiciados y hasta castigados periodísticamente.*” Ainda, segundo Rodríguez (2000, p. 03):

La criminalización de la actualidad produce efectos de judicialidad. El protagonismo del periodismo judicial se dispone para verificar un estado de cosas, es decir, para señalar que alguien no cumplió con lo que se había alguna vez acordado; porque la denuncia y acusación apuntan a refundar el consenso, antes que poner en evidencia un conflicto social.

Assim, para além de informar a sociedade sobre os fatos cotidianos, a imprensa irá contribuir de forma bastante expressiva, por meio da criminalização das ações dos movimentos, com uma política que visa, antes de tudo, a manutenção do controle e da ordem social. Conforme afirma Budó (2008, p. 08):

Com efeito, se a teoria do *Labeling approach* demonstrou que o crime não tem status ontológico, e é, portanto, uma construção social, a mídia opera de forma decisiva nesse processo. Os meios de comunicação de massa, portanto, auxiliam as demais instâncias de controle social na construção social da delinquência [...]

Com o objetivo de estudar os respectivos processos de culpabilização e de criminalização do EZLN e do MST, tomaremos como referencial para a nossa análise dois conjuntos de reportagens associadas a distintos momentos que, de forma direta ou indireta, foram caracterizados por grande violência e repercussão midiática, nos quais se encontravam envolvidos o EZLN e o MST. Inicialmente analisaremos o caso brasileiro por intermédio do episódio conhecido como “Massacre de Eldorado do Carajás”, ocorrido em abril de 1996, enquanto que o caso mexicano será representado pelo chamado “Massacre de Acteal”, ocorrido em dezembro de 1997. Ainda em relação ao conjunto de textos analisados para o caso mexicano, será utilizado um grupo de reportagens associadas às ações promovidas pelo governo federal no primeiro semestre do ano de 1998, quando diferentes comunidades autônomas sofreram intervenção de forças públicas.

Em um segundo grupo de reportagens, serão analisadas aquelas que, ao longo do marco cronológico estabelecido por esta pesquisa, de forma mais contundente, indicam para além da imputação de culpa, para a criminalização dos respectivos movimentos. A referida criminalização foi analisada tomando-se como referenciais três formações discursivas distintas, quais sejam: o porte de armas (característica esta sugerida para a análise de ambos os movimentos), o desrespeito às estruturas propostas pelo Estado Democrático (sugerida para

o estudo do caso mexicano) e o processo de invasões de terras (como referencial para o estudo do caso brasileiro).

3.1 De Eldorado dos Carajás à Acteal: histórias de luta e morte no campo latino-americano.

Por mais antigas que possam se apresentar as reivindicações em relação à propriedade de terras na América Latina, mobilizações estas que remontam ao período colonial, elas mantêm uma atualidade notória. No transcurso de todo o século XX, “*la movilización política y la violencia social han sido fenómenos recurrentes en la América Latina rural [...]*” (HARTLYN; VALENZUELA, 1997, p. 194). Tendo como base os embates travados entre indígenas e colonizadores, ou mesmo aqueles estabelecidos entre camponeses e *terratenedores*, a história das lutas no meio rural latino-americano foi marcada por inúmeros conflitos que cobraram, de forma muito expressiva, até os dias atuais, um número considerável de vidas.

A diversidade de conflitos estabelecidos entre grupos de camponeses e proprietários rurais, ou mesmo entre os primeiros e representantes das forças públicas, ou ainda, envolvendo grupos de pistoleiros ou paramilitares, produziram uma quantidade e uma diversidade muito grande de dados. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de um estudo realizado (CPT, 2011, Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>> . Acesso em: 28/01/2012) levando em consideração o período entre 2001 e 2010, revela que, no Brasil, 360 pessoas foram assassinadas devido a conflitos envolvendo disputas por terra. No caso mexicano, como expressão destes números associados à violência rural, recuperamos as informações apresentadas por Luis Hernández Navarro. Em relação à região de Chiapas o autor afirma (2002, p. 325):

A matança de Acteal não é senão o último elo do terror como mecanismo de governo, que se inicia em março de 1974, quando tropas do 46º Batalhão incendiaram as 29 casas de San Francisco, Altamirano, passa pelo assassinato e a incineração de doze indígenas em Wolonchán, em Sibacá, em mãos de elementos da 31ª Zona Militar, e se mantém ininterruptamente até nossos dias. Só nos três meses que antecederam ao massacre de 22 de dezembro, em Chenalhó haviam sido assassinadas 32 pessoas, a maioria delas opositoras.

Aproximamo-nos, portanto, com base nos números da violência apresentados anteriormente, de dois episódios que marcaram a história de luta dos movimentos sociais na segunda metade da década de noventa. Guardadas as devidas peculiaridades entre os dois episódios, ambos podem ser analisados como expressões das intrincadas relações de poder e interesses político-econômicos que perpassam as questões sociais nos respectivos países. Tanto Eldorado do Carajás como Acteal irão simbolizar de forma muito expressiva os mecanismos de coerção física impostos aos movimentos, como também constituirão, nesta tese, referências para a análise do processo de criminalização do MST e do EZLN.

3.1.1 Em nome da ordem, que se proceda o massacre. Mobilização e morte em Eldorado do Carajás.

A história do Estado do Pará, no qual identificamos a localidade de Eldorado do Carajás, de alguma forma, repete as experiências de outras regiões do país que se encontram afastadas dos grandes centros econômicos. O isolamento a que estas áreas foram submetidas contribuiu para o desenvolvimento e para a consolidação de uma estrutura política e econômica conservadora e excludente. Os altos índices de desigualdade social que marcam estas regiões foram produzidos a partir de um sistema de exploração da terra com base na grande propriedade e na exploração de grandes contingentes de mão-de-obra recrutada junto às camadas empobrecidas da população local.

A exploração econômica no Pará pode ser dividida e analisada, de um modo geral, a partir de três grandes momentos. Um primeiro grande ciclo econômico, advindo da década de 1920, é associado à exploração da castanha-do-pará. Em parcerias estabelecidas com o governo federal, a elite local arrendava imensas áreas de floresta tropical e, por alguns meses do ano, contratavam trabalhadores para a coleta do produto. Além dos baixíssimos salários, muitos destes trabalhadores eram submetidos a castigos físicos. A partir da década de setenta, como parte de um projeto de integração nacional promovido pelo governo militar, grandes empresas nacionais e internacionais adquirem terras na região. Com relação à aquisição de terras empreendida pela empresa Volkswagen, Sue Branford e Jan Rocha (2004, p. 182) destacam:

A Volkswagen, por exemplo, fundou uma fazenda do tamanho da Grande São Paulo. As empresas chegavam para desmatar a área e encontravam posseiros já estabelecidos naquelas terras. Enviavam, então, pistoleiros para desocupá-las. De 1984 a 1986, a Volkswagen tinha de 700 a 800 peões que trabalhavam em sua fazenda, em condições próximas da escravidão.

Finalmente, a partir de 1980, uma terceira fase do processo de exploração econômica da região terá início. Esta fase será caracterizada pelo desenvolvimento da exploração mineral. Tal atividade estará representada, tanto pela exploração do garimpo de Serra Pelada, como pelo projeto minerador coordenado pela Companhia Vale do Rio Doce.

A este contexto de exploração econômica que caracteriza o Pará, devemos somar ainda um outro elemento que marca de forma muito expressiva a região: a violência. Além da grande violência imposta pelo governo federal no processo de desarticulação da ação guerrilheira na região do Rio Araguaia no início da década de setenta, lembrança esta que ainda hoje se mantém viva⁴⁷, a população local convive, historicamente, com a violência imposta aos posseiros na região que, ao não se submeterem às determinações da elite local, são transformados em vítimas desta mesma elite. Com relação a alguns números referentes à violência no Pará, destaca Eric Nepomuceno (2007, p. 58)

No cenário de violência do campo brasileiro, o Pará se consolidou como o principal produtor de mortos. Entre 1994 e 2004, pelo menos 173 pessoas foram assassinadas, outras 501 viveram sob permanente ameaça de morte e houve pelo menos 837 conflitos violentos entre pistoleiros a serviço dos latifundiários e agricultores. Considerando-se a estatística desse horror, o Pará surge, disparado, como paladino e estandarte: 45% dos trabalhadores rurais assassinados no Brasil a cada ano foram mortos ali, em meio ao vendaval de violência cuja dinâmica não cessa. Em 1996, a participação do Pará no total de trabalhadores rurais assassinados no país alcançou o auge: 72%.

Será, pois, dentro do referido contexto, que o MST passará a atuar. Mesmo que a presença do movimento na região do estado do Pará possa ser associada a meados da década de oitenta, é possível indicar que a consolidação de suas ações viria a ocorrer tão somente na

⁴⁷ “É uma coisa até hoje impressionante. O medo das pessoas ainda não passou”, disse Maria Célia Nunes Coelho, geógrafa do Núcleo de Estudos Avançados da Amazônia. “Eles transmitiram isso para os filhos, o medo, o terror. Medo das torturas, da repressão, porque isso representou para eles custo de vidas. Muitos perderam os filhos”. (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 183)

década seguinte⁴⁸. As disputas envolvendo o MST e a Companhia Vale do Rio Doce marcaram de forma expressiva a presença do movimento na região. Em 1994, um grupo de 2000 famílias ocuparam terras da empresa, bem como realizou um acampamento formado por integrantes do movimento em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Marabá, em maio de 1995, que culminou com uma nova ocupação de áreas da fazenda Rio Branco⁴⁹, a qual o INCRA posteriormente iria adquirir junto aos seus proprietários e repassar aos sem terra.

A partir destas mobilizações, as ações do movimento na região não cessaram e, em novembro de 1995, o movimento dirigiu-se para a região de Curionópolis, montando acampamento à beira da estrada e definindo a fazenda Macaxeira⁵⁰ como o alvo de uma nova ocupação. Mesmo a fazenda recebendo, em março de 1996, a avaliação de área produtiva por parte do INCRA, o MST procede à ocupação de um de seus lotes. No mês seguinte, frente ao silêncio das autoridades locais, o movimento organiza uma marcha, com aproximadamente 4000 integrantes, que iria se deslocar da fazenda Macaxeira até a sede do INCRA em Marabá e, posteriormente, até Belém. Dentre os objetivos da marcha, os representantes do Movimento Sem Terra almejavam conseguir uma audiência com o superintendente estadual do INCRA, Walter Cardoso, e com o governador Almir Gabriel (PSDB), a fim de exigir destes a desapropriação do complexo da Macaxeira para fins de reforma agrária.

Paralelo ao processo de organização do MST, representantes de organizações vinculadas aos proprietários rurais⁵¹ mantinham reuniões com os secretários de Segurança, Paulo Sette Câmara, de Interior e Justiça, Aldir Viana, e com o próprio governador do estado, Almir Gabriel. Com relação ao teor de uma destas reuniões, Eric Nepomuceno (2007, p. 133) afirma:

⁴⁸ “O MST estabeleceu sua presença no Pará, a meados da década de 1980, durante o ponto alto da luta dos posseiros. No entanto, só se tornaria uma organização verdadeiramente autônoma e operante na década de 1990. O lento progresso do MST refletiu uma série de fatores. Um dos mais significativos foi a tradição de luta dos posseiros. [...] Além disso, quando o MST finalmente começou a organizar as próprias ocupações no Pará, o contexto político para a reforma agrária em nível nacional havia piorado e era difícil obter concessões. No entanto, na década de 1990, o MST consolidou bases no estado e conquistou algumas importantes vitórias na região de Marabá. Com isso foi acumulando forças para a disputa com a estrutura de poder da oligarquia local.” (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 265)

⁴⁹ A fazenda Rio Branco corresponde a uma grande propriedade na região de Carajás, controlada pela família Lunardelli, e é considerada como uma das maiores produtoras de café dos estados de São Paulo e Paraná. (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010)

⁵⁰ A fazenda Macaxeira corresponde a uma propriedade de 42.000 hectares localizada entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás. Mesmo tendo sido dividida em alguns lotes, a família Pinheiro, representante da tradicional oligarquia de Marabá, ainda se mantinha como proprietária de parte da fazenda. (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010)

⁵¹ As organizações representadas no encontro foram: o Sindicato dos Produtores Rurais de Curionópolis, o Sindicato dos Ruralistas de Marabá e a Federação dos Fazendeiros do Estado do Pará.

Todos, principalmente o governador, ouviram exigências claras de ações mais duras contra o MST. Sete Câmara recebeu uma lista com os nomes das lideranças consideradas mais perigosas. Por uma ironia das coincidências, foram listados 19 nomes – o mesmo número de mortos em Eldorado do Carajás.

No dia 10 de abril teve início a caminhada. Após cinco dias de caminhada, padecendo com a fome, o cansaço e as doenças, os manifestantes resolveram promover um ato de protesto bloqueando a rodovia PA-150, considerada a principal via de acesso entre Marabá e o sul da região de Carajás. Em negociações com representantes da Polícia Militar, os sem terra desocuparam a rodovia, mediante a promessa de oferta de transporte feita pela PM, que levaria parte dos manifestantes para Marabá e outro grupo para Belém. Em decorrência do descumprimento do acordo, os manifestantes retomaram o bloqueio da rodovia no dia seguinte.

Analisando o saldo do embate ocorrido entre os manifestantes do MST e as tropas militares, Sue Branford e Jan Rocha (2004, p. 191) afirmam:

No fim da operação, havia 19 mortos e nenhum ferido, o que confirma as afirmações das testemunhas oculares dos sem terra: terminado o conflito, a polícia matara, a sangue frio, todos os feridos que não conseguiram sair da estrada. Treze dos mortos eram líderes locais do MST, fato que é coerente com as alegações do movimento de que, com o auxílio de pistoleiros das glebas, a política visava as pessoas-chave.

O processo de desobstrução da rodovia, levado a cabo pela Polícia Militar do Pará, em 17 de abril de 1996, quando 19 pessoas⁵² foram assassinadas, transformou-se em uma das mais violentas ações contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na história dos conflitos agrários em todo o país.

⁵² Foram vítimas do massacre em Eldorado do Carajás: Altamiro Ricardo da Silva, 42 anos; Antônio Costa Dias, 27 anos; Raimundo Lopes Pereira, 20 anos; Leonardo Batista de Almeida, 46 anos; Graciano Olímpio de Souza (Badé), 46 anos; José Ribamar Alves de Souza, 22 anos; Oziel Alves Pereira, 17 anos; Manoel Gomes de Souza, 49 anos; Lourival da Costa Santana, 26 anos; Antônio Alves da Cruz, 59 anos; Abílio Alves Rabelo, 57 anos; João Carneiro da Silva; Antônio, conhecido como “Irmão”; José Alves da Silva, 65 anos; Robson Vitor Sobrinho, 25 anos; Amâncio dos Santos Silva, 42 anos; Valdemir Ferreira da Silva, conhecido como “Bem-Te-Vi”; Joaquim Pereira Veras, 32 anos; João Rodrigues Araújo. Pela falta de documentação, não foi possível identificar a idade de algumas das vítimas.

3.1.2 Entre constitucionais e autônomos, a violência como garantidora da ordem social em Chiapas

O estado de Chiapas, local de origem e atuação do EZLN, corresponde dentro do contexto mexicano, como já indicamos anteriormente, a uma das mais pobres regiões do país. Conhecida como México profundo, a região possui uma longa história de migrações populacionais, de disputas políticas, de conflitos étnicos e por posse de terras, de exploração e subdesenvolvimento econômico. Dentro do estado de Chiapas a região de Acteal acompanha a mesma lógica de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) que caracteriza o estado.

A origem do EZLN em 1º de janeiro de 1994, contribuiu de forma muito expressiva em um processo de transformações políticas e sociais na região. Frente à atuação política zapatista, antigas relações e estruturas de poder passaram a ser questionadas colocando em risco o controle político e econômico exercido pelos grandes proprietários de terra da região. Com relação aos processos eleitorais, levados a cabo na região de Chiapas até, pelo menos, a década de sessenta, Anna María Garza Caligaris (2007, p. 92) afirma:

Durante este período las elecciones no respetaban las normas legalmente establecidas, pero tampoco se realizaban de acuerdo con lo que, ahora se nos dice, dicta la tradición; es decir, un plebiscito en el que debía participar toda la población. El Comité Municipal del Partido Revolucionario Institucional (PRI) y los integrantes del ayuntamiento en funciones elaboraban una lista de quienes, a su juicio, debían formar parte del siguiente gobierno, y luego sometían sus propuestas para su rectificación o ratificación ante las pasadas autoridades.

Evidencia-se, desta forma, a clara autoridade exercida, durante longa data, por lideranças vinculadas ao PRI na região. Divulgava-se junto à população indígena-camponesa, segundo Caligaris (2007), que romper ou opor-se ao partido e às suas determinações representava colocar em risco a unidade e a harmonia das comunidades locais. As relações de *caciquismo* e os atos de coerção, tanto física como política, foram parte integrante da história social da região.

O referido contexto político-social irá sofrer importantes alterações a partir da atuação de dois novos atores políticos que se apresentarão para a localidade a partir de meados dos anos setenta. O primeiro deles corresponde à nomeação, para a diocese de *San Críóbal de las Casas*, do bispo Samuel Ruiz, membro religioso declaradamente vinculado à Teologia da

Libertação. O segundo elemento político a ser considerado, tendo como base o referido período, corresponde ao surgimento do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST), compreendido como a primeira grande organização partidária de oposição ao PRI a atuar na região. A partir da atuação destes dois novos atores e, associados a um conjunto de outras organizações camponesas-indígenas, María Del Carmen Legorreta Díaz (2007, p. 130) destaca sobre as experiências de mobilizações políticas na região:

En el período que va de 1970 a 1994 las representaciones sociales tradicionales de los indígenas experimentaron su más importante transformación, al tener éstos acceso a nuevas relaciones sociales y a la formación política e ideológica relativamente masiva que les proporcionaban los agentes de la teología de la liberación y otros militantes de izquierda.

Cabe destacar que o ingresso destes novos atores políticos na região de Chiapas e, mais especificamente, a influência que passaram a exercer progressivamente em diferentes municípios, não ocorreu de forma amistosa e nem tampouco pacífica. Somados à emergência do EZLN e, posteriormente, à constituição dos municípios autônomos, tais elementos provocariam sérios abalos nas estruturas de poder vigentes.

Em resposta à organização destes diferentes grupos e buscando manter o poder e os interesses de setores *terratinentes* e das tradicionais lideranças priístas, uma série de grupos paramilitares foram organizados e passaram a atuar em Chiapas. Martín Álvarez Fabela (2008, p. 59-60) analisa da seguinte forma a atuação de grupos paramilitares:

Los grupos paramilitares son un pilar de la denominada “guerra de baja intensidad”, puesta en práctica en muchos puntos del orbe, y que plantea la formación de grupos contra-insurgentes para debilitar al adversario, sembrar el terror y la división de las poblaciones en resistencia desde adentro – realizan el trabajo sucio, y evitan que los ejércitos se manchen las manos -, fomentando un ambiente de intolerancia política, religiosa, económica y cultural. En el sureste mexicano, dichos grupos han sido impulsados por quienes detentan el poder económico y político, lo mismo por autoridades locales que por presidentes municipales, diputados, o funcionarios del gobierno estatal y federal, y reciben adiestramiento de los cuerpos de seguridad y del propio ejército.

A diversidade de organizações paramilitares é bastante grande estando associada a nomes como *Chinchulines*, *Los Aguilares*, *Organización Clandestina Revolucionaria*, *Los*

Tomates, Mascara Roja, Los Chentes, Frente Civil, Los Puñales, Los Carrancistas, Alianza San Bartolomé de los Llanos, Los Quintos. Dentre estes grupos destacam-se ainda as organizações conhecidas como *Paz y Justicia* e o *Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista* (MIRA). Ambos os movimentos, sob orientação política priísta, fundados respectivamente em 1995 e em 1998, atuam em oposição à presença zapatista na região. Análises realizadas pelo *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas* apresentam indícios da participação de deputados e ex-deputados priístas no financiamento e na proteção políticas dos grupos.

A atuação de grupos paramilitares na zona de *Los Altos* e, mais especificamente, na região do município de *San Pedro Chenalhó*, assumiu um caráter mais intenso a partir de 1996 quando o EZLN dará origem a mais um Município Autônomo⁵³ na região, tendo como base a localidade de *Polhó*. Mesmo estando em curso um processo de negociação e diálogo pela paz na região, envolvendo além das lideranças do município constitucional de *San Pedro Chenalhó* e representantes do município autônomo de Polhó, integrantes de entidades como a *Comisión Nacional de Intermediación* (CONAI) e da *Comisión Nacional de Derechos Humanos* (CNDH), a violência em *Los Altos* atinge cifras muito elevadas. Segundo dados apresentados pela CONAI, nos três últimos anos 11.443 pessoas foram despejadas das suas moradias e, somente no ano de 1997, foram registradas aproximadamente 500 mortes violentas⁵⁴.

O incremento da violência ocorre ente maio e dezembro de 1997, quando as ações de grupos paramilitares de orientação priísta, a partir das comunidades de *Los Chorros* e *Ejido Puebla*, iniciam ataques às comunidades zapatistas e aos membros da organização conhecida como *Las Abejas*⁵⁵. As ações paramilitares desenvolvidas podem ser compreendidas a partir

⁵³ Os chamados *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ) são territórios sob o controle de bases de apoio zapatista, fundados a partir de dezembro de 1994. A partir de 2003, a estrutura administrativa dos Municipios Autônomos e das áreas sob o controle zapatista passa por significativas transformações, dentre as quais podemos identificar um desligamento das autoridades civis eleitas pelos MAREZ das autoridades militares pertencentes ao EZLN. Com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento político, econômico e social dos diferentes MAREZ, a partir de uma reorganização espacial, foram criados os chamados *Caracoles* (grandes áreas que congregam diferentes MAREZ) e que são coordenados por coletivos dirigentes conhecidos como *Juntas de Bueno Gobierno*. (MONJARDÍN, MILLÁN: 1999; CAL Y MAYOR: 2005; AGUIRRE ROJAS:2010a; AGUIRRE ROJAS:2010b).

⁵⁴ Informações obtidas em artigo publicado no site do grupo *Servicio Internacional por la Paz* (SIPAZ), sob o título de *La violencia se extiende como epidemia em Chiapas*. Disponível em: <<http://www.sipaz.org/informes/vol3no1>> Acesso em: 23 abr. 2012.

⁵⁵ A *Sociedad Civil Las Abejas* é considerada um movimento social pacifista que luta pelo respeito aos direitos indígenas. Simpatizante da causa zapatista, *Las Abejas*, contudo, não apoiam a opção de luta armada realizadas pelo EZLN. Sua origem remonta a dezembro de 1992, quando um grupo de aproximadamente 200 pessoas, de 8 comunidades distintas do município de Chenalhó, após uma manifestação pública na qual solicitavam a soltura

de duas distintas fases. Conforme destaca Fabela (2008, p. 62) em relação às características da primeira fase, as ações paramilitares compreenderiam:

1) Presionar a los habitantes de las comunidades, para definir claramente su adscripción; 2) recabar dinero para la compra de armamento mediante impuestos de guerra; 3) amenazar públicamente con la expulsión de sus comunidades a quienes no estuvieran de acuerdo con su modo de actuar; 4) promover la división interna de acuerdo al perfil religioso, lo que se tradujo en hostigamiento hacia los católicos departe de los presbiterianos o evangélicos, adscripciones religiosas mayoritarias de las comunidades que controlaban los paramilitares; 5) hacer incursiones en la periferia de las comunidades, lanzando disparos al aire; 6) salir de entre los caminos para atemorizar a los transeúntes; 7) usar una violencia psicológica contra las mujeres bases de apoyo; 8) confrontar al bando opuesto, para generar enfrentamientos valiéndose de problemas de antaño, como es el caso de los diferendos sobre la posesión de la tierra, y 9) iniciar secuestros o en su caso asesinatos.

Superada esta primeira fase, um segundo grupo de ações foi adotado pelas organizações paramilitares a partir de setembro de 1997. Dentro deste segundo grupo, as práticas assumem um caráter ainda mais violento. Novamente, nos utilizamos da análise realizada por Fabela (2008, p. 62) a fim de visualizarmos as ações dos paramilitares.

1) Realizan incursiones a comunidades con alta presencia de bases de apoyo, o de miembros de Las Abejas, lo que genera la salida temporal de la población. A su paso, queman casas y roban enseres y pertenencias, para que al volver, sus moradores encuentren los rastros del despojo. También, en ocasiones, dejan un sutil mensaje, pues las muñecas aparecen con la cabeza cortada; 2) aumento de los asesinatos, incluso de sus propios disidentes, que luego son atribuidos a las bases de apoyo zapatistas; 3) secuestro de familias enteras, en las comunidades donde los paramilitares asientan sus fuerzas; 4) expulsión definitiva de los “contrarios”, sin posibilidad de retorno y bajo amenaza de pena de muerte; 5) robo de la producción de café, para lo que también se echó mano de pobladores forzados a realizar la cosecha y la carga de costales; 6) secuestros de poblaciones enteras, que son obligadas a trasladarse a otros lugares ya bajo control paramilitar, en comunidades cercadas donde nadie puede salir; 7) imposición de castigos físicos a los que se negaban a cooperar, - como amarrar a los hombres en postes en el centro de las comunidades, o arrastrarlos también amarrados de vehículos -, y en el caso de las mujeres, eran obligadas a trabajar en la elaboración de alimentos para los paramilitares.

de indivíduos que haviam sido presos injustamente por um crime que não haviam cometido, decidem criar uma nova organização civil.

Será, então, inserido neste contexto de extrema instabilidade política e social, que ocorrerá, na localidade de *Acteal*, um dos mais violentos golpes às bases de apoio zapatista. No dia 22 de dezembro, chega a *Acteal* um grupo de aproximadamente 100 paramilitares, fortemente armados, que irá promover o assassinato de, pelo menos, 45 indígenas⁵⁶ que rezavam em uma capela.

3.1.3 Das margens da rodovia às manchetes do jornal: o discurso jornalístico no processo de culpabilização do MST.

No dia seguinte ao conflito ocorrido em Eldorado do Carajás, a visibilidade atribuída ao fato ainda era reduzida, mesmo que na capa *O Globo* já estampasse a manchete “PM mata 19 sem terra em conflito no sul do Pará” (*O GLOBO*, 18/04/1996, p. 01), a edição do dia 18 de abril apresentava apenas duas pequenas reportagens envolvendo o MST. Uma das reportagens, presentes já na primeira 1ª edição, estava relacionada a um processo de ocupação de terras promovido pelo MST no estado do Paraná e a outra, que irá figurar juntamente com a primeira somente na 3ª edição do jornal, fará referência ao conflito envolvendo policiais militares e membros do Movimento Sem Terra no sul do Pará.

Mesmo contando com uma amostragem ainda bastante reduzida, já é possível, a partir destas, identificar claramente um elemento que será uma constante nas demais matérias⁵⁷ que irão versar sobre o tema, qual seja: a atribuição de culpa pelo conflito sendo dirigida ao MST. Em uma reportagem na qual as informações sobre o contexto do conflito ainda não são encontradas em profusão, *O Globo* (18/04/1996, p. 09) afirma: “O **confronto ocorreu**

⁵⁶ Correspondem às 45 vítimas do massacre cometido em *Acteal*: María Pérez Oyalte, 43 anos; Martha Capote Pérez, 12 anos; Rosa Vázquez Luna, 24 anos; Marcela Capote Ruiz, 29 anos; Marcela Pucuj Luna, 67 anos; Loida Ruiz Gómez, 6 anos; Catalina Luna Pérez, 21 anos; Manuela Pérez Moreno, 50 anos; Manuel Santiz Culebra, 57 anos; Margarita Méndez Paciencia, 23 anos; Marcela Luna Ruiz, 35 anos; Micaela Vázquez Pérez, 9 anos; Josefa Vázquez Pérez, 5 anos; Daniel Gómez Pérez, 24 anos; Sebastián Gómez Pérez, 9 anos; Juana Pérez Pérez, 33 anos; María Gómez Ruiz, 23 anos; Victorio Vázquez Gómez, 2 anos; Verónica Vázquez Luna, 22 anos; Paulina Hernández Vázquez, 22 anos; Juana Pérez Luna, 9 anos; Roselina Gómez Hernández (?); Lucía Méndez Capote, 7 anos; Graciela Gómez Hernández, 3 anos; Marcela Capote Vázquez, 15 anos; Miguel Pérez Jiménez, 40 anos; Susana Jiménez Luna, 17 anos; Rosa Pérez Pérez, 33 anos; Ignacio Pucuj Luna, 62 anos; María Luna Méndez, 44 anos; Alonso Vázquez Gómez, 46 anos; Lorenzo Gómez Pérez, 46 anos; María Capote Pérez, 16 anos; Antonio Vázquez Luna, 17 anos; Antonia Vázquez Pérez, 21 anos; Marcela Vázquez Pérez, 30 anos; Silvia Pérez Luna, 6 anos; Vicente Méndez Capote, 5 anos; Guadalupe Gómez Hernandez, 2 anos; Micaela Vázquez Luna, 3 anos; Juana Vázquez Luna, 1 ano; Alejandro Pérez Luna, 15 anos; Juana Luna Vázquez, 45 anos; Juana Gómez Pérez, 51 anos; Juan Carlos Luna Pérez, 2 anos.

⁵⁷ Dentro do recorte cronológico proposto, no qual se levou em consideração as matérias apresentadas nas publicações do *O Globo* correspondentes ao período de 30 dias que sucederam ao conflito, foram analisados um total de 72 reportagens.

porque os manifestantes – cerca de 1.500 – que **interditaram a Rodovia PA-130**⁵⁸, que liga os municípios de Curionópolis e Marabá.” Na mesma reportagem, além da interpretação apresentada pelo próprio jornal, é ouvido o comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Parauapebas que “justificou o massacre, alegando que **os policiais jogaram bombas de efeito moral na rodovia** para dispersar os colonos e, **em troca, foram recebidos a tiros**. Em represália, ordenou o revide.” (Idem, ibidem).

A linha editorial que vai imputar ao MST a culpa pelo conflito e, conseqüentemente, pelas mortes, se fará presente em diversas reportagens. No dia 19 de abril um número considerável de matérias foi veiculado pelo jornal, dentre as quais encontramos, por diversas vezes, no discurso produzido pelo próprio jornal ou a partir da fala de diferentes representantes, a atribuição de culpa ou mesmo a identificação de elemento motivador da agressão relacionada ao MST. Em texto apresentado na capa da edição do dia 19, *O Globo* (O GLOBO, 19/04/1996, p. 01) destaca:

Enviada pelo governador do Pará, Almir Gabriel, para acabar com a manifestação dos sem terra que bloqueavam a Rodovia PA-150, no Sul do estado, a PM do Pará cometeu um massacre na tarde de quarta-feira, na localidade de Eldorado de Carajás. **Recebidos com paus, pedras e foices, os policiais responderam** com rajadas de metralhadoras. [...] O governador disse que a PM não teve culpa, mas afastou o comandante da operação, coronel Mário Pantoja.

Na mesma edição do dia 19, em reportagem sob o título de “Massacre no Eldorado de Carajás. **Policiais tentam tirar** manifestantes de rodovia, **grupo reage** e vira alvo de metralhadoras.” (O GLOBO, 19/04/1996, p. 03), intercalando depoimentos de militantes do MST e de autoridades locais, em diferentes momentos, o MST é responsabilizado pelo início do confronto.

A PM foi chamada pelo governador Almir Gabriel para desobstruir a rodovia PA-150. Foram enviados dois destacamentos da PM, um de Parauapebas e outro de Macapá, que chegaram de ônibus e carregando munição pesada. Os **PMs foram recebidos com paus, pedras, foices e enxadas pelos agricultores**. [...]

⁵⁸ A reportagem do dia 18 de abril (p. 09) informa que a rodovia no Pará na qual ocorreu o conflito foi a PA-130, quando, em realidade o evento se deu na PA-150. Nas demais reportagens a informação é apresentada de forma correta, como sendo a rodovia PA-150 o local do confronto.

O **Secretário de Segurança Pública do Pará**, Paulo Sette Câmara, disse que houve excessos por parte da PM e também dos sem terra. Segundo ele, **os sem terra atiraram primeiro, atingindo um PM** e provocando uma reação estúpida dos companheiros, que passaram a atacar. O secretário disse que **outros quatro PMs foram feridos**.

Constando na mesma página da qual foram extraídos os trechos acima, uma coluna de opinião, sob o título de “Catástrofe Anunciada” (O GLOBO, 19/04/1996, p. 03), apresenta o seguinte texto:

A questão da terra, no Brasil é **explosiva**. Ela é o ponto de encontro de diversos complicadores: confusão assustadora na titulação das propriedades; modificação das práticas agrícolas, com a perda de postos de trabalho; **politização preocupante** de um movimento como o **dos sem terra**, que **recolhe algumas bandeiras perdidas** com o colapso das ideologias – e que acaba de encerrar uma invasão em grande escala numa fazenda do Paraná; lentidão no processo de assentamentos prometidos pelo Governo.

Assim, inserido em um contexto de reportagens que buscavam noticiar os eventos ocorridos no sul do Pará, o texto supracitado apresentará uma reflexão na qual propõe um questionamento em relação aos reais objetivos defendidos pelo Movimento Sem Terra. Buscando evidenciar a vinculação do MST a “**bandeiras perdidas**”, *O Globo* sugere o desenvolvimento de um processo de politização e ideologização do movimento, procurando dissociá-lo das reivindicações referentes à reforma agrária. Neste mesmo sentido, procurando distanciar o movimento de suas bases camponesas, ainda no mesmo dia 19, *O Globo* destaca a organização e a estrutura “empresarial” assumida pelo movimento.

A produção dos **sem terra** não se limita aos vegetais que plantam. Para **manter seus líderes** e montar acampamentos, o **Movimento dos Sem Terra** tem na sua retaguarda – fontes para manter seus líderes – **quase cem pequenas empresas** produtivas que lhe dão o necessário **suporte financeiro**.

O MST virou **holding** de uma série de empreendimentos, que incluem **fábricas de jeans** em Santa Catarina, **dois pequenos frigoríficos** no Paraná, **empresa de beneficiamento de leite** no Rio Grande do Sul e **50 agroindústrias**.

Desta forma, pelo teor das reportagens apresentadas, o processo de culpabilização do MST pode ser caracterizado, inicialmente pela imputação de culpa pelo bloqueio da via e

enfrentamento com a PM, seguido por um segundo momento, no qual ao movimento e às suas lideranças serão atribuídos interesses outros que não aqueles relacionados propriamente à reforma agrária, culminando com o texto apresentado em reportagem como a do dia 25 de abril, no qual o teor ofensivo e belicoso é associado exclusivamente ao movimento e aos seus representantes.

Com relação a esta última reportagem mencionada, a leitura conjunta do “olho da reportagem” e da sua manchete (assim mesmo, de forma “invertida”) produz uma imagem bastante contundente acerca da conduta violenta assumida pelo movimento. Anuncia o “olho da reportagem”: **“Matança no campo: MST avisa que trabalhadores rurais estão perdendo a paciência e têm organização suficiente para lutar”**. Associada a ele, lê-se na manchete da reportagem: **“Rainha ameaça: Pontal é o próximo barril de pólvora.”** (O GLOBO, 25/04/1996, p. 12). No corpo da reportagem ainda será ratificado o teor da manchete, podendo ser lido o trecho de uma manifestação de José Rainha, uma das principais lideranças do movimento: **“O Brasil vai virar de pernas para cima. Essa joça vai explodir a qualquer momento. E o Governo Fernando Henrique será responsável por outras tragédias, porque cortou o orçamento do INCRA, mas deu verba para salvar bancos falidos – disse Rainha.”** (O GLOBO, 25/04/1996, p. 12).

O discurso associado ao MST, apresentando-o como uma ameaça, deixa transparecer, segundo Marocco e Berger (2005), “a intenção de focar certas pessoas e tornar transparentes os comportamentos virtualmente ‘perigosos’ para salientá-los entre a população em geral e combatê-los. Essa visibilidade transformará o indivíduo em um ‘espetáculo’ público, aberto à inspeção, à observação e à interrogação”.

Paralelo às acusações dirigidas ao movimento, outro conjunto de reportagens pode ser identificado. Neste segundo grupo encontramos reunidos textos que, em contraponto às ações promovidas pelo MST, buscam construir uma imagem positiva em relação ao governo federal, colocando-o como um importante agente no processo de pacificação e reestruturação da estrutura fundiária brasileira. Além de reafirmar a sua postura governista, característica que, como destacamos, acompanhou *O Globo* ao longo de sua história, o jornal assume neste momento uma postura maniqueísta, propondo uma divisão entre o bem e o mal, típico do pensamento criminológico positivista.

À imagem belicosa produzida acerca do Movimento Sem Terra será contraposta a imagem pacificadora e propositiva atribuída a Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se, neste

sentido, a sequência de reportagens de capa que o jornal dedica a Fernando Henrique, colocando-o na condição de protagonista do processo de reforma agrária no país, passados, tão somente, três dias do massacre: “**FH: sem punição** país cairá em descrédito” (O GLOBO, 21/04/1996, p. 01); “**Governo vai desapropriar hoje** a fazenda do massacre.” (O GLOBO, 22/04/1996, p. 01) e “**FH decide criar ministério para a Reforma Agrária.**” (O GLOBO, 23/04/1996, p. 01).

No corpo das reportagens apresentadas pelo jornal, a fala do presidente é uma constante, destacando firmemente as suas intenções em levar adiante o processo de reforma agrária. Em reportagem do dia 20, novamente, a combinação do “olho da reportagem” e da manchete conduzem a leitura e a interpretação da mesma em favor do governo federal. “**Projetos estão parados** e corporativismo garante impunidade”. “**Presidente convoca Judiciário e Legislativo para acelerar processo de reforma agrária.**” (O GLOBO, 20/04/1996, p. 05).

Além de promover de forma bastante abrangente a divulgação das intenções do governo federal em relação à questão fundiária, noticiando o desejo de Fernando Henrique em criar um ministério para a reforma agrária⁵⁹, o jornal procura destacar todo um conjunto de realizações, já promovidas pelo governo, no setor agrícola. Destaca o jornal em edição do dia 19 de abril (O GLOBO, 19/04/1996, p. 05)

Em um ano e dois meses, segundo dados divulgados ontem pelo INCRA, o **Governo federal desapropriou 2,19 milhões de hectares** de terras e **assentou cerca de 52 mil famílias** em todos os estados do Brasil. Os números do INCRA mostram que a **primeira desapropriação**, da fazenda Indiana (Maranhão), foi feita logo **no primeiro dia do Governo Fernando Henrique**, em 1º de janeiro de 1995. Os dados só estão consolidados até o dia 1º de março passado, quando parte da fazenda Morretes (Paraná) foi desapropriada para fins da reforma agrária.

As **metas de assentamentos do Governo Fernando Henrique são ambiciosas**. Até o **fim deste ano**, o INCRA pretende assentar pelo menos **60 mil famílias**. Em **1997**, segundo estimativa oficial, outras **80 mil famílias** sem terra deverão ser assentadas. E, **no último ano** do Governo, **mais cem mil** assentamentos devem ser realizados. **No ano passado, foram assentadas 42,9 mil famílias.**

⁵⁹ “**FH pensa em criar ministério** vinculado à Presidência só **para a reforma agrária.**” (O GLOBO, 22/04/1996, p. 04). “A **recriação** de um ministério especial para reforma agrária, autônomo e independente da Presidência da República, **deverá ser anunciado até o fim da semana pelo presidente Fernando Henrique Cardoso [...]**” (O GLOBO, 23/04/1996, p. 03)

No processo de elaboração de uma imagem positiva de Fernando Henrique, *O Globo* também irá se preocupar em destacar o sentimento de consternação vivido pelo presidente. Em sua coluna, Franklin Martins descreve (O GLOBO, 22/04/1996, p. 04):

Quem esteve com **Fernando Henrique Cardoso** nos últimos dias diz que sua **indignação com a matança** do Sul do Pará é sincera e intensa. **O presidente fará tudo** a seu alcance para que os responsáveis pela chacina **sejam exemplarmente punidos** e está disposto a **transformar a reforma agrária em uma das prioridades de seu Governo**.

Contudo, as falas apresentadas pelo próprio presidente, além de trabalharem a sua própria imagem, também serão responsáveis por reforçar as críticas ao Movimento Sem Terra. Transcrevendo a fala do presidente, a indicação da existência de agitadores no campo é bastante clara:

Em Porto Seguro, Fernando Henrique **criticou grupos políticos organizados no campo** que **preferem agitar** a trabalhar.

- Queremos, sim, um Brasil onde todos encontrem trabalho, onde a terra seja dada a quem nela vá trabalhar, mas não a quem nela vá agitar. A quem nela vá, com o suor de seu rosto, sustentar seu filho, **mas não àqueles que querem explorar a tragédia de uns poucos**, em benefício de **pequenos grupos políticos organizados**. Esses, não. (O GLOBO, 23/04/1996, p. 03)

No mesmo dia 23, em nova reportagem, sob a manchete de “**FH condena exploração política do massacre do Pará**”, é reafirmada a crítica ao MST:

Em seu pronunciamento, **o presidente condenou a exploração política do massacre** ocorrido em Eldorado de Carajás, disse que gostaria de fazer seus os gritos dos que pediam justiça e dirigiu um apelo aos dirigentes de partidos em Brasília:

- Peço que nós todos nos unamos para gritar o mesmo grito que um punhadinho aqui grita: Justiça! Justiça no Brasil! Justiça e democracia! Eu faço agora um apelo, não só aos que estão aqui nessa praça, mas aos responsáveis, aos dirigentes dos partidos, àqueles que estão lá em Brasília, aos que estão dirigindo os partidos políticos pelo Brasil afora. Não está na hora de nos dividirmos, não está na hora de precipitarmos temas desnecessários, **não está na hora de explorarmos os cadáveres**. Está na hora, sim, de chorar cadáveres, de impedir que eles se repitam.

Assim, mediante os discursos apresentados em relação ao episódio de Eldorado do Carajás, *O Globo* contribuirá de forma bastante expressiva no processo de culpabilização do MST atribuindo, conforme destaca Roberto Cordoville E. de Lima Filho (2006) “culpa aos sujeitos oprimidos pela sua própria condição”, o que, em realidade, nada mais é do que “um instrumento discursivo da classe opressora que, culpando os/as oprimidos (as), se desresponsabiliza pela relação de opressão”. O Estado transformado em sujeito moral, apresentado como conhecedor das verdadeiras necessidades sociais, é contraposto à imagem do Movimento Sem Terra que, dentro da formação discursiva proposta, é responsável por ações desviantes, criminosas, fato que o separa dos demais setores da sociedade civil.

3.1.4 Culpados pela construção de autonomias: a imputação de culpa pelo massacre de Acteal ao EZLN.

Passados aproximadamente quatro anos da primeira ação desenvolvida pelo EZLN, a constituição de uma imagem pública do movimento ainda pode ser compreendida como um processo em construção. Atuará de forma bastante expressiva neste processo o agendamento proposto pelo *El Universal* - tendo como base a cobertura⁶⁰ realizada - em relação ao episódio transcorrido em *Acteal*. A exemplo do caso brasileiro, o jornal mexicano, por intermédio de suas reportagens, indicará o EZLN não como vítima, mas, sim, como responsável pelo massacre ocorrido.

Em reportagem do dia 30 de dezembro o EZLN, por intermédio das palavras de um representante de uma entidade religiosa, é apontado claramente como sendo corresponsável pelo massacre ocorrido em *Acteal*.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional es corresponsable de la matanza de los 45 indígenas en el municipio de Chenalhó toda vez que el grupo rebelde ha aprovechado la ruptura del diálogo para **implantar, a través de su proyecto político, **gobiernos autónomos** que “han **generado problemas internos en los municipios**”, señaló Arturo Farela, dirigente de la Confraternidad Nacional de Iglesias Cristianas Evangélicas en conferencia. Asimismo denunció la existencia de una **coalición** entre el **EZLN-PRD-Catequistas**, en aquella entidad, a los cuales atribuyó **acciones de represión en contra de indígenas evangélicos** que no aceptan ser parte de dichos grupos. (EL UNIVERSAL, 30/12/1997, p. 14)**

⁶⁰ Levando-se em consideração as reportagens associadas ao massacre de *Acteal*, bem como aquelas vinculadas à intervenção federal nos municípios autônomos em maio de 1998, foram totalizados 62 documentos.

Destaca ainda o *El Universal*, por intermédio das palavras de Arturo Farela, as dificuldades políticas enfrentadas em *Chiapas* onde, segundo o entrevistado, por parte do Exército Zapatista, existe “un proyecto político para **establecer gobiernos autónomos** en Chiapas, lo que representa una **ruptura del estado de derecho**.” (Idem, ibidem)

Contudo, no conjunto de reportagens analisadas, a imputação de responsabilidade ao EZLN pelo conflito em *Acteal* irá ocorrer de forma implícita, mediante os silêncios propostos pelo próprio texto jornalístico. Cabe lembrar neste momento que, conforme destacamos anteriormente, a produção de sentido por meio do silêncio pode ser tão eloquente quanto o discurso propriamente dito. Em reportagem do dia 24 de dezembro, ainda elencando informações dos episódios recentemente ocorridos em *Chenalhó*, o *El Universal* descreve muito superficialmente os autores do crime, indicando unicamente que correspondem a um grupo de “*encapuchados*”,⁶¹ e reafirma, ao longo do texto, a grande presença e influência zapatista na região em conflito.

En la **peor masacre** de que tenga memoria el estado de Chiapas, 45 indígenas indefensos, entre ellos 13 infantes, fueron asesinados por un **grupo de hombres armados y encapuchados** que ayer rodeó esta población constituida por desplazados de otras zonas afligidas por la violencia. [...]

La **más grave tragedia** que se ha vivido aquí provocó hoy que el Ejército se declara en estado de alerta máxima en la entidad, al tiempo de que tropas de Yucatán y Campeche se desplazaron a Chiapas para reforzar la **zona de influencia del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)**.

En Las Margaritas, principal entrada a La Realidad, **centro político-militar del EZLN**, la **población se refugió en sus casas**, alarmada por rumores de un eventual **reinicio de hostilidades** entre el **grupo guerrillero y las Fuerzas Armadas**. (EL UNIVERSAL, 24/12/1997, p. 01)

Em uma segunda reportagem, apresentada no mesmo dia 24, o discurso jornalístico sugere que o fim da violência na região encontra-se diretamente relacionada à retomada das negociações de paz envolvendo representantes do governo federal e as tropas zapatistas. Chama a atenção, neste sentido, que, sob a manchete de “*Está Chiapas ‘al borde de la guerra civil’*”, em uma matéria na qual se promovem considerações sobre o massacre, suas

⁶¹ Chama a atenção a escolha pelo termo de “encapuchados” para definir o grupo responsável pelo massacre, uma vez que o referido termo é amplamente utilizado pelo jornal, em outras reportagens, com o intuito de se reportar aos zapatistas. Não havendo qualquer outra caracterização dos criminosos, o termo utilizado, no mínimo, gera dúvidas em relação à sua identidade.

motivações e seus autores, a referência ao EZLN seja feita de forma mais destacada do que em relação a outros grupos atuantes na área. Destaca a matéria:

De igual forma, la **Comisión de Concordia y Pacificación** (Cocopa) **consideró “necesario, urgente y prioritario que se inicie el diálogo entre el gobierno federal y el EZLN, ya que (la falta de éste) ha provocado un clima de tensión entre algunas comunidades”.** Reiteró la necesidad de una “tregua social” con el **propósito de impedir acciones violentas de grupos desestabilizadores** que promueven la **zozobra en las comunidades chiapanecas.** (EL UNIVERSAL, 24/12/1997, p. 20)

A proposta de resolução do conflito em *Chiapas*, por intermédio da retomada do diálogo entre o governo mexicano e as tropas zapatistas, será reafirmada em reportagem no dia 27 de dezembro quando novamente tendo um representante do governo como enunciador do discurso, o jornal destaca em reportagem de capa:

[...] en un encuentro privado con el obispo Samuel Ruiz García, el comisionado gubernamental para la paz en la entidad, **Pedro Joaquín Colwell, propuso** una estrategia de cuatro puntos para **reactivar el diálogo con el EZLN y solucionar el conflicto armado** que inició en 1994.

Joaquín Coldwell dijo que la propuesta analizada con el obispo Ruiz consiste en **buscar un nuevo acercamiento con el EZLN, esclarecer la matanza del 22 de diciembre, evitar más enfrentamientos entre comunidades y mantener la línea política y social del gobierno** para abatir rezagos y pobreza.

El **representante gubernamental dejó en claro** que se encuentra en esta ciudad para **buscar un acercamiento político con el EZLN, en un intento por reiniciar el diálogo** – dijo – “en las mejores condiciones posibles.” (EL UNIVERSAL, 27/12/1997, p. 01)

Representativa, ainda, será a apresentação por parte do *El Universal* de um breve histórico acerca da sequência de episódios conflituosos ocorridos na localidade de *Chenalhó* durante o ano de 1997. Sob o título de “*Chenalhó: una historia de agresiones*”, o jornal apresenta a seguinte periodização:

- Ubicado en La zona de Los Altos, a 70 kilómetros de San Cristóbal de las Casas, sus habitantes pertenecen mayoritariamente al grupo étnico tzotzil con presencia de tzeltales. Su población es de alrededor de 30 mil habitantes.

- Los **conflictos intercomunitarios** se agudizaron en Chenalhó con el **surgimiento del autodenominado concejo municipal autónomo**, en abril de 1996.
- Paralelo al ayuntamiento constitucional, **se designó al margen de la ley** y ha pretendido **realizar actos de autoridad**. Es presidido por Domindo Pérez Paciencia y otros simpatizantes del PRD y el **Ejército Zapatista**.
- Este **autodenominado concejo** determinó “**expropiar**” en “beneficio de sus comunidades” un banco de arena ubicado en el barrio de Majomut, **prohibiendo su explotación por particulares**. Había estado en posesión de una Sociedad de Solidaridad Social integrada por vecinos del ejido Los Chorros, afiliados y simpatizantes del Partido del Frente Cardenista
- En agosto de 1996 **fueron asesinados seis jóvenes** en Pantelhó, cercana al municipio de Chenalhó; la filiación política de los occisos no es clara, aunque algunos dicen que **eran priístas**.
- Desde agosto pasado, las agresiones entre grupos y familias de Chenalhó no han cesado. Estas agresiones se han convertido en homicidios, personas lesionadas, secuestros, robos, incendios de viviendas y ataques colectivos.
- Ello ha originado desplazamientos de población fuera de las comunidades a las que pertenecen.
- El 5 de diciembre de 1997 se dio la primera reunión de conciliación entre las partes en conflicto, en la comunidad de Las Limas, y ésta se repitió seis días después, alcanzándose algunos acuerdos sobre todo el de poner un alto definitivo a las agresiones y presentar a los culpables de hechos delictuosos ante las autoridades competentes. El día 14 se firmaron nuevos acuerdos.
- A pesar de ello, las agresiones entre los grupos continuaron mediante secuestros, homicidios y amenazas.
- A partir del 16 de diciembre las acusaciones recíprocas por el incumplimiento de los acuerdos se estuvieron presentando y cada vez lo fueron con mayor beligerancia.
- El 17 de diciembre **fue asesinado Agustín Vázquez Tzecun**, de quien se dijo era **simpatizante del PRI**.
- Las comunidades en conflicto de Chenalhó llegan al día 22 de diciembre, cuando ocurre la masacre en la que murieron 45 personas, principalmente mujeres y niños. (EL UNIVERSAL, 27/12/1997, p. 17)

A reprodução, na íntegra, da cronologia apresentada pelo *El Universal* torna ainda mais clara e manifesta a imputação de culpa pelo massacre ocorrido ao EZLN e seus simpatizantes. Além de sinalizar o incremento da violência na região de *Chenalhó*, a partir da implementação dos *Municípios Autónomos*, todas as vítimas nominadas e destacadas pelo texto apresentado foram associadas a grupos de oposição à causa zapatista, evidenciando desta feita, de qual setor partem as agressões.

Neste momento, associar a um determinado grupo, mesmo que de forma implícita, a imagem de agressor, possibilita, entre outros elementos, como destaca Esteban Rodríguez

(2000): “*producir malentendidos entre los delincuentes y los obreros, que son a su vez la imposibilidad de pensarse solidariamente.*”

O jornal chama ainda a atenção para o risco que tal condição de instabilidade e violência representa para o contexto nacional mexicano.

No podemos seguir permitiendo que un **estado de la República** viva en una verdadera **guerra civil** y que el gobierno federal no haga nada. La **violencia en Chiapas** está contaminando a todo México y la **violencia e inseguridad** seguirán incrementándose a nivel nacional mientras no logremos una paz y una reconciliación de todos los **grupos políticos y sociales** en ese estado. (EL UNIVERSAL, 26/12/1997, p. 07)

Mesmo encontrando-se distante temporalmente do massacre ocorrido em *Acteal*, em dezembro de 1997, as ações promovidas pelo governo mexicano, entre os meses de abril e maio de 1998, podem ser compreendidas dentro de um mesmo processo político de enfrentamento às autonomias municipais instituídas pelo EZLN na região de Chiapas. Ainda que, em *Acteal*, a ação tenha sido conduzida por grupos paramilitares e, no ano seguinte, a ação tenha sido conscientemente orquestrada pelo governo federal, o objetivo último das mobilizações acaba sendo o mesmo: eliminar as comunidades autônomas zapatistas e fragilizar as bases de apoio do movimento. Desta feita, o estudo das reportagens produzidas em relação a este segundo momento será parte integrante de nossa análise no processo de criminalização do EZLN.

O processo de intervenção federal no município autônomo “*Tierra y Libertad*”, ocorrido na madrugada do dia 01 de maio de 1998, segundo o *El Universal*, buscava dar conta de duas demandas específicas: liberar um refugiado guatemalteco, detido ilegalmente no município, e atender à solicitação de socorro realizada por um grupo de *ejidatários* daquela localidade.

A través de un comunicado, La Secretaría de Gobernación informó que el dispositivo tuvo como finalidad **liberar al refugiado guatemalteco** Pedro Gómez Domingo, quien se **encontraba ilegalmente retenido por el “concejo municipal”** en rebeldía “**Tierra y Libertad**”. Un boletín de la Procuraduría de Justicia estatal, a su vez, señaló que además de la referida liberación, “unos **71 ejidatarios** de Amparo Agua Tinta **solicitaron también la intervención del gobierno del estado**, a fin de lograr la desintegración del denominado concejo autónomo en rebeldía, al cual pertenecen 28 ejidatarios. (EL UNIVERSAL, 02/05/1998, p. 01)

Segundo publicação do dia 03 de maio, noticiando a truculência imposta pelo EZLN na administração daquela comunidade, reforça-se a imagem de opressão à qual estavam submetidos os simpatizantes priístas. Sob o título de “*Priístas, cansados de atropellos*”, *El Universal* (03/05/1998, p. 18) publica:

La presencia policiaca y militar en el área trajo bienestar entre **los simpatizantes del Partido Revolucionario Institucional (PRI)**, quienes conforman un total de 20 familias y que argumentan estaban “**cansados de tantos atropellos**” que **cometían las autoridades en rebeldía de “Tierra y Libertad”**.

El agente municipal priísta Abenamar Gómez Rodríguez señaló que **la instalación del concejo**, desde 1995, “**estaba causando problemas entre los pobladores**, no sólo de la comunidad, sino de otros municipios”.

“En muchas ocasiones los **zapatistas bloqueaban los caminos para impedir el paso de personas** ajenas a la comunidad y **encarcelaban a cada rato a la gente** por delitos que supuestamente cometían.”

Desde 1995, los que simpatizan con el EZLN “**venían intimidando a la población** que no compartía sus ideas y los sometían a sus leyes revolucionarias”.

Paralelo à apresentação das denúncias realizadas por priístas em relação à administração do município autônomo, o jornal destaca a ocupação de um prédio que corresponderia, segundo fontes não apresentadas, a um centro de treinamento militar zapatista.

En una nueva operación policiaca, 300 elementos de seguridad pública desalojaron un **predio invadido por simpatizantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional** en el municipio de Venustiano Carranza, en donde se presume **operaba un centro de entrenamiento subversivo**. (EL UNIVERSAL, 03/05/1998, p. 01)

A condição subversiva e ilegal do movimento zapatista será reforçada pelo jornal quando este denuncia, em sua edição do dia 4 de maio, por intermédio da fala de deputados federais priístas, a presença de agitadores estrangeiros nas fileiras do movimento. Busca-se, como já indicamos anteriormente, uma associação do EZLN a ideais que, sendo estrangeiros, seriam nocivos e estranhos à realidade política e social mexicana. Tendo como manchete

“*Hay 163 extranjeros en Chiapas que buscan desestabilizar al país: priístas*”, o jornal destaca:

Diputados federales priístas de La Comisión de Asuntos Indígenas descubrieron una lista de cuando menos **163 extranjeros** que se encuentran **en Chiapas** y que con anterioridades tuvieron en otras naciones con conflictos similares, **cuyas intenciones son “apropiarse de las reservas naturales, escudándose en supuestos movimientos indígenas”**.

Los legisladores solicitaron el anonimato pero dieron a conocer un listado donde se ubican a 72 españoles, 40 italianos, 22 griegos, 19 franceses, seis canadienses, un estadounidense, un marroquí, un alemán y un danés.

Estos sujetos ingresan en su mayoría como “observadores de derecho humanos” a países como Nicaragua, Brasil, El Salvador, Guatemala, Colombia, Ecuador y ahora a México, donde su estrategia es **“formar una red de organizaciones internacionales con la idea de debilitar al Ejército, a nuestras instituciones, al gobierno y aprovecharse de los recursos naturales”**, indicaron. (EL UNIVERSAL, 04/05/1998, p. 17)

Desta forma, mediante todo o conjunto de reportagens anteriormente apresentadas, tanto em relação ao México, como em relação ao Brasil, reitera-se a perspectiva proposta no início deste capítulo, a qual identifica, por meio da imprensa, a construção de uma imagem pública pejorativa dos movimentos sociais, colocando-os em uma condição criminosa, geradora de conflitos e mortes. Tal discurso terá como objetivo, não somente legitimar uma reação forte por parte dos órgãos estatais, como também isolar os movimentos em relação aos demais setores da sociedade, contribuindo desta forma com o seu processo de marginalização.

3.2 A cobertura jornalística e o processo de criminalização midiática

A criminalização midiática, como já afirmamos anteriormente, corresponde a um processo de construção social da imagem de criminoso, que será conduzido pelos órgãos de imprensa por meio de suas práticas diárias. Como um fenômeno que podemos associar à longa duração, o agendamento proposto pelos jornais, a periodicidade das notícias e a autoridade conferida à imprensa assumem um papel significativo no processo de criminalização dos movimentos sociais.

O referido discurso jornalístico não deve ser confundido, contudo, com um processo de judicialização, uma vez que, o primeiro não necessariamente implica em uma ação judicial. Com relação ao processo de judicialização, Oscar Correas (2011, p. 268) define:

Diremos que el término judicialización se refiere a aquel proceso mediante el cual un asunto, generalmente un conflicto social, es sacado de su contexto político y trasladado al ámbito judicial. Una vez inserto en la dinámica judicial, el conflicto se intenta presentar como un tipo de problema ya no social, sino netamente “jurídico”.

Ainda segundo Oscar Correas (2011, p. 269) deriva deste processo de judicialização a chamada criminalização jurídica, processo diferenciado do que aquele promovido pela mídia, uma vez que o primeiro deve ser compreendido como

[...] un tipo de sanción penal, es decir, una reacción del estado (ejecutada por sus diversos agentes) ante la determinación de la responsabilidad de un sujeto en la comisión de hechos considerados por la ley como delictivos. Desde esta perspectiva, la criminalización es una actividad reservada exclusivamente al llamado poder judicial estatal. Es decir, únicamente un juez, luego de tener conocimiento de ciertos hechos y presidir un proceso penal determinado en el que se escuche a las partes, está facultado para emitir una decisión o sentencia con valor y fuerza vinculante, responsabilizando o absolviendo a alguien por la comisión de un delito.

Desta forma, cabe-nos aqui, novamente, recordar que o processo de criminalização ao qual iremos nos referir deve ser compreendido a partir dos limites e das possibilidades apresentados pelo universo midiático. Tal análise será promovida a partir das práticas discursivas veiculadas pelos jornais que, sustentados por um *logos* dominante, além de promoverem a criminalização, e conseqüente marginalização dos movimentos sociais, buscam garantir a legitimidade de algumas instituições, bem como a manutenção das relações de poder dentro do espaço social.

3.2.1 A luta armada, o ataque ao Estado Democrático e as invasões de terras: as diferentes formações discursivas no processo de criminalização do EZLN e do MST.

Dentre as três perspectivas de análise apresentadas em relação ao processo de criminalização do EZLN e do MST, a promoção de ações armadas pelos movimentos, ou mesmo o simples porte de armas, é uma das características básicas denunciadas tanto pelo *El Universal*, como pelo *O Globo*.

A partir de uma manchete na qual se pode identificar claramente o tom acusatório em relação às ações promovidas pelo EZLN (“*Buscan los ‘zapatistas’ alargar el conflicto*”), utilizando-se das palavras de Fidel Velázquez (presidente da *Confederación de Trabajadores de México* - CTM), o *El Universal* (03/01/1996, p. 11) publica: “***Nadie tiene derecho a usar armamento como ellos quieran, porque si a un ciudadano lo sentencian por portar una pistola a no sé cuántos años, imagínese a los “zapatistas” a cuántos tendrían que sentenciarlos por usar hasta cohetes antiaéreos***”.

Além de denunciar o porte de armas pelos zapatistas, nas páginas do *El Universal* podem ser encontradas, em diferentes ocasiões, reportagens que indicam a condição ilegal do acesso a estas armas. Em reportagem do dia 04 de janeiro de 1996, a acusação é realizada pelo próprio embaixador nicaraguense Ernesto Fonseca que, além de reconhecer o tráfico de armas de seu país para o México, indica o estado de Chiapas e, mais especificamente, as forças zapatistas, como destinatários das mesmas. Publica o *El Universal* (04/01/1996, p. 05):

El embajador de Nicaragua en México, Ernesto Fonseca Pasos, admitió que desde aquella nación se ha **traficado con armas** que tienen como **destino** el estado de Chiapas, **concretamente dirigidas al Ejército Zapatista de Liberación Nacional**, sin que las autoridades hayan podido hasta el momento evitar-lo. (...)

En este sentido, destaco que los países en vías de desarrollo deberán hacer un frente para que se disminuya la fabricación de armas que sirven después para **movimientos extremistas como el que se registra en el estado de Chiapas**, y como hace unos años fue en Nicaragua con el FSLN. (EL UNIVERSAL, 04/01/96, p. 05)

A associação do EZLN ao tráfico de armas pode ser percebida novamente em uma reportagem na qual o *El Universal* indica a detenção de um traficante. Mesmo sem identificar o traficante como um membro do grupo zapatista, há uma vinculação muito clara entre a atuação do movimento na região e a entrada de diferentes artefatos bélicos. Sob a manchete de “*Cae un contrabandista de armas en un retén, cerca de Tapachula*”, o *El Universal* (12/08/1996, p. 10) apresenta a seguinte informação no corpo da reportagem:

Policías Judiciales Federales (PJF) detuvieron este domingo (...) Joaquín Alberto Lara Acosta, cuando pretendía burlar la vigilancia de un puesto de control policiaco llevando consigo **cuatro cajas con 80 cartuchos útiles calibre 223 para fusiles de asalto AR-15.**

De acuerdo con informes de autoridades judiciales **desde el alzamiento armado del EZLN** en 1994, elementos **federales, estatales y hasta municipales** han **asegurado 30.000 cartuchos de diversos calibres, 20 cartuchos de dinamita e igual número de detonadores así como una veintena de kilos de material explosivo.**

Às sucessivas notícias acerca do porte e tráfico de armas por parte do EZLN, o *El Universal* irá somar as reportagens que materializam, de alguma forma, os resultados apresentados pela violência armada na região sob o controle zapatista. Como exemplo deste grupo de reportagens, encontramos a matéria apresentada no dia 04 de maio de 1998, na qual pode ser lido:

Con respecto al incidente de Rincón Chamula, la Procuraduría de Justicia informo que individuos vestidos de negro y cubiertos con capuchas asesinaron a tiros a Domingos Sánchez Bautista, Luis Pérez Bautista, Mateo Gómez Gómez y Luis López Bautista, los tres primeros de 16 años de edad y el último de 18, quienes, según los lugareños, **se dedicaban a asaltar en caminos de extravío y siempre salían de noche con vestimenta negra.**

Fuentes consultadas dijeron que **los cuatro jóvenes pertenecían a las milicias del EZLN** que operan en la región, con una importante presencia, y que desde al estallido armado **se dedicaban a exigir** los llamados **impuestos de guerra.** [...]

El lugareño José Luis Guillén Salazar, entrevistado vía telefónica, afirmó que las cuatro personas pertenecían al **EZLN** y su ejecución pudo ocurrir por una venganza. [...]

“**Algunos habitantes de comunidades vecinas mencionan que en varias ocasiones fueron vistos vestidos de negro y verde, encapuchados, portando armas de grueso calibre**”, dijo Guillén Salazar. (EL UNIVERSAL, 04/05/1998, p. 14)

A condição armada apresentada pelo EZLN nas páginas do *El Universal* poderá engendrar uma série de outras relações que irão aproximar, mesmo que implicitamente, o movimento zapatista a outros grupos criminosos, o que irá transformar a região de Chiapas em um contexto bastante hostil.

Y pensar en un sureste en llamas quizás no sea importante ni le preocupe a la indolente administración FOX, que hace rato tiró la toalla y parece resuelta a dejar a un **país inmerso en la ilegalidad, la violencia** y la ingobernabilidad; pero **Chiapas**

y Oaxaca conforman no sólo una compleja región en términos sociales y políticos, sino **un corredor, puerta de entrada**, para la desordenada y olvidada frontera sur, por donde lo mismo **se mueven las mafias del tráfico de personas, de armas o de la droga** que llega de Sudamérica hacia Estados Unidos o incluso la latente amenaza terrorista tan temida en Washington.

A denúncia da posse ilegal de armas como já afirmamos, também será uma das formações discursivas apresentada pelo *O Globo* no processo de criminalização do MST. A elaboração de uma imagem do MST como um movimento armado pode ser representada por basicamente duas formações discursivas. Um primeiro conjunto de reportagens pode ser caracterizado por um discurso que fará referência aos utensílios utilizados pelo movimento como sendo armas. Mesmo envolto por todo um caráter simbólico, o qual pautou a mobilização da militância do MST à Brasília, a presença de enxadas e foices foi denunciada como ameaça. Segundo reportagem do *O Globo* (11/04/97, p. 08): “Seligman não quer que a polícia reviste os sem terra, mas espera a cooperação do MST para que não tragam foices, enxadas e machados: - **Foice e enxada na cidade são armas** – explicou.”.

A apresentação do MST como um movimento armado, entretanto, supera a simples analogia feita em relação aos seus instrumentos de trabalho. Mesmo não se referindo a um processo de apreensão de armas junto aos militantes sem terra, ou ainda, reproduzindo simplesmente a opinião de proprietários rurais, figura nas páginas de *O Globo* a denúncia do porte ilegal de armas por parte do movimento. Tendo como manchete: “**MST usa armas de fogo em ocupações**”, a reportagem comenta:

O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST) retomou as ocupações de terras em Pernambuco, mas dessa vez seus militantes não se limitaram a levar enxadas, foices, facões, lonas pretas e bandeiras vermelhas como de costume. **Eles tinham** também **espingardas calibre 12 e revólveres** em duas ocupações no Agreste: a primeira em Bonito, no fim de semana, e a outra ontem, em Quipapá. [...]

Ontem, também **usando armas, 300 famílias do** MST ocuparam o Engenho Pajuçara, em Quipapá, a 188 quilômetros de Recife.

Mesmo identificando na fala de algumas lideranças do Movimento Sem Terra, de forma bastante clara, a sustentação do uso de armas como mecanismo de autodefesa em relação a grupos de jagunços e pistoleiros pretensamente contratados por proprietários rurais, as manchetes apresentadas pelo *O Globo* assumem outra conotação. Em reportagem na qual

comenta os processos de ocupação de terras promovidos pelo MST, os conflitos estabelecidos com proprietários rurais, bem como os enfrentamentos com grupos de pistoleiros, *O Globo* destaca em sua manchete a seguinte denúncia: “**Movimentos pela reforma agrária pregam a luta armada** no campo, em Pernambuco.” (O GLOBO, 08/10/1998, p. 12).

No dia seguinte, 09 de outubro de 1998, mesmo anunciando o ferimento de militante sem terra na manchete da reportagem (“**Sem terra é ferido em conflito** com a polícia em PE”), *O Globo* não se furta em atribuir a culpa, mesmo que de forma implícita, à opção armada feita pelo movimento. Destaca o jornal: “O **incidente ocorreu** um dia **depois** de quatro **movimentos de luta pela terra** que atuam na região terem **defendido o uso de armas** para enfrentar pistoleiros contratados por fazendeiros.” (O GLOBO, 09/10/1998, p. 15).

Seguirá a este processo de criminalização midiática em relação à posse de armas um segundo movimento, representado pela divulgação do enquadramento jurídico ao qual o MST será submetido. Tendo como manchete, “**PF processa sem terra que defendeu luta armada**”, *O Globo* (10/10/1998, p. 10) relata:

O **ministro da Justiça**, Renan Calheiros, **determinou** ontem à Polícia Federal que **instaure inquérito contra o líder do Movimento dos Sem Terra (MST)** em Pernambuco, Jaime Amorim, **por suas entrevistas defendendo o uso de armas na ocupação de terras**. O **sem terra** será **acusado de apologia ao crime e incitação à violência e à luta armada** e, se condenado, poderá ser punido com até um ano de detenção. Calheiros e o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, se reuniram com o vice-procurador-geral da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega, para pedir que acompanhe o inquérito e, se possível, instaure **ação penal contra Amorim**.

Mesmo identificando nas denúncias realizadas em relação à posse de armas um elemento em comum nas formações discursivas apresentadas pelos jornais em relação aos movimentos sociais, cabe destacar que elementos em relação ao processo de criminalização guardam características regionais, sustentadas pelas diferentes trajetórias, tanto dos movimentos como de seus respectivos países. Com relação ao contexto mexicano, destaca-se a defesa ao Estado Democrático e, conseqüentemente, à indicação de desrespeito a este por parte do EZLN; enquanto que em relação ao Brasil e, mais especificamente, em relação ao MST, a imputação de conduta criminosa se dará por intermédio das denúncias relacionadas aos diferentes processos de invasões de propriedades rurais ou prédios públicos.

Antecipando nossa análise no que se refere ao caso mexicano e às pretensas agressões cometidas pelo EZLN ao Estado Democrático denunciadas pelo *El Universal*, cabe-nos destacar algumas reflexões realizadas por Oscar Correas (2011). O referido autor analisa em seu trabalho um conjunto bastante vasto de elementos que, dentro do contexto latino-americano contemporâneo, caracterizam as relações entre os movimentos sociais e as estruturas do Estado Democrático. Segundo Correas (2011, p. 09), a noção de Estado Democrático:

[...] es concebido como una trampa lingüística que al fundar la aplicación o existencia del estado de derecho en la efectividad de las normas jurídicas existentes, es utilizado para legitimar un derecho que tiene un papel activo y fundamental en la dominación capitalista, desarmado ideológicamente a las clases subalternas.

Desta forma, destaca ainda o autor (CORREAS, 2011, p. 40): “*Así, la expresión estado de derecho, destinada a frenar al poder, se convirtió en el fundamento de la represión conducida por el poder de las clases dominantes.*”

Será, pois, dentro deste contexto político latino-americano, no qual a noção de Estado de Direito foi apropriada pelas elites dominantes, que passaremos a analisar algumas das diferentes reportagens publicadas em relação às práticas apresentadas pelo EZLN.

Representativas deste processo, por exemplo, são aquelas reportagens que apontam para a inconstitucionalidade dos *Municipios Autónomos en Rebeldia*. Consoante exposto nas páginas do jornal (EL UNIVERSAL, 04/05/1998, p. 16), ao reproduzir pronunciamento de liderança política local, as instituições governamentais não irão permitir

“[...] que ningún grupo de supuestos ‘zapatistas’ proclame municipios ‘autónomos’ por su cuenta, **al margen de la ley y desconozca a las autoridades constitucionalmente elegidas**” y advirtió que el suyo no lo acepta ni lo aceptará porque socava el cimiento de la convivencia social y política y **pone en riesgo la viabilidad y el futuro de Chiapas**. [...]

En una conferencia de prensa que Albores Guillén ofreció, junto con el coordinador del diálogo para la negociación en Chiapas, Emilio Rabasa Gamboa, el gobernador dijo que seguiría actuando **para acabar con los ‘municipios autónomos’** creados por el ‘EZLN’ y **hacer imperar el estado de derecho** en el mismo.

Em reportagem publicada com base na ofensiva do governo junto ao *Municipios Autónomo Tierra y Libertad*, o *El Universal* (11/05/1998, p. 19) reforça o processo de elaboração de uma imagem criminosa, associada ao movimento zapatista, em função da violação de preceitos constitucionais:

Asienta que los denominados “**municipios autónomos**” **violan** flagrantemente el **artículo 39 constitucional** al erigirse “en autoridades emanadas de principios sectarios municipios”.

“**Viola preceptos constitucionales**, luego de que son autoridades designadas por un **grupo rebelde que se levanto en armas** contra el gobierno federal. No se practica la democracia porque su designación es vía grupo, controlando a su propia etnia.”
[...]

Dentro de las comunidades, en donde vienen funcionando los “municipios autónomos”, “la mayoría de la población rechaza esta **práctica ilícita** de ejercer el poder (Amparo Agua Tinta, Taniperlas, Chenalhó)”, lo cual se contrapone con algunas de las entrevistas realizadas con lugareños.

A denúncia de crime por violação da Constituição Mexicana também se fará presente quando da realização das mobilizações em relação à “*Otra Campaña*”, conduzida pelos zapatistas. Em contraposição às estruturas e aos mecanismos políticos compreendidos como legítimos, o *El Universal* apresenta a mobilização promovida pelo EZLN como geradora de instabilidade política e desrespeitosa em relação aos princípios constitucionais. Sob a manchete de “*El jinete, sin cabeza*”, o *El Universal* (05/05/2006 Disponível em:< <http://www.eluniversal.com.mx>> . Acesso em: 20 out. 2011) publica:

El secretario de Gobernación, Carlos Abascal, y el vocero presidencial, Rubén Aguilar, aseguran que lo sucedido en Texcoco y San Salvador Atenco, dos municipios a 16 kilómetros del centro de la ciudad de México, no es ingobernabilidad. Miente. Sí **hay fundamentos teóricos y factores objetivos** para argumentar la **ingobernabilidad**, desde la **no preservación del estado de derecho** – el **zapatour** del subcomandante Marcos **viola**, por ejemplo, **el artículo 9 constitucional** -, y la **falta de estabilidad sistémica en la sociedad**, hasta la **cesión de territorio a las comunidades autónomas en las zonas zapatistas en Chiapas**, en Michoacán y el estado de México; de las ciudades controladas en términos reales por el narco en Tamaulipas, Sinaloa y Veracruz, hasta la inexistencia de toda autoridad en algunos puntos de la frontera con Guatemala.

Reportagens que versam sobre o desrespeito às leis promovido pelo EZLN não irão se restringir à legislação apresentada pela Constituição mexicana. As denúncias em relação às

mobilizações realizadas pelos zapatistas indicam, mesmo que de forma não específica, agressões às leis internacionais, imputando ao movimento a promoção de crimes de guerra e contra os direitos humanos. Sentenciando, já em sua manchete, “*Violó el EZLN reglas de guerra*”, o *El Universal* (07/01/1995), com base em interpretação apresentada por dois organismos internacionais (*Human Rights Watch Americas* e *Physicians Human Rights*), publica:

Dos de las principales organizaciones internacionales de derechos humanos **acusaron al EZLN** de haber **cometido** ciertas **violaciones a las leyes de guerra** durante el conflicto armado [...]

Ambos organismos, de reconocimiento internacional, en un informe destacan que las fuerzas **zapatistas violaron las leyes de guerra**, al **tomar como rehenes a civiles** y por **ocasionar** – según estas organizaciones – **la muerte a los mismos**, en tanto los “ombudsman” solicitaron a la dirigencia del grupo rebelde dar a conocer las medidas disciplinarias que se hayan tomado en contra de los miembros de su ejército que violaron el derecho humanitario internacional.

O desrespeito promovido pelo EZLN aos direitos humanos será reforçado em reportagem publicada quando da desarticulação, por parte do governo, de alguns dos *Municipios Autónomos*. Divulga o jornal (ELUNIVERSAL, 04/06/1998, p. 01): “*El gobierno estatal calificó esta acción como ‘el rescate’ del municipio Nicolás Ruiz del ‘estado de sitio’ en que lo mantenían grupos radicales que violaron flagrantemente los derechos humanos y se negaron sistemáticamente al diálogo.*”

Da mesma forma que percebemos, a partir das peculiaridades do caso mexicano, o processo de criminalização das ações promovidas pelo EZLN, por intermédio das reportagens apresentadas pelo *O Globo*, também nos será permitido analisar as formações discursivas apresentadas por este jornal, próprias do contexto brasileiro, no processo de criminalização do MST.

Um dos aspectos mais emblemáticos no processo de criminalização do neste processo pode ser identificado pela escolha linguística realizada pelo jornal, no que tange a enunciação dos procedimentos utilizados pelo movimento em relação às disputas de terras. A opção realizada pelo *O Globo* em utilizar o termo “invasão” para as ações promovidas pelos sem terra, não pode ser percebida, como uma escolha ingênua, despreziosa. Classificando os processos desenvolvidos pelo MST como “invasões”, em vez de “ocupações”, o jornal define,

além de um padrão linguístico, o seu próprio posicionamento político. Conforme destaca Christa Berger (1998, p. 133):

[...] o enunciador ao optar por *invadir* faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso optasse por *ocupar*, ele estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação da repressão.

Dentro da perspectiva apresentada, a utilização do termo de “ocupação” poderia ser interpretada, portanto, como o ato de assumir alguma área devoluta. Não apresentando esta área qualquer obstáculo legal, não caberia imputar aos seus ocupantes qualquer tipo de punição. Em contrapartida, a escolha pelo vocábulo “invasão” carrega em si uma perspectiva diferenciada, qual seja, a de tomar posse de algo que não lhe pertence. Utilizando-se desta palavra, demonstra-se um descaso com os entraves legais (a noção de propriedade privada) cabendo, desta forma, além da identificação do promotor da ação como um elemento transgressor, criminoso, a legitimação de sua própria punição.

Será, pois, com base nas opções linguísticas analisadas acima que *O Globo* irá apresentar as suas reportagens acerca dos processos de disputas por terras envolvendo o MST. Contribuindo, sobremaneira, com o processo de criminalização do Movimento Sem Terra, o jornal irá assumir a terminologia de “invasão” para caracterizar as ações do MST.

Comentando as ações do movimento, em 14 de abril de 1997, *O Globo* apresenta em sua reportagem, por repetidas vezes, associada aos participantes do Movimento Sem Terra, a condição de “invasores”. De forma conjunta, associado ao termo de “invasão”, o discurso jornalístico irá reforçar a imagem belicosa do movimento utilizando-se de outro vocábulo que carrega em si um teor ofensivo, o termo “mira”. Neste caso, a “mira” sugere a imagem de um agressor que se mantém à espreita de sua vítima.

A fazenda São João, invadida por 200 famílias deverá engordar a partir de hoje o contingente de sem terras com a chegada de pelo menos mil famílias vindas dos municípios de Macaé, Conceição de Macabu, Rio das Ostras e Casemiro de Abreu, segundo representante do Movimento dos Sem Terra – MST, Francisco Valença Lan, que organiza a invasão e o assentamento em Campos. [...]

Na mira do Movimento dos Sem Terra estão outras duas fazendas de uma quarta usina de açúcar de Campos, a de Santa Maria. O MST pediu ao INCRA que as desaproprié. Os fazendeiros de Campos temem que o MST promova mais invasões. Há dois meses o MST estaria monitorando a área da Lagoa Feia. Lan disse que as terras da Lagoa Feia são passíveis de invasão, mas que nada foi decidido a respeito. (O GLOBO, 14/04/1997, p. 04)

Em outras reportagens vinculadas pelo jornal *O Globo* podem ainda ser identificados outros termos que reforçam uma perspectiva de violência associada ao Movimento Sem Terra. O anúncio de “saques” ou mesmo “ataques” organizados pelo MST será apresentado de forma conjunta ao uso do termo “invasões”, reforçando ainda mais a ideia de delito cometido pelo movimento. A partir de uma manchete que anuncia “**Stédile disse esperar que o número de invasões cresça.**”, *O Globo* (25/09/98, p. 11) publica:

[...] Um dos coordenadores nacionais do MST, o economista João Pedro Stédile **espera que o número de saques e invasões cresça** no país nos próximos anos caso seja mantida a atual política econômica. [...]

Em Recife, **MST local anunciou uma onda de saques** a partir da próxima semana. Segundo o **coordenador do movimento, Jaime Amorim**, existe a possibilidade de se **realizarem até 35 ataques em um mesmo dia** e que muitos deles acontecerão no Ceará e Rio Grande do Norte.

Será, pois, em reportagem na qual é comentada a fala do ministro Raul Jungmann, que o termo “invasão”, assim como o “saque”, aparecerão vinculados, diretamente à noção de crime. A partir de uma manchete que declara: “Ministro quer que estados reprimam **invasões de terra**”, *O Globo* (24/09/ 1998, p. 12) publica:

O ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pediu ontem que os governadores coíbam os **saques e as invasões promovidas** pelo MST. Ele alegou que a segurança pública é obrigação dos governos estaduais. O ministro se queixou de uma certa omissão dos governadores na **repressão aos crimes cometidos pelo MST** [...]

A utilização de “invasões”, contudo, não irá circunscrever àquelas mobilizações promovidas em áreas pretendidas à reforma agrária; ele se fará presente também em

reportagens que tratam de outros contextos e situações. Em texto na qual são analisados os motivos que levaram à ocorrência de incêndios em reservas florestais, tanto no Espírito Santo, como no Pará, além de figurar como um “invasor” da área, o MST é indicado como um dos principais responsáveis pelo acontecimento.

No sul do Pará, o Ibama, a Polícia Federal e o Exército se uniram para combater o fogo. De acordo com o coordenador da operação, Carlos Bicelli, há centenas de **focos de incêndio na reserva florestal provocados pelos invasores** que disputam a posse de terras. [...]

A fazenda Bamerindus, de cerca de 58 mil hectares, foi desapropriada pelo Governo federal para fins da reforma agrária, mas acabou **invadida por 600 famílias. Os invasores pertencem ao MST** e a outros movimentos dissidentes, existindo até a suspeita de madeireiros entre eles. (O GLOBO, 26/09/1998, p. 10)

A “invasão” também será o termo escolhido pelo jornal para noticiar as manifestações promovidas pelo Movimento Sem Terra junto a prédios públicos.

A cinco dias das eleições e na mesma semana em que **o MST de Pernambuco retoma os saques** no Nordeste, a **coordenação do movimento** no Mato Grosso **desencadeou uma grande mobilização** para pressionar o Governo federal a liberar créditos de R\$ 3,5 milhões para assentados no estado. Até a noite de ontem, as **agências do Banco do Brasil** em oito cidades matogrossenses **estavam cercadas** por pouco mais de **1.500 sem terra** que já **havam invadido seis delas**. (O GLOBO, 30/09/1998, p. 11)

Somam-se às reportagens apresentadas, tanto em relação ao EZLN, como em relação ao MST, um conjunto outro, também bastante vasto de reportagens, que irá reforçar - além das perspectivas acima apresentadas - o processo de criminalização dos movimentos sociais a partir de elementos mais pontuais, de referências mais esporádicas. São reportagens que, diluídas ao longo dos anos, indicam uma atitude ofensiva por parte dos movimentos a partir do bloqueio de estradas, sugerem a manutenção de pessoas em cárcere privado (tanto por parte do EZLN como do MST), apontam o desvio de verbas, ou ainda, vinculações com movimentos extremistas nacionais e internacionais.

Como afirmamos anteriormente, o processo de criminalização não pode ser compreendido como um fenômeno circunscrito a um período ou a um conjunto de regras

muito específicas. Ele deve ser considerado a partir de uma complexidade, na qual atuam de forma diversa tanto elementos temporais, vinculados a uma perspectiva de longa duração, como elementos discursivos, que assumirão sentidos a partir da sua enunciação. Assim, o processo de criminalização do EZLN e do MST não pode ser percebido como fenômeno isolado. Antes, sim, as reportagens que foram trazidas à luz devem ser compreendidas como uma amostragem de um discurso que articula, desde um processo de criminalização, uma imagem dos movimentos sociais como grupos marginalizados dentro do contexto político latino-americano.

CONCLUSÃO

Ao encaminhar as considerações finais desta tese, o faço como portador de um duplo sentimento. Se, por um lado, percebo que as respostas apresentadas conseguiram, de uma ou outra forma, dar conta das inquietações que foram se gestando, conforme indicado na introdução deste trabalho, desde a conclusão do mestrado; por outro, devo considerar que as reflexões aqui apresentadas não devem ser assumidas como conclusões totalizadoras, como um conhecimento fechado. O estudo realizado com a presente tese pretende, antes de mais nada, propor um conjunto de reflexões básicas que, trazendo à luz a complexidade das relações envolvendo os órgãos de imprensa escrita e os representantes dos Novos Movimentos Sociais, venham se somar a todos àqueles trabalhos que buscam a compreensão do contexto político-social latino-americano contemporâneo.

Cabe-nos destacar, ainda preliminarmente, que esta tese se insere em um contexto gerado por importantes transformações teóricas que, desenvolvidas de forma paralela a emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais, conduziram as recentes pesquisas acadêmicas. Os referidos trabalhos buscaram, a partir de uma ampliação dos seus referenciais teóricos, analisar novos espaços e práticas políticas, consagrados a partir de um conjunto novo de reflexões e problemas de pesquisa. A política institucional, seus atores e as suas estruturas, ganharam a companhia, nos estudos acadêmicos, das análises referentes a um conjunto novo de movimentos sociais, de suas práticas cotidianas de mobilizações e atuações políticas. A partir de um referencial teórico proposto pela Nova História Política, os referidos estudos promoveram a análise, de forma mais abrangente, de todo um conjunto de relações que perpassam o universo político, tornando-se fundamentais para qualquer exercício ou tentativa de compreensão das relações de poder estabelecidas no atual contexto histórico.

A emergência do MST e do EZLN, nas duas últimas décadas do século XX, devem ser compreendidas como expressões deste novo tipo de organização social. Ambos os movimentos, por intermédio de suas práticas e discursos, suscitaram importantes reflexões que conduziram à realização de diferentes trabalhos acadêmicos. Análises que se estruturaram a partir de questionamentos os quais buscavam compreender as condições socioculturais que levaram a organização dos referidos movimentos, perpassando por pesquisas nas quais se analisaram as estruturas administrativas do EZLN e do MST, contrapondo-as às apresentadas pelos tradicionais grupos políticos que os antecederam (os partidos políticos e os movimentos

guerrilheiros das décadas de sessenta e setenta), chegando aos trabalhos que, para além das estruturas internas dos movimentos, buscaram compreender, a partir da constituição de um novo tipo de identidade social, a interlocução dos movimentos com os diferentes setores da sociedade.

Como afirmamos anteriormente, os estudos influenciados pela perspectiva proposta pela Nova História Política, trouxeram à cena acadêmica, além de novos referenciais conceituais, a compreensão da existência de novos atores e espaços políticos. Não estamos aqui negando a presença da imprensa escrita em estudos anteriores às duas últimas décadas do século XX, antes sim, percebendo uma revalorização deste objeto que, a partir de novas perguntas e novas abordagens teórico-metodológicas, (re) surge nos estudos acadêmicos de forma renovada.

Paralelo à produção bibliográfica apresentada pelas ciências sociais, as análises elaboradas pelos teóricos do próprio jornalismo transformaram a imprensa escrita, de um “espelho da realidade”, em um agente político de importante atuação social. Coube às elaborações teóricas formuladas pelas teorias estruturalista e interacionista, perceber a notícia como uma construção social perpassada por diferentes interesses e influências. As referidas teorias contribuíram de forma muito destacada para a compreensão do importante e complexo papel desempenhado pela imprensa dentro do atual contexto histórico - abandonando uma condição passiva, o jornalismo impresso assume, hoje, uma importante posição de protagonismo político.

Amparado por esta nova concepção teórica em relação ao papel desempenhado pela imprensa escrita, compreendo que a enunciação feita pelo discurso jornalístico não pode ser assumida de forma apressada, superficial, sob o risco de incorrerem em interpretações equivocadas. No entendimento defendido ao longo desta tese, o discurso jornalístico não corresponde a uma transcrição fiel da realidade, do acontecido. O texto jornalístico é sim compreendido como mais um dos discursos que, dentro de um espaço de disputas políticas, atua de forma significativa no processo de construção de hegemonias e, conseqüentemente, na manutenção de uma determinada ordem social.

Na medida em que não é possível estabelecer um contato direto com a totalidade dos acontecimentos, uma vez que estes se encontram pulverizados pelos mais diferentes espaços sociais, ficamos subordinados ao processo seletivo realizado pelos órgãos de imprensa, o que contribui, de forma indubitável, na construção de uma condição de destaque e de poder para o

jornal. Será, portanto, submetido ao agendamento proposto pela imprensa, que o conjunto da sociedade constituirá uma imagem acerca de um determinado universo social. É lícito declarar, a partir do exposto, que uma parcela bastante considerável daquilo que passamos a conhecer e sobre o que iremos nos pronunciar será pautado, antecipadamente, pelo jornal.

Mesmo reconhecendo o poder do jornalismo em promover o agendamento dos acontecimentos noticiosos reafirmamos, contudo, que os mesmos não possuem um poder determinante sobre as interpretações de suas audiências. A reportagem apresentada pelo jornal não nos impõe uma determinada interpretação dos fatos, antes sim, em um processo que se desenvolve como um fenômeno de longa duração, nos expõe a um conjunto definido de imagens acerca das quais também nos apresenta um número definido de interpretações. Assim, antes de definir “o que pensar” sobre um determinado fato, o texto jornalístico nos apresentará uma definição prévia dos fatos sobre os quais poderemos pensar e, posteriormente, dentro de quais limites interpretativos poderemos nos manifestar. Neste momento, a perspectiva de agendamento midiático atua de forma bastante contundente no processo de, manifestando interpretações possíveis, consolidar uma determinada estrutura, na medida em que, de forma paralela, busca silenciar aquelas manifestações que se apresentarem minoritárias ou discordantes.

Tendo como referenciais básicos as concepções acerca do papel da imprensa e de suas práticas discursivas, é que busquei perceber as produções realizadas pelo *El Universal* e pelo *O Globo*, em relação às práticas desenvolvidas pelo EZLN e pelo MST. A imagem sugerida pelos jornais acerca dos movimentos sociais, a partir das reportagens publicadas, corresponde àquela percepção de uma imagem pública que, não apresentando necessariamente um referencial plástico, uma figura definida e concreta, se constitui a partir de uma prática discursiva. Será justamente com base nestas formações discursivas apresentadas pelos jornais que identificamos o processo de marginalização social de ambos os movimentos. Como parte integrante de um projeto político mais amplo que, além de defender um conjunto de práticas econômicas, envolve uma política de controle social, a imprensa irá contrapor aos discursos e práticas apresentadas pelos movimentos sociais o seu próprio discurso, que irá conferir aos mesmos uma condição marginal.

Conforme definimos no corpo desta tese, tal condição marginal não se encontra circunscrita às questões econômicas, ela vincula-se a um processo discursivo que, a partir de um determinado *logos* dominante irá classificar e desqualificar todo um conjunto de ações

sociais. Entre outros efeitos, a marginalização dos movimentos sociais será responsável por isolar o EZLN e o MST em relação ao conjunto de organizações da sociedade. O discurso marginalizador busca, desta forma, além de fragilizar a atuação do EZLN e do MST, tirar-lhes a representatividade e a legitimidade social.

Tendo em vista que o referido processo de marginalização social é constituído a partir de um *logos* dominante, este não apresenta limites muito bem definidos. Desta feita, com objetivo de analisar, por meio do discurso jornalístico, a marginalização do EZLN e do MST, foram selecionados distintos momentos nas trajetórias de ambos os movimentos. Estabelecendo-se um estudo comparativo entre os movimentos mexicano e brasileiro, além das especificidades apresentadas por ambos os países, foram consideradas as distintas trajetórias políticas dos movimentos sociais, bem como as formações discursivas apresentadas pelo *El Universal* e pelo *O Globo*.

Em um primeiro momento foram selecionadas as reportagens referentes àqueles momentos que definimos como sendo de espacialização dos movimentos sociais. No transcurso do referido processo de espacialização, no qual os movimentos buscam, além de se apresentarem publicamente à nação, afirmar seus princípios e propostas foi possível identificar, basicamente, dois procedimentos distintos assumidos pelos jornais. Mediante a realização dos Congressos Nacionais, promovidos pelo MST, ou mesmo, da divulgação das Declarações da Selva, por parte do EZLN, as imagens marginalizadas, atribuídas a ambos os movimentos, serão constituídas, tanto pelo texto proposto, como pelo silêncio imposto. Neste aspecto, as reportagens, além de indicar uma conduta desviante dos padrões de participação política estabelecidos, produzirão sentidos por meio de seus silêncios. Na medida em que o teor das enunciações jornalísticas aponta no sentido de dissociar a atuação política do EZLN e do MST das práticas legitimamente estabelecidas e reconhecidas por um *logos* dominante e, paralelamente, se calam em relação às propostas e projetos defendidos pelos movimentos a partir de seus espaços (os Congressos e as Declarações), estas estarão reforçando, a partir do agendamento apresentado, a constituição de uma imagem marginal dos movimentos. O silêncio em relação às demandas defendidas pelo EZLN e pelo MST contribui, de certa forma, para inibir possíveis interpretações acerca dos movimentos que, em sendo reconhecido como legítimos, poderiam afrontar as estruturas de poder vigentes.

O reforço do referido processo de marginalização pode ser associado, ainda dentro do contexto de espacialização dos movimentos, às reportagens que promoveram a cobertura

jornalística das marchas realizadas pelo EZLN e pelo MST. Mediante a realização das marchas, tornavam-se públicas algumas das demandas propostas pelos movimentos. Sem, contudo, ser possível deslegitimar as referidas demandas, a estratégia utilizada neste momento pelos jornais, foi dissociar os participantes das marchas das demandas sociais. Por intermédio do discurso jornalístico, aos governos foi atribuída a condição de defensores dos respectivos projetos enquanto que aos movimentos foi atribuída, novamente uma condição marginal, dissociada das demandas e dos anseios da sociedade.

Somando-se aos episódios os quais definimos como sendo parte integrante do processo de marginalização dos movimentos sociais, o capítulo dois desta tese, promoveu uma análise da cobertura jornalística referente ao período de três campanhas eleitorais, tanto no México como no Brasil. Mesmo reconhecendo que os movimentos sociais não figuram, dentro do período compreendido pelas referidas campanhas, como os principais personagens políticos, acredito que estes configura-se como mais um importante momento de análise da marginalização social à qual o EZLN e o MST estarão submetidos. Antes de representar um momento de resgate e ressignificação dos movimentos, tal procedimento, alçando os movimentos sociais ao palco central das disputas político-partidárias, atuará de forma à, contrapondo a ação do EZLN e do MST a dos partidos políticos (e dos representantes do governo federal), reforçar a sua marginalidade. O confronto das práticas produzidas pelos dois distintos espaços de atuação política servirá como uma estratégia de legitimação das práticas partidárias, bem como, das instituições do Estado democrático que representam.

Somando-se às formações discursivas analisadas anteriormente, a temática apresentada no terceiro capítulo desta tese buscou analisar um dos mais expressivos mecanismos atuantes no processo de marginalização social, qual seja: o discurso de criminalização do EZLN e do MST. Assim como o conceito de marginalização social fora concebido a partir de um logos dominante, a criminalização, da mesma forma, possui uma origem também embasada em práticas discursiva. Conforme analisamos anteriormente, o discurso criminalizador apresentado pelo *El Universal* e pelo *O Globo* antes de estarem associados ao incremento de ações delituosas concretas, representam uma formação discursiva a partir da qual os próprios jornais apontam, julgam e condenam uma determinada ação social. A apresentação das ações promovidas pelos movimentos como sendo ações criminosas possui, em nosso entendimento, um duplo objetivo: atuar, como já afirmamos, no processo de marginalização social dos movimentos uma vez que, constituindo uma imagem criminoso para ambos, tenta diferenciá-los e isolá-los do conjunto da sociedade civil; bem

como, contribui para o desenvolvimento de um sentimento de insegurança e medo que, frente à ameaça apresentada, legitimará políticas e ações governamentais mais austeras, com o intuito de manter o controle e a ordem social.

Como se trata de um fenômeno processual, ou seja, de longa duração, para além das reportagens citadas ao longo desta tese, temos a consciência que um conjunto outro de textos, apresentados pelo *El Universal* e pelo *O Globo*, são capazes de apontar para os princípios básicos daquilo que definimos como criminalização social. Contudo, dentro dos limites definidos neste trabalho, a nossa análise foi pautada por uma seleção de textos, a partir de temáticas específicas, que apontaram, além da existência de elementos comuns no processo de criminalização do EZLN e do MST, algumas particularidades que caracterizaram, de forma *sui generis*, cada um dos referidos processos.

As críticas à condição armada dos movimentos (sendo esta condição concreta ou não) podem ser consideradas como uma formação discursiva que identifica os processos de criminalização dos movimentos sociais, tanto no México como no Brasil. Desconsiderando o porte de armas, por exemplo, como um mecanismo de auto-defesa, os jornais promovem um discurso que indica tal situação como um delito grave, como uma agressão ao conjunto da sociedade e ao próprio Estado.

Para além do discurso criminalizador que indica certa identidade em relação aos movimentos sociais, no transcurso desta tese, foi possível reconhecer algumas peculiaridades nacionais. Enquanto que o processo de criminalização do EZLN passa, necessariamente, pelo “enfrentamento” às estruturas do Estado Democrático, na medida em que, por exemplo, constitui as organizações conhecidas como os *Municipios Autónomos en Rebeldía*, o MST será acusado de promover “invasões” de terras, mecanismo este considerado ilícito em relação ao processo de reforma agrária e as estruturas de propriedade privada estabelecidas no país.

Associado ao processo de criminalização foi possível ainda analisar uma outra formação discursiva que, em nosso entendimento, deve ser considerada como mais um dos fatores a contribuir com a composição da imagem de criminosos associadas aos movimentos. Refiro-me ao processo de culpabilização das ações promovidas pelo EZLN e pelo MST. Imputando um princípio de culpa às ações promovidas pelos movimentos, os jornais rotulam o EZLN e o MST como responsáveis por atos desviantes. O veredito de culpado (estabelecido pela própria imprensa) compõe uma parte importante da imagem pública produzida acerca dos movimentos sociais, uma vez que condiciona às audiências a um tipo específico de

comportamento em relação a estes movimentos e que servirá de base para a legitimação de um processo de criminalização do EZLN e do MST.

Desta forma, antes de representar simples veículos de divulgação de informações, a imprensa escrita, assume dentro do atual contexto latino-americano um importante papel político. Por intermédio do discurso jornalístico, reconhecemos a imposição de um projeto político que visa à manutenção de uma determinada ordem política e econômica relegando as mobilizações sociais a uma condição marginal. Nas páginas deste jornalismo impresso, desta forma, encontramos hoje, muito mais do que simples anúncios comerciais ou momentos de entretenimento; encontramos sim o embate de forças políticas que gestarão o futuro deste continente.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro- pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Chiapas, planeta Tierra**. Ciudad de México: Contrahistorias, 2006.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Mandar Obedeciendo. Las lecciones políticas del neozapatismo mexicano**. Ciudad de Mexico: Contrahistorias, 2007.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Para comprender El mundo actual: una gramática de larga duración**. México: Instituto Politécnico Nacional, 2010.

ANTONI, Edson. **Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

AVILA, Keymer. La instrumentalización del delito: política, empresas de comunicación e inseguridad. Sobre cómo la inseguridad logró posiciones en el primer lugar de la agenda pública en Venezuela. **Espacio Abierto- Cuaderno Venezolano de Sociología**. Maracaibo, v.19, n 2, p. 297-329, abr.-jun, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir (org.) **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jun. 2007 (Disponível em: <<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br>> Acesso em: 13 jan. 2012)

BAQUERO, Marcello. Cultura política e neoliberalismo na America Latina. In: PINTO, Céli Regina; Guerrero, Hugo (orgs.). **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1996. p. 131-142.

BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na America Latina. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 185-212.

BENJAMIN, César [et.al.] **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENJAMIN, Thomas. **Chiapas: tierra rica, pueblo pobre**. México: Grijalbo, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BETTO, Frei. A avareza. In: SADER, Emir (org.) **Sete pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BUDÓ, Marília Denardin. O Espetáculo do crime no jornal: da construção social da criminalidade à relegitimação do sistema penal. In: Congresso Latino-americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.nepe.ufsc.br/control/artigos/artigo41.pdf>> Acesso em: 09 set. 2010.

CAL Y MAYOR, Araceli Burguete. Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los límites. In: DÁVALOS, Pablo. **Pueblos indígenas, estado y democracia**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. Perspectivas e realidades**. (s/l) RBCS, v.2, n. 5, 1987.

CALIGARIS, Ana Maria Garza. Conflicto, etnicidad y género em La política interno de San Pedro Chenalhó, Chiapas. **Sociológica- Transformación social en Chiapas. Investigaciones recientes**. México, n. 63, p. 85-110, 2007.

CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.199-235

CASANOVA, Pablo González. Causas de la rebelión en Chiapas. **Política y Sociedad**, Madri, n.17, p. 83-94,1995.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHERESKY, Isidoro (comp.) **Elecciones presidenciales y giro político en América Latina**. Buenos Aires: Manantial, 2007.

COMPARATO, Bruno Konder. **Ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CORREAS, Oscar **La criminalización de la protesta social en México**. México: Ediciones Coyoacán, 2011.

CORTÉS, Fernando; BANEGAS, Israel; FERNÁNDEZ, Tabaré; MORA, Minor. Perfiles de la pobreza en Chiapas. **Sociológica- Transformación social en Chiapas. Investigaciones recientes**. México, n. 63, p. 19-50, 2007.

COUTO, Cyro Augusto Pachicoski. **Do crime ao caos: a comunicação a serviço do medo**. São Paulo: Cia dos Livros, 2011.

DAGNINO, Evelina (org.) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEFLEUR, Melvin L; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DÍAZ, Marial del Carmen Legorreta. Organización y cambio en haciendas y comunidades agrarias de los valles y cañadas de Ocosingo, Chiapas, de 1930 a 1994. **Sociológica- Transformación social en Chiapas. Investigaciones recientes**. México, n. 63, p. 111-146, 2007

DICCIONARIO DE CIENCIAS SOCIALES 1976. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>> Acesso em: 12 set. 2010.

DIJK, Teun A. van. **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2000.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOVIFAT, Emil. **Periodismo. Fundamentos teóricos y jurídicos, noticia y opinión, lenguaje y forma de expresión**. México: Union Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1964.

EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, v.2, n.4,1984.

FABELA, Martín Álvarez. Acteal: crime de Estado. **Contra-histórias. La outra mirada de Clío**. México, n. 10, p. 58-68, mar-ago 2008.

FARIA, Vilmar. Desarrollo económico y marginalidad urbana: los cambios de perspectiva en la CEPAL. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. XL, n.1, p. 09-30, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 30, 1998.

FERNANDES, Bern. **A questão agrária no Brasil**, 1997. p. 133-155.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **Neoliberalismo y sectores**

dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. p.179-206

FONSECA, Francisco. Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais. In: II Simpósio de Lutas Sociais na América Latina, 2006, Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2010.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2005.

FOX, Jonathan. A política e as novas formas de organização camponesa na América Latina. In: NAVARRO, Zander (org.) **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 15-28.

FUSER, Igor. **México em transe.** São Paulo: Scritta, 1995.

GERBNER, George. Violence in Television Drama: Trends and Symbolic Functions. In: COMSTOCK, G. A. ; RUBINSTEIN, E. A. (orgs.) **Television and Social Behavior.** Washington: MediaContent and Control, Government Printing Office, 1971.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo. Cómo se forma el presente.** Barcelona: Paidós, 1991.

HARTLYN, J; VALENZUELA, A. Las movilizaciones rurales en América Latina desde c. 1920. In: BETHEL, Leslie. **História de América Latina, política y sociedad desde 1930.** Barcelona: Crítica, 1997, p. 193-280.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo.** São Paulo: Ortiz, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. **Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991.** Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

INDURSKY, Freda (org.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. **Discurso, memória, identidade.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

KNOOP, Joachim. El Brasil con Lula ¿ Más de lo mismo? **Nueva Sociedad**, Caracas, v.187, p. 44-58, 2003.

KOSOVSKI, Ester. Comunicação Audiovisual e criminalidade violenta. In: SENDEREY, Israel Drapkin. **Imprensa e criminalidade**. São Paulo: José Bushatsky, 183. P. 137-153.

KOWARICK, Lucio. Desarrollo capitalista y marginalidad: el caso brasileño. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. XL, n.1, p. 31-54, 1978.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LESBAUPIN, Ivo (org.) **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999

LEÓN Antonio Garcia de. Prólogo. In: EZLN: Documentos e comunicados. México: Ediciones Era, 1994.

LIMA FILHO, Roberto Cordoville Efrem de. Direito Humano à comunicação: uma afirmação contra a criminalização dos movimentos sociais. 2006. Disponível em:

www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=218 > Acesso em: 25 nov. 2011.

LIPPMANN, Walter. Public Opinion. 1922.

LOBATO, Rodolfo. Proceso migratorio. **Chiapas Hoy. Análisis antropológico y social**. México: Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1994, p. 45-47.

MARIZ, Cândida Lemos França. Contrato de Leitura: um estudo da especificidade do discurso dos meios de comunicação impressos. **Revista Científica do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”**. Araras, v. 2, n.1, 2008.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. A notícia como forma de controle social. In.: XIV Compós/ Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2005, Niterói. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2005/christabergerbeatrizmarocco2005.doc> Acesso em: 23 mar. 2011

MARCOS. Entrevista a Radio UNAM, 17 de março de 1994. IN: **La palabra de los armados de verdad y fuego**. v. 2. México: Fuenteovejuna. 1995.

MCCOMBS, Maxwell E. ; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no Mercado de ideias. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000 .

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113-136

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezera de. A violência da cidade no discurso radiofônico. In.: LEAL, Cesar Barros; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). **A violência multifacetada. Estudos sobre a violência e a Segurança Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 131-148

MONETA, Carlos J.; QUENAN, Carlos. **Las reglas Del juego. América Latina, globalización y regionalismo**. Buenos Aires: Corregidor, 1994

MONJARDIN, Adriana López; MILLÁN, Dulce María Rebolledo. Los municipios autónomos zapatistas. **Revista Chiapas**. Cidade do México, 1996. (Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7monjardin.html>>. Acesso em: 27 nov. 2011.)

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NAVARRO, Luis Hernández. Acteal: as vítimas como responsáveis. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro y; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Chiapas. Construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org) **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 62-105.

NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NETO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org) **O desmonte da nação. Balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social**. Barcelona: Paidós, 1995.

NOLASCO, Margarita. Los grupos sociales de la selva y Los Altos de Chiapas. **Chiapas Hoy. Análisis antropológico y social**. México, p. 93-99,1994.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 257-284

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

PETRAS, James F. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: FURB, 1999

PORTO, Mauro P. *Enquadramentos da mídia e política*. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 2002, Caxambu, 22-26 out. 2002. Trabalho apresentado no GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições.

REYES, Maria Eugenia R. Apud. ESPONDA, Juan González ; BARRIOS, Elizabeth Pólito. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, n. 01, 1994. Disponível em: < <http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html> >. Acesso em: 20 jul. 2011.

RAJCHENBERG, Enrique. O perfil de um novo pensamento político: o zapatismo. In: BAQUERO, Marcello. *Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 135-146.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (orgs.). **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 426-435.

RODRÍGUEZ, Esteban. **La gestión de la (in)seguridad ciudadana: Criminalización mediática y políticas de seguridad**, 2000. Disponível em: <<http://www.mseg.gba.gov.ar/ForyCap/cedocse/seguridad/Criminalizacion%20Med.%20y%20Oseguridad%20ciudadana.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2010.

RODRIGUEZ MUNGUÍA, J. *La otra guerra sucia*. México: Editorial Random House Moondadori, 2007.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. *La sombra de las dictaduras: La democracia em América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2011.

SADER, E. Apud. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gênese e desenvolvimento do MST*. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 30, 1998.

SANTANDER, Carlos Ugo; PENTEADO, Nelson Freire. (org.) **Os processos eleitorais na América Latina (2005-2006)**. Brasília: LGE, 2008.

SECANNELA, Petra Maria. *El Periodismo político en México*. Brcelona: Mitre, 1983.

SERRON, Luis A. Escasez, explotación y pobreza en México: Conclusiones. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 39, n.4, p. 1143-1160, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST. São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAGLE, Silvia Gómez. México 2006: as restrições da democracia ou da mercadocracia. In: SANTANDER, Carlos Ugo; PENTEADO, Nelson Freire. (org.) **Os processos eleitorais na América Latina (2005-2006)**. Brasília: LGE, 2008.

THOMPSON, John B. Thompson. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TOURAINÉ, Alain. La Marginalidad urbana. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 39, n.4, p. 1105-1142, 1977.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. La Tempestad Mexicana: ¿Insurrección o guerra civil?. **Contrahistórias. La outra mirada de Clío**. México, n. 10, p. 55-58, mar-ago 2008.

WARREN, Ilse Scherer ; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ZACKSESKI, Cristina. A lei de cultura cívica di Distrito Federal mexicano e a criminalização do cotidiano. **Sistema Penal & Violência**. Porto Alegre, v.2, n.10, p. 66-74, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio Janeiro: Revan, 1991.

ZEA, Leopoldo. Discurso desde a marginalização e a barbárie. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

EL UNIVERSAL. Ciudad de México, DF. México

O GLOBO. Rio de Janeiro. Brasil

Foram consultadas as edições do jornal *El Universal* publicadas dentro dos seguintes períodos:

- 01 de janeiro de 1994 a 31 de janeiro de 1994;
- 10 de junho de 1994 a 17 de julho de 1994;
- 01 de janeiro de 1995 a 31 de janeiro de 1995;
- 01 de janeiro de 1996 a 31 de janeiro de 1996;
- 22 de dezembro de 1997 a 22 de janeiro de 1998;
- 01 de maio de 1998 a 31 de maio de 1998;
- 01 de julho de 1998 a 31 de julho de 1998;
- 17 de junho de 2000 a 17 de julho de 2000;
- 13 de fevereiro de 2001 a 15 de março de 2001;
- 01 de junho de 2005 a 01 de julho de 2005;
- 16 de junho de 2006 a 16 de julho de 2006.

Foram consultadas as edições do jornal *O Globo* publicadas dentro dos seguintes períodos:

- 12 de julho de 1995 a 12 de agosto de 1995;
- 17 de abril de 1996 a 17 de maio de 1996;
- 02 de abril de 1997 a 02 de maio de 1997;
- 19 de setembro de 1998 a 19 outubro de 1998;
- 15 de julho de 2000 a 15 de agosto de 2000;
- 21 de setembro de 2002 a 21 outubro de 2002;
- 16 de setembro de 2006 a 16 de outubro de 2006.